

Universidade Candido Mendes
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

*Religião, voto e participação política: a vitória de Marcelo Crivella na disputa
eleitoral carioca de 2016*

Gabriel Silva Rezende

Rio de Janeiro
2018

Gabriel Silva Rezende

Religião, voto e participação política: a vitória de Marcelo Crivella na disputa eleitoral carioca de 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior.

Rio de Janeiro, abril de 2018

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa de pesquisa que financiou e viabilizou meus estudos do mestrado.

Agradeço a todos os meus professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do IUPERJ, de modo muito especial, a Erica Resende por transmitir seu vasto conhecimento e a cada aula incentivar a pesquisa e à docência. Ser PROFESSOR e PESQUISADOR, na atual conjuntura em que escrevo é uma tarefa hercúlea e cada vez mais contestada pela *doxa* e pelas forças políticas incidentes.

Sou profundamente grato ao meu orientador, Paulo Gracino, que tem me acompanhado desde o terceiro período da graduação em Relações Internacionais, por meio da iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e que de fato abriu as portas do mundo acadêmico. Agradeço o incentivo, o encorajamento e por me ensinar que devemos ser flexíveis, afinal, a perfeição é apenas tangenciável e nunca alcançada.

Aos queridos professores Rogério Ferreira e Carlos Procópio, que estiveram presentes na qualificação do mestrado, sendo as sugestões e dicas cruciais para a feitura desta dissertação, espero que eu possa ter absorvido o máximo possível, não somente para este trabalho de conclusão, mas para a vida. Uma vez que o conhecimento não é uma prática limitada e circunscrita, mas dialogal e dinamizadora da vida social.

Gostaria também de agradecer as professoras Janine Targino e Márcia Dias, componentes da banca examinadora, pela disponibilidade, gentileza e por contribuir para esta dissertação, fazendo parte de um momento tão importante e especial, bem como de nervosismo e ansiedades.

Agradecer é recordar, então agradeço o apoio e a AMIZADE dos amigos que o mestrado me proporcionou: Bianca Freire Ferreira, Armino Feliciano de Jesus, Júlia Lima Santana e aos demais. Os guardo não somente nestas palavras, mas nas minhas memórias. Pois, como escreveu Aristóteles: um amigo se faz rapidamente; já a amizade é um fruto que amadurece lentamente.

O obrigado e o imenso carinho, a minha avó Eny. Nos seus 85 anos de vida, não sabe muito bem o que significa o mestrado, pois teve que encerrar seus estudos muito cedo para trabalhar e ajudar na sua família recém-formada, mas, mesmo assim, sempre me incentivou, investiu e abençoou.

Por fim, e não menos especial, aos meus pais, Tony e Sandra. Que me ensinaram que o trabalho edifica o homem e a fé o fortalece, e que o esforço é sempre a primeira etapa para a construção dos sonhos. Bom, queridos pais, um sonho está se realizando, brevemente, serei um mestre.

E agora, permitam-me agradecer de um foro mais íntimo, mais pessoal: agradeço à Deus por tudo que tem feito, pela força e oportunidades, pela minha família, pelos meus amigos e pelos meus professores.

Enfim, deixo a todos o meu muito obrigado!!!

The poet [...] is the man of metaphor: while the philosopher is interested only in the truth of meaning, beyond even signs and names, and the sophist manipulates empty signs...the poet plays on the multiplicity of signifieds.

— Jacques Derrida

MARGINS OF PHILOSOPHY, 1984, p. 248.

SUMÁRIO

Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
Lista de Figuras.....	x
Lista de Tabelas.....	xi
Lista de Siglas.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo I: O deslocamento do Político: axiologia e concepção do discurso/antagonismo	9
1.1 Incursão Religiosa na Política Nacional: balizando o tema.....	11
1.2 Localizando a Teoria do Discurso.....	22
1.3 As análises do discurso em Foucault e Laclau: desconstrução e genealogia.....	24
1.4 Relações antagônicas: por uma opção teórica da análise de crises.....	30
Capítulo II: Crivella e a Igreja Universal: inserção no espaço público, estratégias e política eleitoral.....	40
2.1 Os (Neo) pentecostais: principais pontos de discussão.....	40
2.2 O Estado e a constituição das agências religiosas-pentecostais.....	46
2.3 Situando a candidatura de Crivella.....	50
2.4 Crivella e a IURD: estratégias políticas e dinâmica eleitoral.....	52
2.5 Legítimos e Conservadores (?): evangélicos na arena política.....	58
2.6 Em busca do executivo: performances e estratégias.....	64
Capítulo III: Entre crise e a conjuntura: a estratificação do voto carioca.....	71
3.1 Crise real e crise retórica.....	71
3.1.2 – Protestos e Polarização: breve quadro histórico de 2013 a 2016.....	73

3.2 A Conjuntura Carioca.....	79
3.3 A Estratificação do Voto.....	85
3.3.1 A Geografia do Voto Carioca.....	87
3.3.2 A Geografia do Pleito de 2016.....	91
Considerações Finais.....	101
Referências Bibliográficas.....	108

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar a trajetória de Marcelo Crivella e sua capacidade de expansão da base eleitoral na eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016. Partimos da hipótese de que a conjuntura política de crise parece ter auferido a possibilidade de vitória ao bispo evangélico à prefeitura carioca, levando-se em consideração que nos pleitos executivos dificilmente atores políticos evangélicos possuem grande aderência entre todas as denominações que compõem esse universo religioso e, muitas vezes, são vistos com desconfiança pelos setores seculares da sociedade. Para isso, utilizamos a análise conjuntural e a literatura especializada sobre as estratégias bem definidas para candidaturas evangélicas dentro de um espectro institucional, como praticado pela Igreja Universal do Reino de Deus. Buscamos, portanto, identificar os fatores que propiciaram o alto engajamento eleitoral evangélico e dos demais estratos sociais, bem como as estratégias utilizadas por Crivella para aumentar sua base eleitoral nos segmentos laicos da sociedade carioca.

Palavras-chave: Participação Evangélica; Eleições Executivas; Comportamento Eleitoral; Rio de Janeiro; Conjuntura Política.

Abstract

The present master thesis aims to analyze the trajectory of Marcelo Crivella and his capacity of expansion of the electoral base in the election for the city hall of the city of Rio de Janeiro in 2016. We assume that the role of the political crisis conjuncture seems to have possibility of victory to an evangelical bishop to the city of Rio de Janeiro, taking into account that in the majority appeals hardly evangelical political actors have great adherence among all the denominations that make up this religious universe and are often viewed with suspicion by the secular sectors of society . For this, we use the conjunctural analysis and specialized literature on well-defined strategies for evangelical applications within an institutional spectrum, as practiced by the Universal Church of the Kingdom of God. We therefore sought to identify the factors that led to the high level of evangelical electoral engagement and other social strata, as well as the strategies used by Crivella to increase its electoral base in the secular segments of the society of Rio de Janeiro.

Keywords: Evangelical Participation; Major Elections; Electoral Behavior; Rio de Janeiro; Political Conjuncture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Total de votos 1º e 2º turno (brancos, nulos e abstenções).....	20
FIGURA 2 - Candidatos no 1º turno.....	20
FIGURA 3 - Candidatos no 2º turno.....	21
FIGURA 4 - Bairros da cidade do Rio de Janeiro.....	87
FIGURA 5 - Votos obtidos por Crivella na eleição de 2004.....	87
FIGURA 6 - Evangélicos no município do Rio de Janeiro segundo o Censo de 2000.....	88
FIGURA 7 - Votos obtidos por Crivella na eleição de 2008.....	89
FIGURA 8 - Geografia Eleitoral do Primeiro Turno de 2016.....	90
FIGURA 9 - Disputa Crivella x Freixo no Primeiro e Segundo turno.....	91
FIGURA 10 - Migração de Votos Pedro Paulo.....	94
FIGURA 11 - Migração de Votos Bolsonaro.....	94
FIGURA 12 - Migração de Votos Osorio.....	95
FIGURA 13 - Migração de Votos Índio.....	95
FIGURA 14 - Migração de Votos Jandira.....	96
FIGURA 15 - Migração de Votos Molon.....	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Partidos x Deputados evangélicos em 2015.....	65
TABELA 2 – Denominação por partido em 2015.....	66

LISTA DE SIGLAS

MBL - Movimento Brasil Livre
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMR - Partido Municipalista Renovador
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PR - Partido da República
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PL - Partido Liberal
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
REDE - Rede Sustentabilidade
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

Introdução

A presente dissertação buscou realizar um esforço heurístico no sentido de analisar e se enquadrar dentro do escopo analítico da Sociologia Política, enquanto ciência defendida por Giovanni Sartori. Antes de mais nada, se faz necessário distinguirmos Ciência Política e Sociologia Política; a primeira tem como objeto central o Estado, as instituições e os processos que orbitam o poder político, a medida em que a Sociologia se atenta para os fenômenos sociais, as condições socioestruturais e as causas explicativas de outros acontecimentos sociais. Ou seja, tradicionalmente a ciência política tem como foco o funcionamento e as características do sistema político, e, por isso, se diferencia da sociologia que tem como objeto de estudo o sistema social, no sentido amplo da palavra (SELL, 2006). Sendo os conceitos típicos da Ciência Política: Estado, poder, regimes políticos, dominação e etc.; e os conceitos norteadores da Sociologia, por sua vez, opera nas relações de trabalho, classe social, alienação, ideologia, cultura, autoridade e etc. Tal observação desses conceitos não quer dizer, propriamente, que não existam confluências analíticas entre os mesmos.

Como indica Sartori (1972), o desafio da Sociologia Política está, fundamentalmente, em estabelecer ligações entre estas duas dimensões do saber: Sociologia e Política. Aí se encontra a diferença da Sociologia Política, com uma ciência que tem vocação interdisciplinar, seu papel é construir “híbridos interdisciplinares” na fronteira dos saberes constituídos. Em outras palavras, é um híbrido porque tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (*inputs*) sugeridos tanto pelos sociólogos quanto pelos cientistas políticos (SOUZA, 2008).

Sendo assim, a Sociologia Política se propõe a pensar como a sociedade influencia e, até mesmo, determina os processos sociopolíticos e por eles são condicionados, num processo de co-constituição. Perpassando, a investigar o papel e a ação das instituições sociopolíticas, entre elas os sindicatos, partidos políticos, associações de classe e instituições religiosas e a possibilidade das mesmas em criar redes estratégicas de solidariedade e identidade com força política. Em que as instituições podem apresentar ações persuasivas – ativa ou passivamente - podendo fomentar novos espaços de sociabilidade política mediante a conjuntura incidente. Nesse caso, Sartori (1972) aponta que a combinação de fatores sociais e políticos tendem a explicar o comportamento dos atores, exigindo uma análise interdisciplinar empreendida pela Sociologia Política de maneira a evitar que a política seja vista apenas como uma projeção do social. De outro modo, o papel da Sociologia Política é determinar, de forma simultânea, em

que medida a sociedade condiciona os processos políticos e é por eles condicionada (SOUZA, 2008). Não obstante, foi com esse mesmo intuito que almejamos neste trabalho, analisar o comportamento político dos atores sociais, diante de um cenário de crises, presente na eleição municipal carioca de 2016, sendo uma das nossas variáveis um candidato com forte identidade religiosa.

Todavia, gostaríamos antes mesmo de contextualizar a nossa introdução, de modo *stricto* - cujo a função é apresentar resumidamente o tema que foi desenvolvido e de que forma será apresentado ao longo deste trabalho -, expor a distinção entre “o político” e “a política”, dentro de um estado democrático liberal, defendido por Chantal Mouffe (2006). Por “o político”, Mouffe refere-se a dimensão de antagonismo que é uma possibilidade sempre presente em toda sociedade; em que o antagonismo pode assumir de diferentes formas e emergir em diferentes relações sociais. Enquanto “a política”, se refere ao um conjunto de prática, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições potencialmente conflitivas porque são afetadas pela dimensão do político. Mouffe ainda argumenta, que a política almeja a criação de unidade em um contexto de conflito e diversidade, se preocupando com a formação de um “nós” oposto a um “eles”. Como assevera Connolly (1995, p. xx): *“there is no identity without difference. Everything [...] depends upon how this paradoxical relationship is negotiated”*.

Demarcamos, assim, um dos principais pontos tangíveis desta dissertação, o processo de antagonismo, de polarização discursiva derivada da conjuntura política brasileira que incidiu, fortemente, nas Eleições de 2016. Operado, não somente, nas transformações das esferas econômicas, política e religiosa, que exigiram por parte das organizações religiosas e demais instituições sociais - como os partidos políticos - a criação de mecanismos de representação política mais afinados com os interesses temporais/conjunturais.

É, pois, neste contexto, que podemos analisar o processo emergente de co-constituição da conjuntura política presente na eleição carioca de 2016. Conforme aponta Vital da Cunha (2017), períodos de transformação social podem ganhar dimensão histórica, no interim de acontecimentos, mobilizações e contestações como nas Jornadas de Junho de 2013, os escândalos de corrupção, a Operação Lava-jato, o impeachment e ausência de apoio social nas reformas propostas pelo governo Temer, que passaram por processos de ressignificação, pelo deslocamento do político e pela apatia e descredibilidade das instâncias do poder. Tornam-se medos e ansiedades – acerca de como ficará o futuro do Brasil e, a própria, credibilidade nos políticos e nas instituições - experimentados por diferentes grupos, dado que: “quando as

peças estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados, experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública” (MILLS, 1969, p.17-18).

A política, como analisa Laclau (1990), é constitutiva de uma objetividade. A objetividade se funda sobre as relações de poder, em virtude disso, trata-se de uma análise circunscrita a partir das preocupações do analista político/social em busca de novos elementos para a compreensão dos lugares e da configuração do político na sociedade. Particularmente, neste trabalho, as interfaces do campo religioso na política e, conseqüentemente, a incidência conjuntural na participação política. Porquanto, quando falamos de identidade política, devemos ter a noção de que toda identidade também é contingente a condições históricas, sociais, culturais, políticas e, esta contingência desautoriza pretensões de detenção de verdades e de legitimidade universal. Ela é efetuada cotidianamente, continuamente, no jogo das identidades, muitas vezes, consiste em traçar uma fronteira que separa o que *nós somos* do que *eles são*. Em que o efeito do antagonismo é constitutivo de identidade – ao menos discursiva – apresentando evidências de objetividade (BURITY, 1997). O político, portanto, é caracterizado por meio da relacionalidade, contingência e antagonismo, conforme explicita Laclau. Muito embora, os sujeitos não tenham uma identidade plenamente imutável, eles se empenham na sua construção por meio de atos de identificação, que compreende a contingência da estrutura ou da conjuntura incidente.

Sendo, assim, no cenário de disputas sociais intensas, o que devemos analisar sistematicamente são os “nexos causais”, logo a conjuntura, que mobiliza os atores evangélicos e moralistas e como se apresentam. Dentro de um contexto sócio-político, conforme apresenta Maria Hermínia Tavares de Almeida (2017), em que houve uma desarticulação do mecanismo político que sustentou por mais de uma década o presidencialismo de coalizão e a possibilidade de políticas públicas de cunho moderadamente progressista. Desgastando nos últimos anos, o consenso em torno da estabilidade monetária e do contrato social da Constituição de 1988, prevalecente entre as lideranças políticas e sociais dos principais partidos nacionais, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), bem como na opinião pública informada foi se esgarçando e abrindo espaço para intolerância e a polarização política.

Cenário fulcral para que o deslocamento do político desse o tom eleitoral, beneficiando outsiders e candidatos moralizadores e revestidos de carisma. Decorrente do esgotamento institucional e do desgaste dos políticos tradicionais, acirrado em 2013. A conjuntura, portanto,

que favorece o investimento tanto numa politização do discurso religiosos como numa estratégia de ocupação na esfera pública por parte dos segmentos religiosos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito.

Nesse sentido, buscaremos analisar se a conjuntura auferiu a dinamização das escolhas eleitorais entre os candidatos na eleição municipal do Rio de Janeiro em 2016. De modo especial, a candidatura de Marcelo Crivella, que disputou os pleitos para o executivo carioca em 2004 e 2008, não obtendo a vitória, bem como em pleitos para o governo do Estado do Rio de Janeiro, 2006 e 2014, também sem vitória. A literatura política aponta que para as eleições executivas candidatos com forte identidade religiosa ou moralista, não conseguem aderência e sustentação ao longo do pleito, sendo preferidos por candidatos mais ao centro, portanto, se apresenta uma espécie de “gargalo”.

De sorte que como toda pesquisa/investigação científica, temos uma pergunta de partida que almejamos ao longo desta dissertação esclarecer: diante da literatura exposta acerca de um “gargalo” que dificultaria a vitória de candidatos evangélicos em pleitos executivos, o que explicaria a eleição de um evangélico pentecostal, ocupante de um cargo eclesiástico (bispo) e sobrinho da principal liderança da IURD (Edir Macedo), com consideráveis índices de rejeição¹ à prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2016?

Dessa forma, analisaremos a capilaridade do pentecostalismo e a conjuntura política nacional e a específica da cidade do Rio de Janeiro, a fim de compreender as conexões entre a dimensão política e social que possibilitaram a eleição de um evangélico, Marcelo Crivella, com status hierárquico em sua denominação (bispo da Igreja Universal do Reino de Deus-IURD) e sua vitória para o executivo carioca.

A metodologia deste trabalho se elucida a partir da literatura referente ao tema. O método empregado nesta dissertação foi a pesquisa qualitativa, de cunho explicativa. No sentido de desvelar acerca do processo de deslocamento político – e sua criação de antagonismo - auferiu maior sentido discursivo para uma “onda” conservadora atrelada a centralidade religiosa nos últimos anos. A fim de melhor predizer a eleição de Crivella a prefeitura carioca em 2016.

Sendo assim, a técnica de análise de dados qualitativa que seguiremos será a análise do discurso, que objetiva realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o

¹ Segundo o Datafolha, Crivella alcançou ao longo do pleito 31% de rejeição. Pesquisa disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827616-crivella-lidera-com-58-no-rio-mas-vantagem-sobre-freixo-diminui.shtml>>. Acessado em: 20/04/2017.

jurídico e o sociopolítico. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos na forma que o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico no qual as relações são produzidas e como toda formação discursiva dissimula formações ideológicas.

A investigação se debruçou nas seguintes etapas: revisão bibliográfica centrada nos estudos mais recentes que abordam a interface entre religião e política no Brasil; análise das audiências públicas e discursos presentes durante a campanha eleitoral para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, discursos e estatísticas eleitorais e até mesmo projetos já concluídos sobre o papel institucional religioso e seus altos índices de confiança num cenário de descrédito, com certas instituições representativas, e a própria migração de votos no segundo turno.

E de modo complementar, utilizamos o detalhado acompanhamento de jornais e revistas de circulação nacional (revistas: Veja e Carta Capital; jornais: El País (Brasil), Folha de S. Paulo e O Globo) a partir da consulta em seus respectivos sites na Internet. Com esse material buscamos construir uma abordagem condutora sobre as controvérsias alvo da pesquisa que permitiu – apesar de não definitiva e dentre outras análises - identificar o estopim dos casos, os ciclos que os envolvem, os atores e seus discursos.

Por conseguinte, a estruturação dos capítulos se dará da seguinte forma: no capítulo I, buscar-se-á compreender o processo do deslocamento do político, situar o leitor entre os debates teóricos e os processos empíricos. De que modo os fatos sociais e as premissas basilares da política foram se esgarçando no espaço público nacional. Em outras palavras, o objetivo deste capítulo é analisar como ocorreu esse “deslocamento”, no sentido laclauliano do termo, em que o discurso político solidificado após a redemocratização e tomado como principais bandeiras dos dois principais partidos políticos brasileiros no poder, PT e PSDB, em torno das garantias sociais e estabilização monetária foram erodindo ao longo dos últimos dez anos (como apresenta Tavares de Almeida, 2017). Fazendo com que essa hegemonia discursiva fosse deslocada para outros repertórios.

Em concomitância a esse processo, ocorreram denúncias de corrupção nos altos escalões do poder com a Operação Lava-jato da Polícia Federal e as Jornadas de junho de 2013 que iniciaram como um movimento contra os reajustes das tarifas dos transportes e apolítico. Como argumenta Freixo (2016) nas manifestações de Junho de 2013 faltaram por parte das esquerdas uma compreensão das direções e do próprio sentido dos protestos, ao mesmo tempo que possibilitou à direita uma reentrada no cenário político, após uma década de hegemonia petista. Marcando o início de uma intensa reação conservadora. O que esmorece de vez, a outrora

hegemonia política de garantias sociais e estabilização monetária, logo, o discurso político ao ser fragmentado deu espaço ao antagonismo e ao enaltecimento do subjetivismo político, como aponta Laclau, o debate político passou a ser pautado entre eixos polares: “coxinhas” *versus* “mortadelas”, ou, “petralhas” *versus* “cidadãos do bem” e não na construção de um projeto político nacional comum. Frente a ausência de uma estrutura hegemônica que dê um ordenamento direcionado, em outras palavras, a disputa para os pleitos políticos e os discursos no espaço público tendem a se tornar, cada vez mais, reativos visto que o deslocamento causa antagonismo e num processo de co-constituição enaltece os subjetivismos políticos dos atores sociais, bem como seu engajamento do espaço público.

Em síntese, almejamos nesse capítulo apresentar nosso aporte teórico e as principais nuances da conjuntura eleitoral, e a presença dos evangélicos na política como um dos principais fatores de relevância para a decisão do pleito executivo carioca, cujo o candidato Marcelo Crivella obteve vitória após quatro campanhas executivas não bem-sucedidas. Pretendendo, assim, situar o objeto de estudo de forma clara.

Já no capítulo II, enalteceremos o papel do neopentecostalismo, de modo primordial a Igreja Universal do Reino de Deus, uma das principais denominações deste segmento, bem como suas práticas políticas, cujas referências são os trabalhos de Oro (2003; 2006), Smirdele (2013) Mariano (1999; 2008) entre outros. Ou seja, objetiva-se tratar do *modus operandi* político da IURD, e, por conseguinte a trajetória política de Crivella em suas sucessivas campanhas para o executivo fluminense e carioca, (2004, 2006, 2008, 2014), antes de sua vitória em 2016. Percorrendo, assim, pelas práticas políticas institucionais religiosas. Uma vez que o Estado é laico, mas não ateu e cujos acionamentos do religioso e da moralidade pública perpassam uma cultura majoritariamente cristã, logo, percorrendo a visão sócio-política dos indivíduos e sua subjetividade.

Apresentamos os pleitos concorridos por Crivella desde 2002, a fim de demonstrar como conjuntura presente em 2016, parece ter favorecido o investimento tanto numa politização do discurso religioso quanto numa estratégia política. O que nos auxilia a entender como o processo da conjuntura política específica possibilitou a vitória de Crivella, que após sucessivas campanhas para o executivo, carioca e fluminense, ser eleito no decorrer de um processo de crise política, econômica, moral e representativa que abala o país.

Por conseguinte, no capítulo III, abordaremos sobre o esvaziamento do político, abrindo espaço para que outros atores sociais ocupassem o ambiente vacante (dos políticos tradicionais) possibilitando uma razão instrumental. Em que os líderes religiosos (mesmo alguns deles serem

atores políticos tradicionais) se tornaram - ou buscam se identificar como - bastiões de honestidade, salvacionismo e resguardo moral frente ao processo de crises (moral, política e econômica). Disso decorremos sobre o conceito de crise e o limiar entre crise real e retórica. Visto que os cidadãos-eleitores estão sem representatividade pois não se sentem representados ou contemplados com os políticos tradicionais, o que pode ser traduzido como uma ausência de representação política que incorporem o que eles almejam. Ocasionalmente, tanto uma politização do discurso religioso como numa estratégia de ocupação na esfera pública por parte dos segmentos religiosos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito.

Sendo as temáticas chave deste capítulo: o cenário político fluminense, o segundo turno de antípodas (esquerda/liberal e centro-direita/conservadora) e a capilaridade do voto evangélico nas zonas eleitorais cariocas, que se tornaram importantes bases para a vitória de Crivella, mas não a decisiva como a muito será abordado neste trabalho, já que os votos evangélicos alcançam cerca de 30% do eleitorado da cidade do Rio de Janeiro² (se de fato todos foram efetivados na urna) o que não garantiria uma vitória de Crivella, todavia, os votos não enquadrados como religiosos endossaram a margem de vitória.

O que demarca possivelmente o diferencial desta eleição de 2016 para Crivella, ao contrário das outras quatro derrotas, seja o nível de antagonismo discursivo pós-eleições de 2014 e as operações da Polícia Federal que de modo intenso e perene auferiu robustez a própria conjuntura política nacional e local, que mobilizou altos índices de abstenção e votos brancos e nulos e os não religiosos, que optaram por votar em um dos candidatos e escolherem Crivella, uma vez que Freixo foi associado ao discurso: pró-PT no processo de impeachment de Dilma, liberal e de esquerda. Frente a um processo de formação de discursos antagônicos derivados *a priori* do deslocamento estrutural o que possibilitou o fortalecimento da agência reativa e ao enaltecimento do subjetivismo político polarizado (conservador e moralizante).

Sabemos que a presente pesquisa se trata de um fenômeno social muito recente, num espaçamento temporal curto, todavia, temos a consciência de sua necessidade e de seu enquadramento enquanto uma pesquisa descritiva e explicativa. Como poderá ser percebido ao longo de toda exposição desta dissertação, a preocupação inicial teve como finalidade a descrição das características de um determinado fenômeno e seu estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo Sellitz et al. (1965), buscamos descrever um fenômeno em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com o mínimo de plausibilidade, as características de um segmento religioso e condutas conservadoras, da conjuntura nacional e do

² Para mais informações sobre esse dado, ver página 19 desta dissertação.

comportamento político em pleitos executivos, a fim de desvendar a relação entre os eventos.

Ao mesmo tempo que explicativa, pois como argumenta Gil (1999), temos como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno, na tentativa de explicar a razão e as relações de causa e efeito desses fenômenos. Para Lakatos e Marconi (2001), este tipo de pesquisa visa estabelecer relações de causa-efeito por meio da manipulação direta das variáveis buscando identificar as causas dos fenômenos. Contudo, as relações de causa e efeito não são simples como o senso comum acredita: a existência de uma única causa é responsável pelo efeito, tornando-se determinística. Bem como sabemos que é difícil a atribuição de causalidade e raramente esperamos encontrar uma única causa. E, como muito aludido nesta introdução, temos a consciência de que pode ter várias causas possíveis para o efeito pressuposto. Mas, na necessidade do exercício heurístico hierarquizamos o processo conjuntural como a mais crível.

Por meio da variação concomitante, ou seja, por meio da estabilização de uma hipótese em que há uma ocorrência de variação conjunta entre uma possível causa e um efeito. E a ordem de ocorrência das variáveis no tempo, em que a causa deve anteceder o efeito para que se possa estabelecer a relação entre os dois.

Reconhecemos, assim, nossas limitações diante de um vasto e recente fenômeno, e por isso mesmo, buscaremos proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca da temática analisada. Acreditamos que com esta dissertação poderemos diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novos atores e processos sociais que afirmam diretamente significados na sociedade até agora ocultos, ou não analisados. A fim de procurar esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Capítulo I

O deslocamento do Político: axiologia e concepção do discurso/antagonismo

O objetivo deste primeiro capítulo é compreender o processo do deslocamento do político e a articulação dos discursos no espaço social. Para isso, é preciso analisar como ocorreu esse “deslocamento”, no sentido laclauliano do termo, em que o discurso político solidificado após a redemocratização e tomado como principais bandeiras dos dois principais partidos políticos brasileiros no poder, PT e PSDB, em torno das garantias sociais e estabilização monetária foram erodindo ao longo dos últimos dez anos (como apresenta Tavares de Almeida, 2017). Fazendo com que essa hegemonia discursiva fosse deslocada para outros repertórios, nitidamente representado ao longo pleito presidencial de 2014, demarcando na “alta política”, o início mais proeminente de um processo truculento de antagonismo entre os dois partidos (PT e PSDB) levado aos picos de tensão nas eleições presidenciais de 2014.

Em concomitância a esse processo, ocorreram denúncias de corrupção nos altos escalões do poder com a Operação Lava-jato da Polícia Federal e as Jornadas de junho de 2013. Nesse sentido, conforme analisa Cunha (2014), presenciamos também a emergência cada vez mais significativa do conservadorismo moral e religioso que enaltece-se desde as transformações sociais iniciadas nos anos 2000, com a abertura da agenda política para os direitos humanos e gênero, pautas associadas ao Partido dos Trabalhadores e relacionadas com os partidos da esquerda em geral. Tal abertura fomentou agências reativas por meio da mobilização de repertórios de ação e antagonismos de setores moralistas, fortalecendo suas representações políticas nos legislativos Federal e Estadual na tentativa de alterar/barrar tais conquistas.

Frente a ausência de uma estrutura hegemônica que dê um ordenamento direcionado, ou seja, a disputa para os pleitos políticos e os discursos no espaço público tendem a se tornar, cada vez mais, reativos visto que o deslocamento causa antagonismo e num processo de co-constituição enaltece os subjetivismos políticos dos atores sociais, bem como seu engajamento do espaço público. O mais interessante no processo do discurso é a produção de seu significado e significante, de um lado temos o símbolo anti-PT, o boneco “pixuleco”, do outro temos a frase melódica: “Lula Ladrão, roubou meu coração”, e no campo moral envolto das questões da ideologia de gênero, cujos os defensores afirmam a necessidade do debate em todos os níveis sociais e seus detratores combatem veementemente, como o pastor assembleiano Silas

Malafaia, que qualifica a ideologia de gênero como: “uma das maiores engenharias do diabo para destruir a família”³. Revelando a proporção da fragmentação discursiva da política e da sociedade nacional.

Para isso, nos debruçaremos na análise da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, apoiada numa leitura crítica acerca da epistemologia moderna, que por muito se sustentou no pensamento positivista e iluminista em torno de uma concepção do sujeito – o colocando no centro do universo-, caracterizando-o através da razão, da capacidade de conhecer e expressar a realidade como ela se apresenta (OLIVEIRA, 2006). Todavia, essa forma de conceber o sujeito na modernidade vem sendo contestada por pensadores pós-fundacionistas e pós-estruturalistas como Ernesto Laclau, Michel Foucault, Jacques Derrida, entre outros pensadores que, indicando para outra concepção de sujeito - tal percepção critica a existência de um indivíduo totalmente centrado, uno e dotado das capacidades de razão, de ação e consciência (OLIVEIRA, 2014) – defendem, como argumenta Hall (2001, p. 13), “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam”, multiplicando-se também, possíveis identidades e percepções da mesma.

Não obstante, o sujeito não é visto como possuidor de uma identidade fixa, essencial e permanente, nesta perspectiva é preferível trabalhar com a noção de identificação e não de identidade, pois trata-se de processos psicológicos através dos quais os indivíduos ao assimilarem aspectos, propriedades e atributos do (s) outros (s), conforme identifica Oliveira (2014), constitui a própria personalidade dos sujeitos.

Por conseguinte, acreditamos que a análise apoiada no conceito do sujeito pós-estruturalista interpreta melhor a complexidade do processo intenso de contatos, identificações, diferenças e pluralidade que se dá na contemporaneidade. Sendo que o principal condicionante desta implicação epistemológica sugere uma nova leitura do sujeito, por meio das concepções de que a realidade é compreendida discursivamente, e, por isso mesmo, construída simbolicamente com as interpretações subjetivas - produção de sentido que faz parte da maneira constitutiva da realidade – geradora de conflitos de interpretações (antagonismo), conseqüentemente, a relativização dos valores sociais e a demanda por fatos políticos no espaço público plural.

Em síntese, almejamos nesse capítulo demonstrar a importância da conjuntura política atrelada a teoria do discurso como um dos principais fatores de relevância para a decisão do

³ Entrevista disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5084196/malafaia-prega-contra-politicamente-correto-para-alckmin-e-doria>>. Acessado em: 03/09/2017.

pleito executivo carioca, cujo o candidato Marcelo Crivella obteve vitória após quatro campanhas executivas não bem-sucedidas (2004, 2008, 2006 e 2014). A fim de desvelar, no nível teórico, por meio das análises dos acontecimentos sociopolíticos dos últimos anos, alguns apontamentos estruturais que se fizeram presentes no pleito de 2016 e que podem ter auferido maior plausibilidade a candidatura de Crivella.

1.1 - Incursão Religiosa na Política Nacional: balizando o tema

Nas últimas décadas, os evangélicos tornaram-se importantes atores no processo político brasileiro no qual nenhuma pesquisa sócio-política pode negligenciar. Machado (2006) esclarece que a curva ascendente desse grupo se relaciona diretamente com o movimento de diversificação e difusão do pentecostalismo. Como aponta o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁴, entre 2000 e 2010, o total de evangélicos no Brasil subiu de 26,2 milhões para 42,3 milhões em 2010. A proporção de evangélicos em relação à população do país avançou de 15,5% para 22,2%, alcançando uma estimativa de 27 milhões de eleitores evangélicos, demonstrando, assim, uma alta capacidade de ressignificar e incorporar elementos de outras tradições confessionais, adquirindo plasticidade, um caráter dinâmico e maior adesão aos seus quadros.

A presença de representantes evangélicos no Legislativo e no Executivo de diversos estados e municípios, além de sua significativa presença na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstra a força desse segmento junto à população brasileira e na própria articulação política no Congresso Nacional com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE)⁵. Todavia, a participação dos evangélicos na política partidária foi relativamente pequena na maior parte do século XX, ganhando projeção somente em 1986, a partir das eleições para a Assembleia

⁴ Dados disponíveis em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao&view=noticia>>. Acessado em: 12/09/2017.

⁵ De acordo com o site da Frente Parlamentar Evangélica ela possui 193 membros inscritos, dentre eles alguns católicos, por exemplo. Ao mesmo tempo que os evangélicos também se fazem presentes em outros grupos, como a Frente Parlamentar Católica e demais. À primeira vista, nos parece que os evangélicos têm um peso muito grande, mas não é tão grande assim, uma vez que, como argumenta Maria das Dores Machado em uma entrevista ao El País, “os evangélicos são hoje 16% do Congresso, mas aparecem com essa força toda porque são muito articulados e assertivos, têm uma postura muito beligerante e fazem aliança com vários segmentos que também são conservadores, o que fez com que eles, nos últimos anos, se fortalecessem. Principalmente depois que o Marcos Feliciano foi para a presidência da Comissão de Direitos Humanos, e o Eduardo Cunha para a presidência da Câmara”. Entrevista disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html?id_externo_rsoc=FB_CC>. Acessado em: 04/12/2017.

Nacional Constituinte (FRESTON, 1993). Enquanto nas eleições de 1982 foram eleitos 12 deputados federais evangélicos, sendo apenas 2 pentecostais⁶, já no pleito de 1986 foram eleitos 32 parlamentares desse segmento religioso, sendo 18 deles pentecostais. Como demonstra Souza (2009), ocorreu um expressivo crescimento de 900% dos pentecostais.

Em 1990, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) elegeu três representantes federais e 6 estaduais, chegando em 1994 a 6 federais e, de novo, 6 estaduais. É crível observar que esses êxitos eleitorais, como argumenta Souza (2009), ocorreram proporcionalmente nos lugares onde a igreja possuía a maior quantidade de templos e adeptos. Por conseguinte, nas eleições de 1998, dos 44 deputados federais evangélicos eleitos, 14 eram ligados à IURD. O número de deputados estaduais saltou de 6 para 26, dentre eles os reeleitos irmãos de Edir Macedo, bispo e um dos fundadores da IURD (SOUZA, 2009). Esse número fez com que os candidatos estaduais eleitos naquele ano abrangessem 18 Estados da Federação. De acordo com Souza (2009, p. 6): “a soma de votos de deputados federais eleitos e indicados pela igreja chegava a 1,4 milhão [em 1998], algo comparável à votação nacional de legendas de médio porte, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PDT”.

Em 2002, a representação evangélica no Congresso ampliou consideravelmente, chegando a 51 parlamentares, com 49 deputados federais e 3 senadores eleitos. Contudo, de 2002 a 2006, o número de deputados federais evangélicos reduziu 38%, passando de 51 para 32. Essa redução foi motivada por denúncias envolvendo o escândalo das sanguessugas⁷. Passado outro período eleitoral, a bancada Evangélica eleita em 2010 cresceu em relação à representação anterior, contando com 73 parlamentares, sendo 70 deputados e três senadores evangélicos. Com este número, a bancada evangélica recuperou a capacidade de articulação e negociação dos temas de seu interesse no Congresso, após as denúncias de 2006.

A atual legislatura (2015-2018) é composta por 85 deputados federais e 2 senadores, totalizando 87 parlamentares. Fato notável ocorreu em Agosto de 2017, quando três suplentes foram efetivados devido a renúncia dos seus titulares, eleitos para cargos públicos. Dentre eles,

⁶ No Brasil o pentecostalismo é compreendido, principalmente, através das “três ondas” do movimento pentecostal (ver FRESTON, 1993). Sendo as igrejas da primeira onda: Assembleia de Deus, Congregação Cristã e etc.; segunda onda: Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor e etc.; e a terceira onda: Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus entre outras. Contudo, essa classificação não é tão bem aceita entre os estudiosos da religião, uma vez que desde o início dos anos 2000 até os dias de hoje, a sociedade brasileira cresceu, apresenta novas demandas e necessidades sociais, bem como novas tendências pentecostais surgiram, logo, passível de reeleituras no âmbito acadêmico.

⁷ Também conhecida como “máfia das ambulâncias”, foi um escândalo de corrupção visibilizado em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. Entre seus principais envolvidos estavam os ex-deputados Ronivon Santiago, Carlos Rodrigues (ligado a IURD) e Cabo Júlio e Cleuber Brandão Carneiro.

destaca-se o então senador e bispo licenciado da IURD, Marcello Crivella, que renunciou para assumir a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, além de quatro suplentes em exercício. Na Câmara, sete dos eleitos renunciaram por terem sido eleitos prefeitos em 2016⁸.

Percebemos, dessa forma, como argumenta Joanildo Burity (2015, p. 106), a publicização da religião, derivada da “emergência de novos contendores religiosos à ocupação de espaços públicos de visibilidade, reconhecimento e reparação, suscita disputas sobre as regras dessa ‘entrada’ ou ‘ocupação’”. Destarte, todos esses processos têm sido rodeados de polêmicas e embates, com a percepção da presença ativa e das demandas desses atores na esfera política e social. Além disso, destaca-se o caráter controverso da religião pública, que é capaz de ressignificar práticas discursivas para um cenário até então laico, culminando na desprivatização como força política e social, conforme permeia as intercessões acerca de sua presença/ausência legítima ou ilegítima, agência reativa ou construtiva, e o próprio grau de antagonismo aceitável à publicização religiosa (BURITY, 2015).

Nessa perspectiva, como assevera Oro (2003), os pentecostais são o grupo mais competitivo e com maior capacidade de transferir influência da esfera religiosa para a esfera política. Utilizam-se da mobilização de esforços evangelísticos para atrair e recrutar novos fiéis, por meio do uso da mídia e demais fontes de proselitismo. Assim, alcançam visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, quando a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias.

O sucesso nas disputas eleitorais seria o resultado, entre outros fatores, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização de fiéis, sendo uma revisão da concepção política e de cidadania por parte dos grupos pentecostais, como demonstra Machado (2006), fazendo coro a análise de Burity (2006), cujo processo de incursão política dos pentecostais trouxe duas descontinuidades ao introduzir nas instituições representativas lideranças sem qualquer tradição de participação política organizada ou com algum elo com as elites do sistema político tradicional, assim como por inserir na linguagem política elementos da religião, familiares a esses novos representantes.

Desse modo, o avanço do processo de pentecostalização do campo evangélico tende a demonstrar uma espécie de reafirmação da esfera religiosa para compreensão do mundo político ou, como descreve Casanova (1999), tal movimento teria como objetivo proteger o mundo da

⁸Dados disponíveis em: <<http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/composicao-bancada-evangelica/>>. Acessado em: 20/08/2017.

vida tradicional da lógica administrativa, de modo a questionar a ética discursiva do Estado e, portanto, sua normatização. Contudo, o neoconservadorismo evangélico não é um dado isolado, mas sim uma parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira em geral.

Não obstante, ele emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero (CUNHA, 2016), que tem adquirido maior visibilidade e densidade nos últimos anos, como demonstra Souza (2013) por meio do fortalecimento da mobilização política do movimento na luta por seus direitos como direitos humanos, do crescente interesse da academia pela temática, no âmbito dos estudos de gênero, assim como das conquistas do movimento no campo jurídico (ex: união homoafetiva). Ou seja, em contraposição a multiplicidades de agendas no espaço público contemporâneo (movimentos LGBTT, nova estrutura familiar, aborto⁹, as questões em torno do “Kit gay” e ideologia de gênero etc.).

Contudo, a relativização de que os evangélicos são somente reativos é altamente simplista, pois também são fruto do processo agudo de democratização do país após a Constituição de 1988, e dessa forma, também objetivam lograr espaço na esfera pública. De modo que, na ampliação da democracia brasileira, os evangélicos são atores tão legítimos quanto outros no escopo social, os que diferenciam é que seus discursos partem de uma base religiosa. Assim como os movimentos LGBT, raciais e feministas, os evangélicos almejam da mesma maneira o reconhecimento, além de tornar visível suas demandas.

Como argumenta Gracino Júnior (2016, p. 315) sobre o espaço público da atualidade:

A experiência ambiental da contemporaneidade, ao mesmo tempo que põe em suspenso fronteiras nacionais, de raça, de classe e de religião franqueia aos indivíduos a possibilidade infinita de reinvenção ou engajamento nessas mesmas instituições. Se, por um lado, nossa iconoclastia perante as imagens ocidentais de mundo levou-nos a experimentar mais, a vagar por um mundo mais desregulamentado, onde assistimos a um pulular de demandas por reconhecimento, que extrapolam muito o binômio classe-raça, por outro trouxe novamente a vida velhas formas de associativismo e segregação

⁹ Tomaremos como exemplo da agência reativa evangélica no Congresso Nacional a questão do aborto e da noção de ideologia de gênero, pautas abertas ao debate público de modo mais visível a partir dos anos 2000, como argumenta Cunha (2016), sendo temas recorrentes na pauta da bancada evangélica, que se articula como uma frente parlamentar suprapartidária (contando também com o apoio de parlamentares católicos) quando o debate toca nessa questão. No caso do aborto, por meio da resistência às propostas de expansão do direito à interrupção da gravidez nos debates no Congresso, por exemplo.

que julgávamos há muito mortas. É a consciência desse equilíbrio precário, da artificialidade dos arrazoados discursivos sob os quais vivemos, que nos dá a possibilidade infinita da experimentação ou da negação pura e completa do novo [...].

Portanto, neste momento de disputas sociais intensas, o que devemos analisar sistematicamente são os “nexos causais”, logo, a conjuntura que mobiliza os atores sociais e como se apresentam. Devem ser considerados o comportamento desses atores integrados a redes religiosas, elucidado por Vital da Cunha (2017, p. 127), no tocante às pautas sociais que entram em conflito com a “tradição”, os papéis sociais estabelecidos e suas denominações, bem como a centralidade cristã marcadora de identidade e dinamizadora da vida social.

Isto posto, presenciamos um processo emergente de co-constituição do religioso e do político. Como compreende Vital da Cunha (2017), períodos de transformação social podem ganhar dimensão histórica no interim de acontecimentos, mobilizações e contestações sociais no Brasil - visto as Jornadas de Junho de 2013, escândalos de corrupção, Operação Lava-Jato, Impeachment e as denúncias de corrupção envolvendo os altos escalões do governo Temer e o próprio presidente - que passam a ser ressignificadas pelo deslocamento do político, desvelando a apatia e a descredibilidade das instâncias do poder.

Cenário que tende a favorecer a entrada em pleitos eleitorais de políticos não “profissionais” (outsiders)¹⁰, bem como a incursão de candidaturas de atores políticos com forte identidade evangélica¹¹, numa estratégia discursiva de ocupação da esfera política por parte destes segmentos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito (BURITY, 2006) e muitos com o teor moralista/conservador. É crível salientar que os discursos desses atores religiosos não exortam a população a buscar orações e sacrifício – mesmo que possam ser complementarmente exigidos – ao contrário, apelam à identidade cristã e aos valores e princípios ligados a religião, como responsabilidade, comprometimento e solidariedade (GRACINO JUNIOR, 2016). Neste contexto, foram apresentadas candidaturas executivas evangélicas, em que chamamos atenção para o caso de Everaldo Pereira em 2014 concorrendo ao cargo de presidente do país - sendo a primeira candidatura confessional evangélica à presidência da República¹²- e, de modo especial e objeto de estudo desta dissertação, a eleição

¹⁰ Como o prefeito eleito de São Paulo em 2016, João Doria (PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira).

¹¹ Bem como de candidatos mais progressistas, como forma de reação aos atores sociais mencionados.

¹² Guardadas as devidas proporções, desde de 1988 (recorte temporal escolhido) candidatos evangélicos disputaram a presidência da República, como Anthony Garotinho e Marina Silva, todavia, são candidatos com pertença religiosa evangélica, mas com discursos “universalistas”, abrangentes sem grandes especificidades religiosas. Já Everaldo, apresenta um discurso com alto teor religioso conservador: “defesa da vida desde a sua

de Marcelo Crivella que após disputar sucessivas vezes ao governo e a prefeitura do Rio de Janeiro¹³ sai vitorioso no pleito de 2016.

Não obstante, ao levarmos em consideração os dados levantados por Vital da Cunha (2017) que mostram que em 1980, os evangélicos eram 3% da população do estado do Rio de Janeiro, mas chegaram a 15,8% em 2010, segundo o IBGE, tornando a média do estado maior do que a nacional, de 13,3%. Mesmo numeroso, esse segmento não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um desafio para a eleição de candidatos evangélicos para o Executivo.

No mesmo período, os católicos passaram de 80,6% da população fluminense para 46,3%. Na esfera estadual, a identidade evangélica é ativada pelos opositores como meio de aumentar a rejeição em torno de um candidato, como ocorreu nas últimas eleições de 2014 e 2016 com Crivella. Todavia, a disputa pelos votos religiosos e o apoio de líderes evangélicos só foi se intensificando ao longo da disputa, devido ao “piso alto” desses candidatos, conforme analisa Cesar Romero Jacob (JACOB apud VITAL DA CUNHA et al, 2017, p.82): “quando o candidato tem uma marca religiosa muito forte, ele tem o piso alto, começa muito bem, mas o teto baixo”. Ou seja, o candidato com uma identidade religiosa forte, inicia com índices de votos nas pesquisas relativamente altos, comparado com as médias dos demais candidatos, porém, apresenta a dificuldade de se manter na liderança ao longo da campanha. Pois, não conseguem ultrapassar outras margens de votos que não sejam de sua base “natural”, por isso mesmo, começam a disputa com o piso alto, mas o teto baixo (pela dificuldade de expandir sua base eleitoral).

Com base nas reflexões mencionadas e para o estabelecimento da hipótese temos que hierarquizar certos conceitos analíticos da literatura e atrelá-los com os dados empíricos do cenário político de 2016. Para isso, parece plausível pensar sobre os processos de agência e antagonismo, e seus consequentes questionamentos que produzem uma relação de co-constituição com o objeto e a própria pergunta proposta neste projeto de dissertação (conforme

concepção”, “valores tradicionais da nação brasileira” (VITAL DA CUNHA et al, 2017). Sem contar a escolha que acompanhou seu nome nas urnas, “pastor”.

¹³ Uma outra referência de candidatura evangélica no Estado ou no município do Rio de Janeiro, além do já citado na nota de rodapé 4, Anthony Garotinho, é Benedita da Silva (presbiteriana). Em 1992, foi candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a prefeitura do Rio, sendo derrotada por César Maia candidato, no período, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1998, sai vitoriosa da disputa para o governo do Estado do Rio de Janeiro como vice-governadora na chapa com Anthony Garotinho. Com a renúncia de Garotinho para disputar a presidência da República, assumiu o governo em 2002. No mesmo ano tenta sua reeleição, mas perde no primeiro turno para Rosinha Garotinho (PSB-Partido Socialista Brasileiro), esposa de Garotinho, que obteve 51,30% dos votos enquanto Benedita alcançou 24,44% dos votos, de acordo com o site do TSE sobre os resultados das eleições de 2002.

apresentado na introdução). Para tanto, devemos refletir em conjunto com outras perguntas intimamente ligadas à nossa pergunta central, apresentada na problemática: “por que vemos uma irrupção de mobilização política de grupos religiosos? O que estaria falhando no funcionamento das instituições sociais e políticas para provocar, mas também dar lugar à referida desprivatização religiosa?” (BURITY, 2015, p. 87).

Nessa perspectiva, acreditamos que a possível resposta, como apresenta Burity, trata-se de uma agência reativa: mudanças rápidas, incertezas e crises em escala nacional e mundial estariam ameaçando profundamente valores e práticas “tradicionais”, provocando assim uma tentativa de reasserção de vozes religiosas. Por conseguinte, qualquer engajamento público religioso tende a ter conotação conservadora, pretende interromper ou reverter mudanças historicamente consolidadas. Christian Smith em *American Evangelicalism: embattled and thriving* (1998) enaltece que a identidade evangélica, e em especial a pentecostal, procura assegurar coesão, compromisso e o engajamento de seus membros, ao visibilizarem suas causas e enfrentar o que compreendem genericamente, como decadência e afronta moral e ameaça à sua religião, à sua liberdade e a seus valores (MARIANO, 2016).

Ao mesmo tempo, a incursão de evangélicos enquanto atores políticos nos demonstra outro aspecto sócio-político nacional sobre a crescente presença eleitoral e parlamentar, diz respeito como analisa Burity (2006) a um deslocamento do político para outras áreas do social, em função da crise ou esgotamento das práticas e instituições tradicionais da política. Sendo uma de suas expressões a perda de interesse pela política decorrente de uma avaliação negativa sobre suas práticas e pelas próprias instituições, lembrando que o cenário eleitoral de 2014, envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivou o repúdio à corrupção e os protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. As surpreendentes manifestações de junho de 2013, bem como o acirramento das denúncias da “Lava-jato” e a crescente polarização política decorrente da eleição presidencial de 2014. E o processo de impeachment de Dilma Rousseff iniciado em dezembro de 2015 e concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma.

Essas mobilizações suscitaram apatia aos políticos tradicionais ao mesmo tempo que o ressentimento, na frequência de erupções de escândalos de corrupção nos altos escalões do poder e na incapacidade crescente dos governos de darem soluções para os graves problemas desde de desigualdade social e violência a própria estabilidade do governo desde as eleições de 2014. Se há um esgotamento político, por que os atores evangélicos investem nos pleitos, principalmente no executivo como na cidade do Rio de Janeiro, se são espaços deslegitimados?

Tal ação deve-se ao fato de que os cidadãos-eleitores estão sem *representatividade* pois não se sentem representados ou contemplados com os políticos tradicionais, o que pode ser traduzido como argumenta Burity (2006, p. 184) em *representação* política, o que os levam a um *investimento na política*. Ou seja, esse investimento implica tanto uma politização do discurso religiosos como numa estratégia de ocupação na esfera pública por parte dos segmentos religiosos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito.

Burity (2006, p. 185) ainda aponta, que a polarização entre um discurso laico dominante que não consegue solver a crise política de legitimação como parte interdependente de sua trajetória e um discurso laico e religioso emergente que demanda um redesenho estrutural e das práticas de representação, situam o lugar específico do político em nossa sociedade. Esse aspecto revela a importância, e até mesmo, a necessidade de melhor entender a vitória de Marcelo Crivella a prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2016, como uma peça da grande engrenagem sociológica política nacional. A fim de conceituar e compreender, como expressa Vital da Cunha (2017, p.110), não apenas as esferas que em geral, abordamos os “fenômenos sociais, como religião e política, mas também o imbricado modo como tais “mundos” são articulados pelos sujeitos e/ou forças em interação em diferentes contextos”.

Em síntese, podemos enumerar duas principais hipóteses: o deslocamento do político, abrindo espaço para a entrada de novos atores políticos com discursos “reformadores” e “edificantes” contra a corrupção, bem como a estruturação de uma agência reativa - que por ser uma articulação discursiva é propriamente ambivalente, devido ao processo de antagonismos - no espaço social fortalecendo certos tipos de discursos como moralistas e conservadores - mesmo ocorrendo seu antagonismo, a presença desse discurso demonstra maior capacidade de arregimentação, ao menos no senso comum, como no caso da exposição cultural no Santander Cultural, denominado *queermuseu*¹⁴, que abordava a temática LGBT+, questões de gênero e de diversidade sexual). Não obstante, a compreensão desses pontos devem ser interligados à análise das conjunturas nacional e a específica carioca, como o desgaste do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e seus respectivos líderes- Eduardo Paes, Luís Fernando Pezão e Sergio Cabral, este último atualmente preso, até mesmo a insistência de Eduardo Paes na candidatura de Pedro Paulo – e, a própria fragmentação partidária ao longo de todo pleito, em que partidos similares ideologicamente preferiram candidaturas avulsas do que se coligarem. Sendo assim, propomos que para compreender a vitória de Marcelo Crivella

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924045-museu-de-arte-do-rio-nao-vai-receber-queermuseu-por-pedido-do-prefeito.shtml>>. Acessado em: 27/11/2017.

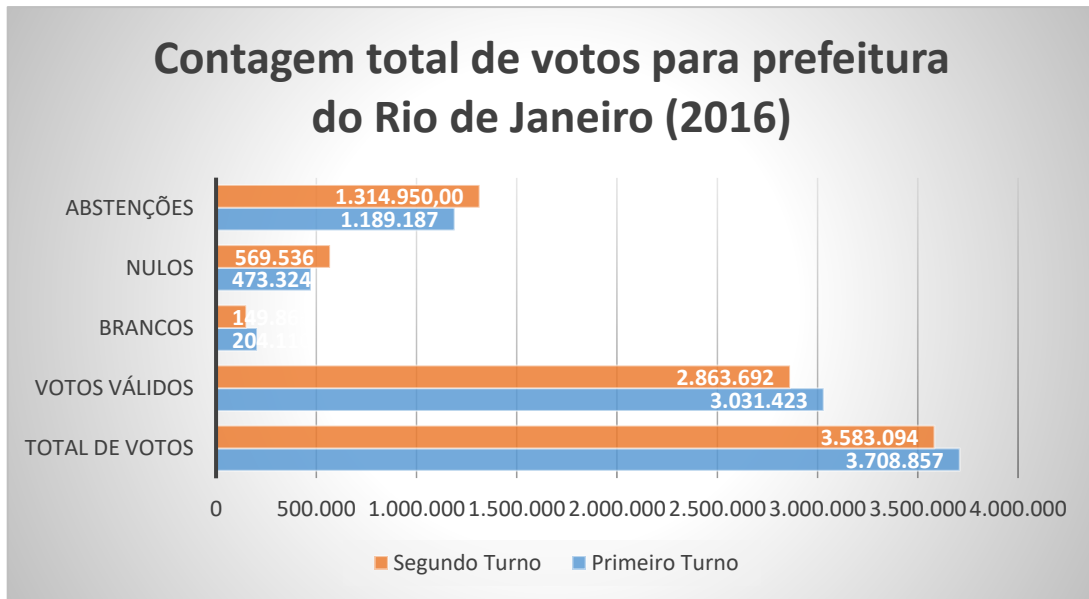
devemos analisar a articulação dos discursos no espaço social, sua forma de significação, bem como seu aspecto relacional com a conjuntura política brasileira como principal “acionador” da configuração eleitoral carioca em 2016.

É indubitável nesse contexto a presença dos neopentecostais e sua capacidade de engajamento eleitoral por parte das instituições como a IURD, foram de crucial importância para a inserção e manutenção de bases eleitorais nas periferias como a zona norte e oeste do Rio de Janeiro. Mas sem dúvidas, num sentido de hierarquização de hipóteses a conjuntura nos demonstra ser a principal, de modo que a importância dos eleitores-fieis, não explique *per se* a vitória de Crivella, pois permaneceria uma espécie de “gargalo” ao executivo (50% dos votos mais um), estatisticamente a vitória de Crivella, não se deu particularmente por conta do eleitorado evangélico. Se contabilizarmos os dados fornecidos pelo IBGE em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, temos os seguintes números: a população carioca possui 6.320.446 habitantes e o número de evangélicos em torno de 1.477.021, portanto os evangélicos na cidade beiram em cerca de 23% da população total, em um colégio eleitoral de 4.898.040 eleitores, com cerca de 30% da população evangélica, estatisticamente ¹⁵.

Crivella obteve dessa forma o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória. Sem a crise econômica, política e conseqüentemente o desgaste da esquerda (cooptada hegemonicamente pelo Partidos dos Trabalhadores nesse espectro político), bem como a crise moral – corrupção e aos políticos tradicionais - desvelaram a apatia aos candidatos através dos elevados números de abstenções nos dois turnos cariocas e a disputa de antagônicos no segundo turno, esquerda/liberal (Freixo) e centro-direita/conservador (Crivella). Conforme apresentado nos gráficos abaixo:

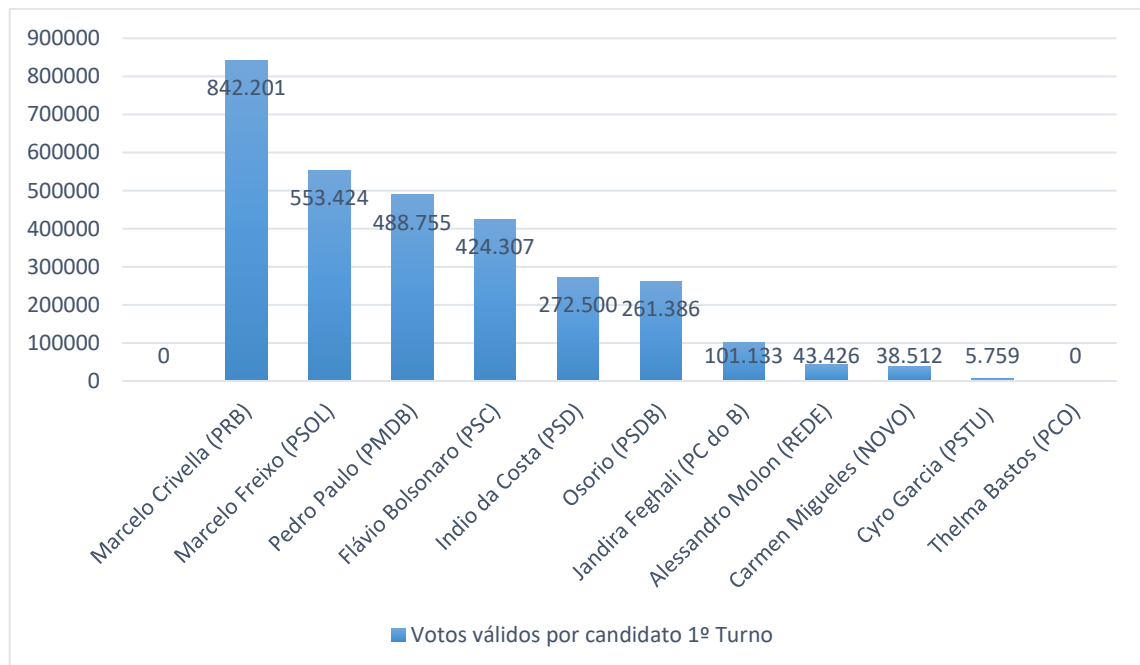
¹⁵ Esses dados consideram também crianças, jovens e idosos que não votam, pois, o código eleitoral não permite ou por ser facultativo. Sendo, portanto, uma estimativa não refinada. Frisamos que os 30% de evangélicos aptos a votar, correspondem aos dados estatístico do IBGE, no censo de 2010. Sites como Folha de São Paulo e Nexo Jornal, utilizam os dados do Datafolha, mais recentes, que compreendem um universo de 33% de evangélicos aptos a votar. Portanto, uma margem de 3% em relação ao IBGE. Conforme suas respectivas matérias: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1826271-crivella-mantem-vantagem-sobre-freixo-mostra-pesquisa-datafolha.shtml>> e <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/30/5-motivos-que-levaram-Crivella-%C3%A0-vit%C3%B3ria-no-Rio>>. Acessados em: 20/04/2017.

Figura 1: Total de votos 1º e 2º turno



Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE.

Figura 2: Candidatos no 1º turno



Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE.

Figura 3: Candidatos no 2º turno



Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE.

Como podemos perceber o número de abstenções foi a protagonista nos dois turnos para o executivo do Rio, sendo que no segundo turno as abstenções (26,85%) e os votos brancos (4,18%) e nulos (15,90%), entre Marcelo Freixo e Crivella, totalizaram 46,93% do total de votos não direcionados a nenhum dos candidatos. Reflexo, como já mencionado, da crise política, dos escândalos de corrupção e do longo processo de destituição de Dilma Rousseff, além do fato do desgaste dos partidos de esquerda corroborado por esses processos, e o fortalecimento de segmentos conservadores na opinião pública (expoentes como Jair Bolsonaro e Silas Malafaia que capitalizaram o debate) afetando Marcelo Freixo, candidato de esquerda pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mesmo Crivella apresentando indícios de rejeição consideráveis 31% no primeiro turno, segundo o Datafolha, o candidato da IURD saiu beneficiado pelo contexto político brasileiro.

Crivella venceu Freixo pela diferença de 536.368 votos (59,37% e 40,63% dos votos válidos respectivamente), e em seu discurso de posse agradeceu aos “90% dos evangélicos do Rio de Janeiro” que votaram nele no segundo turno, algo que “nunca tinha acontecido”. Fez referências a uma série de denominações evangélicas em especial: “ao povo da Igreja Universal, ao povo da Igreja Batista, que votaram em nós”. Disse ainda que, pela primeira vez, durante a última campanha eleitoral, conseguiu “se aproximar da Igreja Católica”, mencionando o arcebispo do Rio, Dom Orani Tempesta.

De fato, a última pesquisa DataFolha¹⁶ sobre a eleição carioca, realizada em 29 de outubro, mostrou que Crivella teria 92% dos votos válidos entre os evangélicos pentecostais, e entre os não-pentecostais, no entanto, seu percentual decresceu para 80%. Na verdade, se as intenções de votos foram efetivadas nas urnas, demonstra a força eleitoral que Crivella conseguiu com os evangélicos, todavia, tal fenômeno como sempre aludido nesta hipótese é decorrente da própria conjuntura política, uma vez que o segmento evangélico é altamente sectário, havendo centenas de denominações que disputam entre si, ou seja, não são um grupo homogêneo e sua vitória no executivo contou com o voto de outros grupos não enquadrados como evangélicos.

Por fim, o comportamento eleitoral foi definido pelo contexto e a conjuntura específica deste processo, postas num campo *relacional*, como aponta Burity (2006), já que a identidade desses grupos religiosos não está dada de forma definitiva nem plenamente constituída a sua entrada no processo eleitoral. Mesmo se o inverso fosse verdadeiro, o “gargalo” para executivo permaneceria estável. Contaram, dessa forma, com os estratos do eleitorado não-pentecostais que não optaram pela abstenção ou votos brancos e nulos e escolheram Crivella como melhor opção no segundo turno.

De modo que, os contornos da participação eleitoral, se altera, transforma-se por meio de confrontos e alianças que se estabelecem nesse processo, em que, a presença religiosa nos pleitos executivos são marcados por flutuações e não por votos consolidados, assim, como o voto do típico eleitor brasileiro: personalista, pragmático e pautado pelas qualidades pessoais e carismáticas dos candidatos, dependente da estrutura e do contexto sócio-político incidente.

1.2- Localizando a Teoria do Discurso

Como aporte teórico necessário partimos do pressuposto, e da forma como as demais partes desta dissertação foram desenvolvidas, que a teoria central que trata do nosso objeto de estudo é a teoria do discurso político de Laclau e Mouffe. Cujas análises gravitam acerca do deslocamento, discurso e antagonismo que demarcam a onipresença no idioma político falado e escrito, sobre os processos de “crise” que nos parece ser um termo oportuno para chegar às questões essenciais relacionadas à mudança social, ao vínculo entre a mudança e a natureza da

¹⁶ Pesquisa disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827616-crivella-lidera-com-58-no-rio-mas-vantagem-sobre-freixo-diminui.shtml>. Acessado em: 20/04/2017.

realidade política, a composição social e a transformação das fronteiras sociais, bem como as ressignificações das práticas religiosas que por sua vez estão ligadas a questões de inclusão e exclusão, poder e subordinação, democracia e controle (NABERS, 2015).

O ponto de partida do pensamento de Ernesto Laclau é a crítica ao marxismo, percebido como projeto teórico incapaz de dar conta da compreensão das relações sociais contemporâneas. Segundo Laclau, o marxismo ficou restrito a uma concepção essencialista da sociedade, pautada, sobretudo, na lógica reducionista das relações sociais restritas ao antagonismo: capital *versus* trabalho. Não obstante, para Laclau, o que existe efetivamente é um complexo espectro social formado por inúmeras identidades, constituídas a partir das relações discursivas antagônicas, distintas do antagonismo de classe, que segundo o pensador argentino, têm um lugar específico (*locus*) particular e não universal, a priori (MEDEONÇA; PEIXOTO, 2014).

Nesse sentido, como assevera Mendonça e Peixoto (2014), a teoria de Laclau está fundamentada na noção de que o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso. Discurso, como apreende Laclau (2011), é uma categoria definidora que une palavras e ações, que tem – por sua vez - natureza material e não material/ideal. Discurso é prática, por isso mesmo, remete-nos a noção de prática discursiva, logo, de articulação(ões).

A teoria do discurso deve ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos. Portanto, o discurso possui um sentido específico, por meio da ativação dos recursos linguísticos, logo, uma fala, um pronunciamento ou um uso social da linguagem. Embora, entende-se que o discurso não é tão somente formado por características linguísticas, não se restringe aos atos de fala ou ao que está estritamente escrito. O discursivo deve antes ser percebido como a união entre o que se fala e o que se escreve, mas também a forma como se age. O discurso, assim, deve ser entendido a partir da admissão de que toda prática social é uma prática significativa, pois o social em si é um social significativo. Assim sendo, o discurso possui uma dimensão ontológica (MENDONÇA, 2012).

Ora, nessa perspectiva o sujeito falante, o agente, só produz ou comunica sentido na medida em que realiza uma performance a partir de regras produzidas através de processos sobre os quais não tem individualmente o controle. Ao mesmo tempo que os agentes, no agenciamento de seus lugares sociais/discursivos possuem numerosas formas de articulação de intervenções, como argumenta Burity (2014). Em que os interesses, cálculos e estratégias são constituídos também para resistir a determinadas restrições colocadas pela ordem vigente. Ao

passo que, ao tratarmos de uma linguagem, associamo-nos com uma imagem conceitual e uma matéria fônica que articuladas num signo produzem sentido, desse modo, o processo de significação encontra equivalência nessa articulação de um significante e um significado (BURITY, 2014). De maneira que as possibilidades de significações são infinitas, permeadas de relações precárias – pois o conhecimento pleno é impossível, uma vez que, são sempre mal fechados e incompletos, devido as miríades de discursos sociais presentes - e contingentes - dependentes de um contexto histórico constitutivo (MEDEONÇA; PEIXOTO, 2014). Portanto, em termos de estratégia política, para Laclau, a real possibilidade de se chegar ao “fim da história”, não existe, no sentido de vitória de um projeto político definitivo, característico dos sonhos de correntes políticas idealistas.

De acordo com Burity sobre a tese de Laclau, não haveria uma apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso e pelo seu sentido em sistemas de significação que situem e hierarquizem esses fatos no mundo, se articulando ou disputando com outros a estabilização dos objetos que descrevem e situam o espaço social.

O discurso é uma teoria política. Em que “o político” se constitui a partir de relações de poder medidas antagonicamente. De modo que, o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas, como assevera Mendonça (2012), essas lógicas devem ser analisadas a partir da ideia de discursos em luta, de discursos antagônicos. De tal forma como apresentado após as eleições de 2014, acerca dos discursos legitimadores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, legalistas, e dos contrários cuja narrativa se pautava na noção de golpe.

1.3- As análises do discurso em Foucault e Laclau: desconstrução e genealogia

Todo discurso tem como objetivo a produção de certos efeitos de sentido – de acordo com Deleuze (1999), o sentido não é uma substância, uma coisa, mas uma relação ou “atributo do estado das coisas” - afetando, de modo recíproco, organismos sensíveis à atividade significante. É, pois, nesse sentido que o poder ideológico, conforme assevera Ronaldo Sales (2014, p. 164), “não é apenas uma questão de significado, mas de fazer o significado aderir, sendo, pois, uma questão de hegemonia”.

O poder, de acordo com Foucault (2016), não é algo que uns detêm e outros não, numa função meramente repressiva. O poder se caracteriza, em seus estudos, como operações difusas

e complexas, não confinadas aos parlamentos e exércitos, mas se estende em uma rede de força interconectada, penetrante e inteiramente articulada. Este é o cerne do que Foucault denomina “microfísica do poder”, ao polemizar a analítica do poder com a teoria de Althusser dos aparelhos ideológicos do Estado, ao criticar e dissolver a ideia de centralidade do poder do Estado (SALES, 2014). Considerando, deste modo, o poder criativo e constitutivo, tanto quanto repressivo.

Sendo que as articulações entre saber e poder são mediadas pelos modos de produção da verdade. Ora, por verdade deve-se entender o conjunto de regras segundo as quais podemos distinguir o verdadeiro do falso, atribuindo ao “reconhecido” como verdadeiro efeito específico de poder. Dessa forma, o poder é entendido como exercício, prática, multifacetada e cotidiana que se permeia no social em inúmeras micro técnicas de poder, como argumenta o próprio autor (1995, p.243), o exercício de poder:

[...] pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Assim, para Foucault, viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível alguns agirem sobre a ação dos outros. Foi a essa relação específica de poder que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar. O poder disciplinar é característico de uma determinada época, a sociedade capitalista, e uma forma específica de dominação, e que também vai empregando outras técnicas de poder ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificando gradativamente as técnicas relativas ao poder da soberania e conduzindo, conseqüentemente, a emergência das sociedades disciplinares em detrimento das monarquias soberanas (MICROFISICA DO PODER). Este poder ao invés de destruir, cataloga singularidades, produz e investe nas individualidades, determina se os sujeitos estão aptos ou não ao trabalho O exercício do poder disciplinar não mobiliza grandes procedimentos, complexas estratégias, mas atua por meio de instrumentos comuns como: vigilância e a sanção normalizadora.

Sendo assim, Foucault não adota uma noção substancialista de poder, uma vez que poder na sua compreensão é um jogo de forças constantemente alterado e passível de mutação pelas relações entre os sujeitos, seus grupos e instituições. O poder, portanto, é “uma multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 1977, p.88). Ou seja, o autor entende que as relações de poder consistem num campo de múltiplas possibilidades de ação. Agir sobre a população, sobre as ações dos outros e agir sobre a própria conduta (governos de si mesmo), nesse sentido a macropolítica torna-se indissociável a micropolítica. Assim, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Dessa forma, os micropoderes atuam sobre os corpos dos indivíduos, por meio de um programa minucioso de estratégias de saber-poder, em que o modelo da disciplina se difundiu e expandiu para as instituições sociais (família, escolas, empresas, quartéis etc.), cujo objetivo primordial é extrair dos corpos individuais o máximo da capacidade produtiva, a fim de torná-los dóceis e úteis. Num jogo de forças dentro de um processo de submissão e controle dos corpos pelo poder disciplinar, que circunscreve de maneiras distintas e historicamente, de acordo com os regimes políticos ou instituições, de modo a constituir um modo de impulsão do capitalismo.

Nesse sentido, a relação de poder sofreu adaptações onde o controle social passa a ser feito através de um regime de ordens impostas dando origem a uma sociedade disciplinar e de controle. Mais do que vigiar, era preciso construir um sistema de poder capaz de moldar o indivíduo, transformando em um indivíduo dócil, útil e disciplinado, como afirma Foucault. A “sociedade de segurança”, como ele a denomina, são as sociedades modernas, em que as técnicas biopolíticas estão inseridas nos cálculos do governo. Essa nova forma de organização social marcou uma ruptura no discurso científico, com a valorização do saber (indispensável para os regimes políticos) nos campos da medicina e da estatística. É através deles que o biopoder é instrumentalizado, permitindo que o Estado o exerça. Por conseguinte, a ordem jurídica integra-se cada vez mais ao conhecimento médico, promovendo uma intervenção reguladora na vida dos indivíduos (FOUCAULT, 1988, p. 135). O biopoder nas sociedades desenvolve-se como um mecanismo contínuo de regulação e de correção de comportamentos, deslocando a lei e as instituições jurídicas para uma condição de subserviência a essas práticas, de modo que as leis vão se integrando, paulatinamente, aos aparelhos cujas funções são, primordialmente, reguladoras.

Por conseguinte, o sujeito pensado por Foucault é o produto de uma multiplicidade de relações horizontais de saber-poder que o caracterizam como sujeito submetido e disciplinado. Os processos nos quais se produz tal sujeito são instituições, como a escola, a família, os locais de trabalho, o hospital, o exército, etc., que reafirmam o controle e a subjetivação. Foucault percebeu que a própria vida, se tornou alvo privilegiado da atuação de um poder disciplinar que já não tratava simplesmente de regradar comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendia normalizar a própria conduta dos indivíduos, bem como regradar, manipular, incentivar e observar os fenômenos sociais. Por exemplo, nos programas públicos de massa que remodelaram as condições de vida das populações no século XIX, o saneamento público, a demolição de favelas, a criação de redes rodoviárias e transportes públicos para facilitar o comércio e a mobilidade, bem como os programas de imunização em massa que erradicaram muitas doenças mortais. Projetos semelhantes existem hoje, na área da saúde pública como campanhas contra o tabagismo, condução sob o efeito do álcool, bem como alimentação saudável e sexo seguro e a prática de esportes. Que no mundo moderno, não visa somente a “disciplinarização” das condutas, mas também implantar um gerenciamento da vida das populações. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida no corpo social. (EDKINS, VAUGHAN-WILLIAMS, 2009, p.163-164)

Por fim, as preocupações meta-teóricas de Foucault são marcadas mais por um viés metodológico do que ontológico ou hermenêutico, devido ao desenvolvimento de procedimentos para análise do funcionamento e das condições de existência, e não da interpretação do sentido do discurso (SALES, 2014).

Já o discurso para Laclau é concebido como um conjunto diferencial de sequências significantes no qual o significado é constantemente renegociado, de forma que a totalidade significativa transcende a distinção entre linguístico e o não linguístico. Retratando a estrutura significativa, portanto toda a estrutura social.

Como Foucault, Laclau acredita na não existência de princípio de coerência e que os discursos, por sua vez, devem ser entendidos como sistemas mais ou menos regulados de dispersão. Ou seja, “os acontecimentos discursivos são dispersos, mas os efeitos ordenadores do sentido são fatores que dão certa regularidade que pode ser significada como uma totalidade” (SALES, 2014, p. 173). É nesse sentido, que as articulações dos elementos do discurso, com sintetiza Sales (2014), operam num campo cruzado por projetos articulatórios antagonistas, denominados por Laclau como “práticas hegemônicas”, nas quais se dá a

articulação/desarticulação dos papéis sociais e práticas, conforme a constituição das identidades sociais, sujeitas as próprias praticas articulatórias, não sendo adquiridas, mas constituídas na realidade social. Uma ideologia hegemônica, como analisado por Eagleton:

reflete não apenas a visão de mundo dos dominantes, mas as relações entre grupos dominantes e dominados como um todo. A ideologia hegemônica é polifônica, é um domínio de contestação e negociação, em que há tráfego intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através de fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados, reinfletidos” (EAGLETON *apud* SALES, 2014, p. 173).

Por conseguinte, a noção de hegemonia de Laclau envolve a articulação de identidades sociais em um contexto de antagonismo social. A própria desconstrução revela o caráter discursivo e, portanto, contingente de todas as identidades sociais e as identidades/interesses sociais não são, propriamente, o ponto de partida da política, mas é construído, mantido ou transformado nas e através das lutas políticas (SALES, 2014). O antagonismo é o limite de toda objetividade e identidade, bem como de toda fixação de sentido. Na sua dimensão prática, o antagonismo se apresenta em meio aos impulsos conflitantes de ação, que impedem o sujeito de realizar-se plenamente sua atividade cotidiana, retirando do objeto de ação seu caráter de objeto. Pondo em questão o sentido das estruturas e instituições sociais, tornando-as dependentes de movimentos contingentes estratégicos, sendo aqui que reside a noção de poder, toda decisão, como aponta Sales, implica reprimir ou subordinar outras decisões possíveis. O poder para Laclau (1990) é ambíguo, pois implica sua própria limitação, significando que o poder é a marca da contingência, logo, sua sedimentação na teia social.

Não obstante, a noção de discurso de Laclau aproxima-se na noção de dispositivo estratégico de Foucault ao abordar o discurso como envolvimento articulatório entre elementos heterogêneos, linguísticos e extralinguísticos. Segundo Deleuze, o dispositivo é uma espécie de novelo, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente, que seguem direções diferentes, formando processos em constantes desequilíbrios. Uma vez que, cada linha está fragmentada e submetida a variações de direção (bifurcações), bem como a derivações. Deste modo, os objetos visíveis, as enunciações formuladas, os sujeitos e as forças exercidas numa determinada posição podem agir tanto como vetores quanto tensores sociais (SALES, 2014).

Assim, adotamos a concepção laclauliana de discurso como uma totalidade significativa que transcende a distinção entre o linguístico e o não linguístico. Ao mesmo tempo, acreditamos que a distinção foucaultiana entre o discursivo e o não discursivo pode ser traduzida na distinção linguística e não linguística, apesar de Foucault não reduzir o discurso ao linguístico. Mas então, o que seria linguístico? Linguístico conforme adotamos nesta dissertação, não se reduz à língua conforme definida pela linguística, mas se refere aos enunciados. Mesmo que não se reduza ao linguístico o enunciado sempre nos remete a gramática, referências (lógica) e ao ato de linguagem (análise). O que torna “uma frase, uma preposição e um ato de fala um enunciado é justamente a *função enunciativa*: o fato de ser produzido por um sujeito em lugar institucional, determinado por regras sócio históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (SALES, 2014, p. 176).

Muito embora, essa articulação dos modelos de Foucault e Laclau impliquem certos rearranjos de sentido, nos trazendo o esforço de constituir possíveis pontos nodais, de modo especial, em torno das categorias do discurso, poder e sujeito. O motivo de tal tarefa deve-se ao fato de que ao nosso ver, existem certas indecidibilidades como: a ausência em Laclau da explicitação dos dispositivos de violência ligados a estruturas hegemônicas e ao antagonismo social, bem como a ausência de uma noção mais institucional de discurso, com atenção ao não linguístico, de modo a que permita ao cientista social uma metodologia consoante, como discerne Sales (2014), à sua teoria do discurso que permita operacionalizá-la em uma pesquisa social das práticas discursivas. De outro modo, podemos resumir que faltam os *corpos* na teoria de Laclau, não que sejam falhas ou meras lacunas, mas apenas pontos que satisfaçam as demandas para nossos objetivos teóricos-metodológicos que nos guiará ao longo desta dissertação.

Para tanto, desconstruir um discurso é, pois, preciso investigar profundamente os movimentos das forças sociais: que forças foram intensificadas? Quais foram combatidas? Que identidades foram reforçadas e quais foram destruídas? Nosso objetivo, portanto, é de analisar práticas articulatórias que definem quais divisões são válidas ou não, suas trajetórias no campo da discursividade, demandas e relações que podem se compor diretamente para formar uma nova relação com as instâncias do poder e os discursos que passam a constituir poder. De modo a “traçar as diferentes relações segundo as quais distribuem paixões e ações, constituindo sujeitos, agências, fazem compreender o mecanismo da codificação dos fluxos” (SALES, 2014, p. 179). Para isso, precisamos nos aprofundar mais na teoria laclauliana sobre os sujeitos políticos e da política e sua noção corroborativa de significantes vazios.

1.4 Relações antagônicas: por uma opção teórica da análise de crises

Para Laclau, assim como para Mouffe, a compreensão de democracia não passa necessariamente por regimes políticos, mas pela constituição da subjetividade política. Um espaço público marcado por miríades de identidades e pluralização de demandas sociais, por isso mesmo, a noção de democracia como significante vazio. Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado. Assim, um “significante vazio somente pode surgir se há uma impossibilidade estrutural da significação e apenas se essa possibilidade puder significar uma interrupção (subversão, distorção, etc.) da estrutura do signo” (LACLAU, 2011, p. 68). Ou seja, os limites da significação só podem anunciar a si mesmos como impossibilidade de realizar aquilo que está no interior desses limites. De modo mais claro, à emergência de significantes vazios se dá, num primeiro efeito, no limite que ele introduz uma ambivalência essencial no interior do sistema de diferenças que esse limite se institui. Por um lado, como assevera Laclau (2011), cada elemento do sistema só tem uma identidade, de modo que é diferente dos outros (diferença = identidade). Por outro, “todas essas diferenças são equivalentes umas às outras na medida em que pertencem ao lado interno da fronteira de exclusão. Deste modo, a identidade de cada elemento do sistema é constitutivamente fracionada, de um lado cada diferença expressa - mostra-se - a si mesma como diferença, e por outro lado, cada uma delas anula a si mesma enquanto ao entrar numa relação de equivalência com todas as outras diferenças presentes no sistema. De sorte que: “a função dos significantes vazios é renunciar sua identidade diferencial a fim de representar a identidade puramente equivalencial no espaço público” (GIACAGLIA, 2014, p. 100).

Cada significante, de acordo com Laclau (2011), constitui um signo mediante sua ligação com um significado particular, introduzindo-se ele próprio como uma diferença no interior do processo de significação. A noção de significantes vazios demonstra a contingência de toda identidade e a impossibilidade de sua constituição plena ao introduzir a ideia de uma dada identidade poder esvaziar-se de conteúdo, transpor sua continuidade como pura nomeação através de uma operação hegemônica operar um fechamento do espaço social. Contudo, todo fechamento de um sistema é sempre provisório, podendo ser subvertido por uma nova articulação hegemônica. Hegemonizar algo é cumprir a função de preenchimento, podemos mencionar “revolução”, “libertação” ou qualquer outro termo que, em certo contexto político, passa a ser o significante da falta de um princípio discursivo hegemônico ordenador, como mencionado na introdução deste capítulo, termos como “corruptos” enaltecem o

antagonismo discursivo, além de sugerir que a gênese da corrupção brasileira é derivativa do Partido dos Trabalhadores – logo, a noção de diferença como equivalente a identidade – almejando alcançar o *hegemon*, principalmente nos últimos meses do governo da presidente Dilma Rousseff (PT), como forma de reafirmar e/ou estimular o engajamento em oposição a presidente durante o processo de impeachment.

Essa função na política é possível, aponta Laclau (2011), porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar a si mesma por meio da produção de significantes vazios. Do mesmo modo que isso explicaria por que a hegemonia é sempre instável e imbuída por uma ambiguidade constitutiva. O discurso hegemônico torna-se vitorioso – provisoriamente vitorioso na arena sociopolítica – porque os objetivos de um grupo particular são identificados como objetivos da sociedade em seu conjunto. Por conseguinte, o discurso vitorioso torna-se também uma “superfície de inscrição em que todas as lutas emancipatórias serão expressas, de modo que a cadeia de equivalências que se unem em torno desse significante tende a esvaziá-lo e borrar sua conexão com o conteúdo efetivo ao qual originalmente foi associado” (LACLAU, 2011, p. 79). Como resultado de seu próprio êxito, a operação hegemônica tende a dirimir ou romper seus vínculos com a força que foi sua propulsora. Em síntese, o importante para nós na teoria da hegemonia – cujo inspiração laclauliana vêm da teoria de hegemonia de Gramsci – é perceber que toda universalidade nunca é uma universalidade com um conteúdo próprio, mas, sim, um conteúdo particular que se universaliza e começa a representar a totalidade das demandas particulares equivalentes (GIACAGLIA, 2014, p. 101).

Afirmar uma identidade puramente diferencial e distinta é afirmar que essa identidade se constitui por meio do pluralismo e diferenças culturais, como vimos acima, a referência ao outro está fortemente presente como constitutiva da própria identidade. Laclau, discerne nesse sentido que, quanto mais particular for um grupo, menos será capaz de controlar a espaço público do qual opera, logo, quanto mais universalmente fundamentada será a justificação de suas pretensões. Se o discurso almeja ser hegemônico terá de rever e abrir seu escopo discursivo para tal empreitada.

Nessa mesma perspectiva, outra teoria muito utilizada entre os cientistas sociais para compreender os antagonismos sociais e o processo da crise política – principalmente, a brasileira após as Jornadas de Junho de 2013 – é noção de *conjunturas fluidas* do francês, Michel Dobry (2014). Que propõem que as reflexões sobre as crises políticas devem concentrar-se nos métodos que formem um esquema teórico capaz de superar as particularidades e desvelar as suas dinâmicas características gerais. Possibilitando, o estudo dos aspectos constitucionais das

crises, sem perder de vista as racionalidades de situações específicas. Para Dobry (2014), a especificidade das conjunturas de crise política está justamente nas complexas relações que se estabelecem entre as mobilizações e as mudanças no estado dos sistemas políticos. De modo que, sua real preocupação seja na focalização das mobilizações sociais como principal aspecto das crises políticas. Portanto, desvendar as características particulares de uma crise política a partir de sua dinâmica interna, sendo que nessas conjunturas o grau de objetivação das relações sociais se estabelece de maneira distinta das conjunturas, como o autor denomina, rotineiras.

Dentre a distinção feita por Dobry em *conjunturas rotineiras* e *conjunturas críticas* – dentro do escopo da noção de conjunturas políticas fluidas – é crível salientar, devido a diferença das lógicas internas de cada uma, que enquanto as conjunturas *rotineiras* são caracterizadas pelo predomínio da lógica de mobilizações setoriais – que compreende as atividades protagonistas de campos sociais específicos –, as *críticas* são marcadas pela dinâmica de mobilização multissetorial, caracterizada por um campo social de maior abrangência (Dobry, 2014). Nesse sentido, para o autor, as conjunturas críticas são caracterizadas, por uma maior rapidez do desenvolvimento dos acontecimentos e, por conseguinte, por mudanças significativas no plano dos cálculos políticos – o que denota que os graus de incerteza e imprevisibilidade das ações dos atores envolvidos tendem a se ampliar (MARTUSCELLI, 2016).

Assim, como apontado entre as interfaces e a necessidade de complementação teórica entre Laclau e Foucault, partimos do pressuposto de que a análise de conjunturas fluidas - apesar de compreender certas dinâmicas sociais – não auferirá os resultados almejados dentro escopo analítico proposto nesta dissertação, por acreditarmos que esta teoria seja – explicativamente - reducionista acerca dos fenômenos das crises políticas, uma vez que prioriza de modo nodal, a mobilização social, face as diversas dimensões que a recobrem. Como afirma, Martuscelli (2016), a noção de conjunturas fluidas apresenta-nos uma:

explicação formalista e abstrata das crises – distinguindo as conjunturas em termos de maior ou menor grau de objetivação, amplitude da atividade tática, maior ou menor previsibilidade dos cálculos políticos, entre outros aspectos, deixando de lado os elementos objetivos que as caracterizam e dinamizam, e que estruturam o jogo político. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem que se centra demasiadamente na forma das modalidades de conjuntura e descarta de uma reflexão acerca do conteúdo dessas modalidades. Além disso, parece-nos bastante questionável a tese de que as mobilizações multissetoriais seriam a marca distintiva das conjunturas críticas, tendo em vista que se podem configurar situações de crise

política resultantes de mobilizações setoriais, como ilustra o caso recente do “paro del campo” na Argentina entre março e julho 2008, marcado pelos protestos dos proprietários rurais contra as taxações sobre as exportações de carne, soja e trigo impostas pelo governo Kirchner (MARTUSCELLI, 2016, p. 11).

Entendemos, assim, que a presente análise carece da investigação das condições objetivas que permeiam a especificidade de uma determinada conjuntura, para que se possa viabilizar uma compreensão mais ampla do processo. O que queremos ressaltar é que os fatores objetivos, como argumentados por Martuscelli (2016), tendem a limitar o alcance da atividade tática dos agentes, isto é, tendem a condicionar a própria dinâmica interna de uma conjuntura particular. Contudo, concordamos que as mudanças na conjuntura que compõem o tecido social são de fundamental importância, mas, não é suficiente num plano formal da conceituação elaborada por Dobry, que apesar de permitir a identificação da especificidade das diferenças em relação aos momentos de estabilidade, tal conceito deixa a desejar quando aplicado à caracterização da natureza das crises, ou seja, à análise do seu conteúdo – suas demandas internas, causas e sua própria gênese.

De sorte que, embora recorreremos a tarefa de leves adaptações marco-teóricas da análise do discurso de Laclau, bem como apontamos o que acreditamos ser uma lacuna ao seu pensamento, sobre a questão dos *corpos* - presente em Foucault -, a teoria laclauiana nos oferece nesta dissertação maior plausibilidade ao tratarmos a conjuntura nacional e suas interfaces na conjuntura específica carioca de 2016, ao tratarmos propriamente dos antagonismos e do movimento do deslocamento do político para outras áreas do social, logo, por meio de contendas e do esvaziamento do político possibilitando a emergência de novos atores políticos e/ou a asserção de discursos mais moralistas e conservadores – e sua ambivalência, já que, o discurso social é tratado através dos antagonismos.

Ora, nessa perspectiva o sujeito falante, o agente, só produz ou comunica sentido na medida em que realiza uma performance a partir de regras produzidas através de processos sobre os quais não tem individualmente o controle. Ao mesmo tempo que os agentes, no agenciamento de seus lugares sociais/discursivos possuem numerosas formas de articulação de intervenções, como argumenta Burity (2014). Em que os interesses, cálculos e estratégias são constituídos também para resistir a determinadas restrições colocadas pela ordem vigente. Ao passo que, ao tratarmos de uma linguagem associamos com uma imagem conceitual e uma matéria fônica que articuladas num signo produzem sentido, desse modo, o processo de

significação encontra equivalência nessa articulação de um significante e um significado (BURITY, 2014).

Nesse sentido, toda apreensão possível da realidade demanda constitutivamente, segundo Laclau, uma passagem pelo discurso e pelo seu sentido nos sistemas de significação, hierarquizando esses fatos no mundo, se articulando ou disputando com outros significados/significantes a estabilização dos objetos que descrevem e situam o espaço social.

Destarte, o antagonismo social pós- jornadas de junho de 2013 revelou, não uma sociedade fraturada (em sentidos identitários ou beligerâncias civis de desarticulação social), mas apresentou pontos de antagonismos em alguns de seus setores, que não são capazes de constituírem discursos hegemônicos. Alongando o processo de polarização política em torno de um discurso antipetista e moralista por um lado, e por outro, pautado pelo anticonservadorismo (dotados de cunho social, contra as reformas do governo Temer, e abertos a agenda de direitos humanos) e críticos as ações dos juízes e procuradores da Operação Lava-jato. Ao demonstrar que uma formação discursiva é sempre, como aponta Burity (2014), um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, de sistemas de produção de sentido. São, portanto, derivados da construção discursiva daquele acontecimento, ou uma construção política dos acontecimentos. Uma vez que os fenômenos foram (são) investidos e atravessados por distintas formações discursivas presentes na teia social brasileira.

Neste caso, os discursos presentes nas eleições de 2016 foram marcados não somente pela sua capacidade de produzir articulação, mas por meio do contingenciamento capaz de capitalizar o descontentamento, dando-lhe um nome e de modo a incentivar a convocação de indivíduos através de uma interpelação demarcada por uma própria leitura do acontecimento. O que Laclau denomina de capacidade de representar uma posição particular para algo mais abrangente, universalizar o particular na busca de estabelecer uma *hegemonia*.

Ou seja, por meio da formação de “deixeis”, interpelações e pertencimentos, proporcionando unidade aos indivíduos, por isso mesmo polifônico. Foi o caso da construção de uma palavra muito divulgada nas redes sociais com o seguinte enunciado: “corruPTos”. Um significante que produz significado, a formação de uma imagem de que, por determinado tempo, o Partido dos Trabalhadores (PT) se enquadrava como os responsáveis pela crise política e econômica e, como o “único” partido corrupto do Brasil, principalmente nos dias seguintes a votação do impeachment de Dilma, poucos meses antes das eleições de 2016.

Tal polarização discursiva deriva-se de uma certa fratura numa “hegemonia” estabelecida pós redemocratização. Baseado, como argumenta Tavares de Almeida (2017), na

experiência democrática dos últimos trinta anos que se materializou em um sistema político pluralista no qual competição por votos esteve lastreada numa cultura política compartilhada e sustentada no princípio da igualdade cidadã e, bem como na convergência em torno da necessidade de garantir a estabilidade da moeda e buscar mais inclusão e igualdade social.

Em outras palavras, conviveram a livre e vigorosa competição eleitoral e a significativa convergência com uma agenda de reforma social progressista e a estabilidade fiscal e monetária. Pautas coesas dentro dos principais partidos nacionais, o PT e o PSDB, que foram esgarçadas, abrindo espaço para intolerância e deslocamentos. De acordo com Tavares de Almeida (2017, p. 27): “o terreno comum sobre o qual se dava a competição eleitoral centrípeta afundou de vez durante a campanha eleitoral de 2014, destruído pela polarização política que envolvia lideranças políticas e a opinião pública informada em um jogo de soma zero”.

Visto o exposto decorremos, assim, a noção de deslocamento estrutural dentro da teoria do discurso, tendo em vista que o jogo estrutura-agente (movimento de co-constituição) aparece em formato mais preciso, dando lugar à ideia de subjetividade política. Conforme sintetiza Mendonça (2012, p. 214):

[O momento do deslocamento] reside justamente no momento em que a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. O deslocamento é, portanto, o momento do Real, o momento em que o extradiscursivo apresenta o limite do sentido. Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

É, pois, nesse momento de falha na estrutura que o sujeito toma seu lugar de destaque. Como argumenta Laclau o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento. Segundo a interpretação de Howarth:

É este momento de “falha” da estrutura para conferir identidade aos atores sociais que “compele” o sujeito para agir. Neste sentido, o sujeito não é simplesmente determinado pela estrutura, nem, contudo, ele constitui a estrutura. O sujeito é forçado a tomar decisões (...) quando identidades sociais estão em crise e estruturas necessitam ser recriadas. É no processo desta identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas (Howarth, 2000, p. 109).

Por conseguinte, a estrutura estrutura o sujeito, ao mesmo tempo, que por ele é estruturada. Chegamos, assim, ao ponto nevrálgico da teoria quando defrontamos com uma estrutura deslocada, e surge a necessidade de sua reestruturação a partir de novos sentidos ou da reativação de sentidos já existentes. É nesse momento que a categoria de antagonismo assume seu lugar definitivo na teoria do discurso: como parte de processos de “significação e de constituição de novas formas de inclusão, mas também de exclusão de sentidos discursivos” (Mendonça, 2012, p. 215). Em resumo, deslocamento refere-se a uma desestabilização de um discurso que resulta da emergência de eventos os quais não podem ser simbolizados ou integrados pelo discurso em voga. Sendo a resposta ao deslocamento da estrutura a recomposição da mesma por parte das diversas forças antagônicas em torno dos principais pontos de articulação.

Neste cenário, temos a presença de um antagonico, um adversário em relação ao qual se traça uma fronteira, que estabelece duas formas de identificação, um *nós* e um *eles*, em lados opostos. Em que certos discursos são capazes de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, a fim de se oferecer como uma inscrição de diferentes demandas, em respostas a um desafio, crise ou ameaça percebida (BURITY, 2014). Como “honestos” x “petralhas” (em referência pejorativa ao PT), ou discursos conservadores em torno do “cidadão do bem”.

A democracia brasileira nos últimos anos permeia esse contexto, se encontra em uma crise de representação perante aos eleitores e cidadãos, o que reflete a falta de confiança nas principais instituições democráticas de representação e seus atores (partidos políticos, políticos, etc), arregimentada por motivos acerca do desempenho econômico e político, este último com o papel essencial para corrupção política. Evidenciando, uma clara emergência de novos partidos e políticos radicais, populistas ou moralistas, e, em elevados níveis de confiança na instituição religiosa em meio à crise política. A pesquisa realizada pelo IBOPE em 2015¹⁷, mostra numa variação de 0 a 100, sendo 100 o nível mais alto de confiança institucional, em que a religião conta com 71 enquanto os partidos políticos 17 e o Congresso Nacional e a Presidência da República 22.

Portanto, a mudança da conjuntura política nacional, propiciou (e propicia) o deslocamento de um determinado elemento de um sistema de referência para outro, alterando significativamente a identidade desse fenômeno. Enaltece certas identidades, discursos e práticas ressignificadas moralistas e de cunho religioso, uma vez que, mesmo dentro do Estado

¹⁷ Pesquisa disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>. Acesso em 21/07/2017. Há disponível também uma tabela comparativa de 2009 a 2015 em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Instituicoes-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros.aspx>>.

secular brasileiro o cristianismo e os seus valores, por motivos históricos e de como se deu a configuração entre Estado e Igreja, permeiam toda a cultura nacional.

É, pois, neste cenário, que podemos analisar o processo emergente de co-constituição do religioso e do político. Como compreende Vital da Cunha (2017), períodos de transformação social podem ganhar dimensão histórica, no interim de acontecimentos, mobilizações e contestações sociais no Brasil (Jornadas de Junho de 2013, escândalos de corrupção, Operação Lava-jato, Impeachment e ausência de apoio social as reformas propostas pelo governo Temer) são ressignificadas pelo deslocamento do político, pela apatia e descredibilidade das instâncias do poder. Tornam-se medos e ansiedades experimentados por diferentes grupos, dado que:

quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os seus valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (MILLS, 1969, p. 17-18).

Nesses interregnos de mudança, aponta Vital da Cunha (2017), os medos sociais podem ser manipulados com o intuito de conter processos em curso ou de conduzi-los de modo que possam ser controlados. Análogo a isso, o medo e o pânico moral, segundo o qual os atores sociais com interesses diversos atuam através de mecanismos de resistência e controle da transformação social explorando ambiguidades e distorção de fatos e informações, enaltecendo medos, produzindo pânicos que se estabelecem em larga escala, esses momentos representam também a esperança de legitimação de demandas até então contidas sob as correntes da tradição (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017, p.113).

Isto posto, podemos “assumir que a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão”. Nesse sentido, a “imagem da tradição como corrente que amarra e contém fluxos é importante, pois é em nome da manutenção de valores tradicionais que vários políticos e religiosos militam, se contrapondo a demandas pela ampliação e garantia de direitos de minorias” (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017, p.113).

Emerge, conforme já mencionado, como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial no início dos anos 2000, com a abertura e a intensificação de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero. Em que as

dinâmicas religiosas têm conseguindo, ao mesmo tempo, captar os anseios e as temáticas em debate e retransmiti-los para a linguagem midiática e revestida de caráter religioso.

Neste momento de disputas sociais intensas, o que devemos analisar sistematicamente são os “nexos causais”, logo a conjuntura, que mobiliza os atores evangélicos e como se apresentam. Uma vez que o comportamento de atores sociais integrados a redes religiosas, elucidado por Vital da Cunha (2017, p. 127), no tocante às pautas sociais que entram em conflito com a “tradição”, os papéis sociais estabelecidos e suas denominações, bem como a centralidade cristã marcadora de identidade e dinamizadora da vida social.

Dessa forma a crise brasileira, como argumenta Maria Hermínia Tavares de Almeida (2017), desarranjou o mecanismo político que sustentou por uma década e meia o presidencialismo de coalizão e a possibilidade de políticas públicas de cunho moderadamente progressista. Erodindo nos últimos anos, o consenso em torno da estabilidade monetária e do contrato social da Constituição de 1988, prevaemente entre as lideranças políticas e sociais dos principais partidos nacionais, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), bem como na opinião pública informada, foi se esgarçando e abrindo espaço para intolerância e a polarização política.

Cenário fulcral para que o deslocamento do político desse o tom eleitoral, beneficiando outsiders (como João Doria na prefeitura paulista) e para candidatos moralizadores e revestidos de carisma. Decorrente do esgotamento institucional e do desgaste dos políticos tradicionais, acirrado em 2013. A conjuntura, portanto, que favorece o investimento tanto numa politização do discurso religiosos como numa estratégia de ocupação na esfera pública por parte dos segmentos religiosos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito.

Reafirmando o argumento de Burity (2006, p. 185), a polarização entre um discurso laico dominante que não consegue solver a crise política de legitimação como parte interdependente de sua trajetória e um discurso laico e religioso emergente que demanda um redesenho estrutural e das práticas de representação, situam o lugar específico do político em nossa sociedade. De modo a revelar, por conseguinte, a importância, e até mesmo, a necessidade de melhor entender a vitória de Marcelo Crivella a prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2016.

Sendo acionado nesse momento de desgaste de representatividade, como uma necessidade de elevação moral, honestidade e de valores comuns, que como assevera Vital da Cunha (2017, p. 113): “deve-se assumir que a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão”. Como elucidado no slogan de

Crivella na eleição de 2016: “vamos cuidar das pessoas”, cuja a presença do significado e do significante revela-nos que em meio a crises, ansiedades e medos sociais sermos reconfortados é uma grande chave social que pode abrir muitas portas, uma delas a eleitoral. Ou, derivado de um complexo aspecto relacional diante da conjuntura política e carioca incidente de “crises”, dentro das características do típico eleitor brasileiro, cujo o voto é pragmático, dependente do carisma e das qualidades do candidato, e, como já mencionado, relacional diante da conjuntura específica.

Capítulo II

Crivella e a Igreja Universal: inserção no espaço público, estratégias e política eleitoral

A proposta deste capítulo é compreender como a identidade religiosa perpassa os campos normativos e racionais, enalteceremos, assim, o papel do neopentecostalismo, de modo primordial a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) principal denominação deste segmento, bem como suas práticas políticas, já aludidas no capítulo I, por meio dos trabalhos de Oro (2003; 2006) e Smirdele (2013). Ou seja, objetiva-se tratar do *modus operandi* político da IURD, e, por conseguinte, a trajetória política de Crivella em suas sucessivas campanhas para o executivo fluminense e carioca (2004, 2006, 2008, 2014), antes de sua vitória em 2016, percorrendo, dessa maneira, pelas práticas políticas institucionais religiosas. Uma vez que o Estado é laico, mas não ateu e cujos acionamentos do religioso e da moralidade pública perpassam uma cultura majoritariamente cristã, logo, atravessando a visão sócio-política dos indivíduos e sua subjetividade.

2.1 - Os (Neo) pentecostais: principais pontos de discussão

Com discreta participação no cenário político até os anos de 1970, os evangélicos ganharam visibilidade nas eleições de 1986, para a formação da assembleia constituinte de 1988, iniciando uma nova presença protestante em termos quantitativos¹⁸ e qualitativos, em relação a novas igrejas representadas, novos tipos de políticos e estratégias de ação. De acordo com Freston, o Brasil passou a ser, nessa eleição, o primeiro exemplo de presença eleitoral e parlamentar significativa por parte de minoria protestante num país de tradição católica. Dado que, a maioria de seus representantes se posicionaram de maneira alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, particularmente, a evangélica¹⁹. Sendo o comportamento desses atores marcado naquele contexto, como destaca Machado (2006), pelo conservadorismo, corporativismo e também a debilidade das teses do apoliticismo de certos setores evangélicos.

¹⁸ Segundo Freston (1993), de 2 para 18 deputados federais naquele período.

¹⁹ Entrando em convergência com os setores católicos no Congresso Nacional, principalmente em questões relativas ao aborto entre outras temáticas relativas.

Ao romper com a unidade em torno do bispo de Roma – o Papa -, o protestantismo estabeleceu a bíblia como instância máxima. Dessa forma, a interpretação do livro custódio dos cristãos poderia ser feita de modo independente, sem uma hierarquia eclesial determinante como a do rito Romano. Essa estrutura deu ao protestantismo, como argumenta Freston (1993), uma alta propensão ao cisma, sobretudo no pentecostalismo. Sendo essa flexibilidade que torna o protestantismo capaz de continuar alcançado as massas e criar vertentes apropriadas para os que estão ascendendo socialmente.

Referindo-se a história mundial do pentecostalismo, David Martin (1990) distingue três grandes ondas desse movimento: a puritana, a metodista e a pentecostal. A primeira onda é a pentecostal, abrange as denominações pentecostais mais antigas - denominadas de clássicas-, criada nas primeiras décadas do século XX. A segunda onda, iniciada no final dos anos 1950 e início dos 1960 constituindo o movimento de renovação carismática, de acordo com Mariano (1999), discordam da crença dos pentecostais clássicos de que falar em línguas seja o primeiro sinal do batismo no Espírito Santo. E a terceira onda, iniciada nos anos 1980, é *o mainstream church renewal*, que inclui os *evangelicals* e os cristãos que, inspirados pelo Espírito Santo, praticam os dons, com pouca ênfase na glossolalia e xenoglossia, enfatizam os sinais e os milagres, mas permanecem em igrejas não pentecostais.

No Brasil, Paul Freston (1993) foi o pioneiro em dividir o movimento pentecostal em ondas, a partir de um corte histórico-institucional e nas análises da dinâmica interna do pentecostalismo brasileiro. De certo que, desde os anos 1990 quando Freston escreveu sua tese de doutorado sobre protestantes e política no Brasil e realizou a divisão do pentecostalismo, houveram diversos trabalhos, *a posteriori*, que realizaram uma reflexão crítica e revisionista em seu trabalho – como Mariano (1999; 2001) e Vital da Cunha (2017). Todavia, o objetivo deste capítulo não é tratar sobre essas divisões, mas dimensionar sobre o pentecostalismo no Brasil e notadamente sobre a estrutura e inserção da IURD e sua atuação no espaço social e na política²⁰. Para isso, faz-se necessário, ao nosso ver, abordar o pentecostalismo como parte integrante de um cenário macro e suas emergência contingenciais.

Nesse sentido, como analisa Freston (1993), a primeira onda remonta os idos da década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911), em que a Assembleia consegue se expandir geograficamente como a igreja protestante nacional. A segunda onda brasileira, é dos anos 1950 e início de 1960, na qual o campo pentecostal se

²⁰ Bem como seria uma tarefa praticamente impossível – porém mitigável, conforme ocorreram em diversos pleitos - não associar Marcelo Crivella a IURD.

fragmenta e a relação com a sociedade de dinamiza em três grandes grupos dentro do contexto paulista: Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). Já a terceira onda, o seu contexto é carioca dos anos 1970 e ganhando força nos 1980. Essa terceira onda pentecostal foi acompanhada de um surto de crescimento nos anos 1980; o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão da mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicações de massa, que já naquele período alcançava a maioria da população nacional; a crise católica e a estagnação econômica dos anos 1980. Sendo suas principais representações a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), como dissidência da IURD.

Ao fazermos o devido corte histórico-institucional as diferenças entre a primeira e a segunda onda se dão quanto à teologia, apresentam diferenças não muito significativas na ênfase que cada qual confere ao dom do Espírito Santo. Enquanto, a primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda, o de cura. A terceira onda, demarca a formação da corrente pentecostal designada por muitos estudiosos como neopentecostal, para classificar as novas igrejas pentecostais como a IURD. As características do neopentecostalismo, são as seguintes como descreve Mariano (1999, p. 36)²¹:

1)exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática na Teologia da Prosperidade [veremos adiante]; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade. Uma quarta característica importante, é ressaltada por Oro (1992), é o fato de elas se estruturarem empresarialmente. E não é só isso. Elas verdadeiramente agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos. Resulta destas características a ruptura com os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais. Esta ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. [...] A ponto de se poder dizer que o neopentecostalismo constitui a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo.

Muito embora, nem todas as denominações formadas a partir de meados de 1970 em diante - a partir do surgimento da terceira onda -, podem ser classificadas de neopentecostais, visto que nem todas apresentam as características desta corrente. Por conseguinte: “quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tende a investir em atividades extra-igreja

²¹ Retirando as características válidas para as três ondas: uso de meios de comunicação, participação na política partidária, antiecumenismo, pregação da cura divina e líderes fortes.

(empresárias, políticas, culturais, assistenciais), sobretudo [...] rejeitadas ou reprovadas pelo protestantismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja estará do espírito, do *ethos* e do modo de ser das componentes da vertente neopentecostal” (MARIANO, 1999, p. 37).

O rápido processo de modernização do país e, a partir dos anos 1970, com a ascensão social por parte dos fiéis, “as tensões poderiam se intensificar, e muito – já que o ascetismo nesse caso requeria sacrifícios e acarretava descontentamentos muito maiores -, não fosse a acomodação ao mundo [...] que tomou corpo em diversas igrejas pentecostais [...] (MARIANO, 1999, p. 148). Desse modo, diante da mobilidade social da parte dos fiéis, das promessas da sociedade de consumo, de créditos ao consumidor, do lazer e das opções de entretenimento criadas pela indústria cultural, aumentariam a defasagem em relação a sociedade e aos interesses materiais e ideais dos crentes, caso a igreja se mantivesse sectária e ascética, sem estabelecer nenhum tipo de concessões. E, por isso mesmo, perante as mudanças na sociedade e das novas demandas do mercado religioso, diversas lideranças pentecostais optaram por ajustar, de modo gradativo, sua mensagem e exigências religiosas, em que o sectarismo e o ascetismo deram lugar à acomodação ao mundo, arregimentando o processo de institucionalização, ou rotinização do carisma pentecostal.

Diferente de períodos anteriores, agora os fiéis, além de almejamem, reúnem as condições econômicas para desfrutar dos bens materiais que o mundo lhes oferece. Entretanto, o primeiro passo para tal concretização era substituir suas concepções teológicas, uma vez que a Bíblia em diversos momentos (cf. Mateus 19,24; Marcos 10,25 e Lucas 18,25) assevera sobre a impossibilidade de o rico entrar no reino dos céus – tal obstáculo é ilustrado pela passagem de que a dificuldade seria tal como o camelo atravessar o buraco de uma agulha -, todavia, o pentecostalismo com sua diversidade interna pode dar conta dessa nova demanda e de outras, o que se deu de outras formas, mas especialmente, com o surgimento da Teologia da Prosperidade, cuja a qual a riqueza é interpretada como uma bênção de Deus.

A Teologia da Prosperidade transmite a promessa de que o mundo seria o lugar próprio – o *locus* - da felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, portanto, “veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas pentecostais aos valores e interesses do “mundo”, isto é, à sociedade de consumo” (MARIANO, 1999, p. 149). É interessante salientar, como argumenta Mariano (1999), em que a afinidade da Teologia da Prosperidade com o capitalismo não tem nada a ver com a crença no trabalho como vocação nem com o ascetismo intramundano. Não conduz à formação de poupança - como no puritanismo asceta -, mas baseia-se na defesa da prosperidade como algo legítimo e mesmo

desejável aos cristãos, no estímulo ao consumo, progresso individual e no materialismo. Bem como a Teologia da Prosperidade não tece críticas contundentes ao capitalismo, nem a desigualdade social e nem aos desequilíbrios econômicos do mundo globalizado, mas sim, enaltece a melhora da autoestima, o aumento da confiança, a vontade de prosperar e o empreendedorismo.

A IURD surgiu na sala de uma ex-funerária do bairro da Abolição, subúrbio da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, em 1977, sob a articulação de Edir Bezerra Macedo e Romildo Soares²². Teria como destino mais provável, como tantos grupos pentecostais, ficar confinada na periferia ou na disputa de espaço religioso nos morros e favelas do Rio, porém a IURD conseguiu em poucos anos o que levaria décadas para outros grupos pentecostais, a diversificação de sua base social, como aponta Freston (1993). Sua expansão geográfica é assimétrica, com forte concentração no Rio de Janeiro (capital e baixada) e em São Paulo e Salvador, é sobretudo uma religião das grandes cidades. Bem como se faz presente no exterior, em quase toda América do Sul, Portugal, Estados Unidos, Angola e demais partes da África.

Sua expansão se deve, em grande medida, à sua eficiência no uso dos meios de comunicação de massa, sobretudo em rádio e televisão. Em fins dos anos 1990, Edir Macedo (fundador e bispo da IURD), pastores e demais bispos de sua confiança eram proprietários de um verdadeiro império de comunicação que quanto mais crescia incomodava a concorrência religiosa e empresarial. De modo expressivo, a compra da TV RECORD, rede nacional em expansão e cuja a programação e administração foram reestruturadas com os recursos da igreja, além da *Folha Universal*, jornal da IURD, com mais de um milhão e meio de exemplares, agindo como principal veículo de proselitismo (MARIANO, 1999).

Em 1989, Macedo transfere a sede da IURD do Rio para São Paulo e adquirir e reestrutura a TV RECORD, ao mesmo tempo que nesse mesmo ano eleitoral percebia a necessidade de respaldo político para construir uma base sólida para seus projetos, lembrando que as concessões para os meios de comunicação necessitam – até hoje - de decisões políticas. Não à toa, Macedo acena positivamente para a campanha presidencial de Fernando Collor de Mello, bem como consegue eleger três deputados federais, dois deputados estaduais no Rio, um em São Paulo e um na Bahia com seu apoio²³ (Freston, 1993).

Demonstrando a capacidade da disciplina eleitoral da IURD dentre as demais igrejas

²² Que devido a dissidências internas com Macedo, se separa e funda a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

²³ A força política que Macedo buscou alicerçar não foi nenhum pouco desprezível (votos, dinheiro, TV e rádios), como foi demonstrado durante sua prisão em 1992. Para mais informações ver: Freston, 1993.

pentecostais. De acordo com Freston, nesse mesmo período: o “voto da Universal no Rio foi dividido por computador para garantir uma distribuição capaz de eleger dois deputados federais. Um deles residia em São Paulo e quase não precisou ir ao Rio, tal eficiência dos pastores como cabos eleitorais” (1993, p. 97). O que reafirma uma postura altamente pragmática com a política, em que todos os eleitos alegam a necessidade de defender os interesses da igreja - e da RECORD - dentro do Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas. Portanto, sua forte inserção na mídia e na política partidária, sua competência administrativa, agilidade na expansão no Brasil e no exterior, e a capacidade de mobilizar inúmeros fiéis em diversos Estados não encontram paralelo em nenhuma outra organização protestante brasileira (MARIANO, 1999).

A politização dos coletivos evangélicos é um fenômeno que se verifica em outros países do continente latino-americano, em 1990, na esteira desses acontecimentos várias pesquisas acadêmicas foram realizadas sobre o comportamento político desse segmento religioso como na Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Peru e Costa Rica²⁴ (MACHADO, 2006). Bem como podemos aludir o apoio político do movimento evangélico Maioria Moral²⁵ a Ronald Regan e, posteriormente, a George W. Bush - pós 11/09/2001 -, em que as propostas conservadoras desses dois presidentes norte-americanos, como argumenta Machado (2006, p. 17-18), “constituíram experiências paradigmáticas que alimentaram especulações nos setores que formam a opinião pública brasileira e propiciaram o engajamento de novos atores sociais na discussão sobre a publicização das religiões: os militantes dos movimentos gays”. Como uma agência reativa ambivalente, provinda do antagonismo discursivo presente nas contingências daquele período (abordaremos melhor ao longo deste capítulo).

É interessante observar, como explicita Machado, o apoio eleitoral de segmentos evangélicos – históricos e pentecostais -, aos candidatos Hugo Chavez, na Venezuela em 1998, e a Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil em 2002, o que segundo a autora, revelaria que a heterogeneidade identificada nas doutrinas e práticas religiosas poderia estar presente na arena política em determinados contextos históricos. Desse modo, ao invés de tratar os grupos religiosos como coletivos monolíticos politicamente, é muito mais plausível analisar as múltiplas possibilidades de articulação do *ethos* religioso com o comportamento eleitoral e

²⁴ Para mais informações sobre as pesquisas ver Machado (2006).

²⁵ (*Moral Majority*) é um grupo de pressão norte-americano fundado em 1979, ligado à chamada nova direita. Dirigido pelo reverendo Jerry Falwell e ligado a movimentos de fundamentalismo cristão. Entre outras posições, o grupo defendia a prática de orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas e se opunha à emenda da igualdade de direitos, ao homossexualismo e ao aborto. Foi extinto enquanto movimento em 1989, todavia, foi rearticulado após o 11/09/2001.

político; a tentativa de legitimação na esfera pública; e a relação institucional com os fiéis.

2.2- O Estado e a constituição das agências religiosas-pentecostais

Muitos desses contornos refletem a tentativa de adaptação dos serviços religiosos aos interesses materiais e ideias dos fiéis, em face ao processo modernizador. O processo histórico decisivo para as sociedades ocidentais, foi a separação entre Igreja e Estado (iniciado em 1517, mas torna-se prática da política internacional, em 1648, na Paz de *Westphalia*, ao assegurar a soberania dos Estados, frente a qualquer tipo de dispositivo extra estatal, dentre eles o religioso), impulsionando o processo de secularização. O Estado, então, passa a gozar de autonomia em relação aos grupos religiosos, principalmente ao qual se aliava, ampliando sua dominação jurídica e política sobre a esfera religiosa (MARIANO, 2003). Com a secularização, o Estado, passa a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos de escolherem que fé professar e a regulamentação do exercício dos grupos religiosos.

Não obstante, houve um intenso debate entre os estudiosos acerca deste processo, no qual muitos defendem a tese de que a separação Igreja-Estado em alguns países, favoreceram e até mesmo, impulsionaram a expansão do pluralismo religioso, logo, resultaria numa maior mobilização religiosa dos agentes religiosos. Ricardo Mariano (2003), percebe que a separação resulta na desmonopolização religiosa, na liberdade e no pluralismo religioso. Sendo que a liberdade e o pluralismo religioso acirraram a crescente concorrência religiosa, no aumento da oferta de novos produtos e serviços religiosos e, com efeito, maior mobilização religiosa da população. Verificável através da expansão acelerada de vários grupos religiosos, mas em que nada altera as conquistas secularizantes da modernidade (racionalização da ordem jurídica, dessacralização e a laicização do Estado). Tal expansão religiosa não teria como reverter o processo de secularização presente no ocidente, uma vez que, estaria enraizado nas instituições governamentais, econômicas, culturais e sociais. Por outro lado, afirmam identidades entres os entes religiosos, buscando estabelecer relações de reciprocidade dos congêneres visando o alcance de seus projetos, por isso, muitos religiosos almejam a carreira política a fim de resguardarem e lograrem seus objetivos. No plano doméstico, depois de mais de uma década de experiências institucionais de participação nos diferentes níveis da federação, assistimos a (re) emergência de novos “repertórios de ação” através de um conjunto de manifestações e práticas institucionalizadas de participação.

Acadêmicos como Stark e Iannaccone (1992), vislumbram essa perspectiva ao defenderem a tese de que a participação religiosa se torna mais influente em sociedades em que há um número proporcionalmente maior de empresas religiosas competindo entre si. Já que em campos religiosos dominados por monopólios, tendem a possuir níveis de participação religiosa menor. Uma vez que a concorrência seria oriunda do pluralismo e secularização. Incentivando o aumento do número de agentes e grupos religiosos, além da diversificação da oferta e serviços religiosos. Nesse contexto, as igrejas são compelidas a concorrer (disputar mercado) para garantirem sua sobrevivência. Deste modo, muitas agremiações religiosas, reforçam o seu proselitismo, militância dos leigos e ativismo do clero, ao tentar atrair novos adeptos religiosos, sua clientela. Além de “conquistar novos nichos do mercado, especializando-se na oferta de produtos e serviços adaptados aos interesses e preferências específicos de determinados estratos sociais” (MARIANO, 2003, p.115).

No caso brasileiro, a liberdade religiosa resultante da secularização do Estado, e a formação e expansão do pluralismo religioso acirrou a concorrência religiosa. Permitido através do rompimento com o monopólio católico, a possibilidade que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se estruturar no país, disputando novos espaços e consolidar sua presença institucional na sociedade. Abrindo caminho para que a lógica de mercado passasse a orientar as ações religiosas e organizacionais de vários grupos religiosos, de sobre maneira os pentecostais. Não significando que essa lógica predomine atualmente nessas denominações, principalmente devido ao fato de que, as igrejas desse movimento religioso serem demasiadamente diversificadas em certos pontos institucionais, teológicos e organizacionais.

Há também o valor simbólico, de acordo com Fox (2006), ao perceber que a modernidade alterou certos princípios morais e valores tradicionais, a religião tende a manter-se como uma constante, pois certos grupos de pessoas buscam uma espécie de resgate moral, além da própria tecnologia que a auxilia, tornando a religião mais acessível a todas as partes, podendo angariar um número cada vez maior de fiéis, através de meios de comunicação como ocorre no Brasil e demais países do globo.

Portanto, essas igrejas buscam mobilizar esforços evangelísticos para atrair e recrutar por meio do uso da mídia e demais fontes de proselitismo novos fiéis. Em que alcançam visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, que emerge como reação a

transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero. Ou seja, em contraposição a multiplicidades de agendas no espaço público contemporâneo (como trabalhado no capítulo I) que colocaram, segundo algumas lideranças evangélicas, em xeque a “cultura cristã”. Estabelecendo, assim, o que Alain Touraine (2006) classifica como *resource mobilization*. Não são, propriamente, movimentos sociais clássicos, mas, ações coletivas que entram em conflito no espaço público, almejando maior participação no sistema político

No qual, a tese do apoliticismo de certos setores evangélicos entra em debilidade, no momento em que os pastores ou demais religiosos pertencentes a esses grupos de interesse, ou mesmo partidos políticos, percebem o número crescente de evangélicos na população brasileira - e provavelmente ao quórum de eleitores de suas igrejas ou demais afinidades -, e procuraram desmistificar a ideia dominante no cenário dos anos 1980 do qual “política não era lugar para crente” e adotando o slogan “irmão vota em irmão”, logrando cadeiras nas Câmaras Legislativas, em nível estadual e federal, culminando nos processos iniciais que mais tarde daria forma a bancada evangélica. Uma vez que, o ator evangélico tende a acentuar a centralidade da esfera religiosa sobre as demais, marcando sua identidade evangélica nos mais variados palcos da vida social (SMIRDELE, 2013), dentre eles o político.

Portanto, o avanço do processo de pentecostalização do campo evangélico, tende, a demonstrar uma espécie de reafirmação da esfera religiosa para compreensão do mundo político, ao contrário, da tendência moderna da laicização do Estado e da pertença religiosa correspondente a esfera privada do indivíduo. A abordagem literária acerca do engajamento político pentecostal, em Smirdele (2013), Mariano (2001), Oro (2003), entre outros, identificaram pré-condições que tornam os fiéis pentecostais predispostos ao engajamento político-eleitoral, quando estimulados por lideranças eclesiásticas e carismáticas. Ou seja, a organização religiosa estimula a mobilização dos fiéis para fins eleitorais. Todavia o neoconservadorismo evangélico não é, um dado isolado, é parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira em geral.

Em que a atuação de grupos e organizações religiosas no contexto brasileiro é percebido pela interação entre governos e organizações religiosas, na implementação de programas sociais ou devido ao caráter representativo dos grupos religiosos na política nacional, bem como da necessidade dos crescentes votos evangélicos em todos os níveis do Estado (Federal, Estadual e Municipal). Fato evidenciado, nas eleições de 2014, quando candidatos como: Dilma

Rousseff, Michel Temer e Geraldo Alckmin visitaram o Templo de Salomão, pertencente à Igreja Universal de Edir Macedo em São Paulo, e recentemente a presença constante de João Doria com líderes evangélicos²⁶. Ademais, o intenso relacionamento entre organizações religiosas e outras organizações da sociedade civil, a exemplo: sindicatos e ONG's, propiciam a complexa presença de grupos religiosos em constante articulação com sociedade civil através de assistencialismo e ações comunitárias. Reforçando, assim, as confluências política e sociais com a religião dentro do espaço público, logo, a potencialidade da instituição religiosa. Com tudo isto, a presença da religião cristã da vertente evangélica (de modo especial, dissociando em certos aspectos do monopólio outrora católico) no espaço público e na política não pode ser interpretada como via exclusiva de ameaça (retrocesso) por parte do setor mais progressista, mas como fator revelador do próprio avanço da democracia.

As transformações nos quadros socioculturais e políticos, em especial na última década, têm intensificado estudos acadêmicos e chamado atenção do público interessado nas questões que envolvem religião no Brasil. Podemos identificar nesta transformação a articulação de três fenômenos interligados entre si como aponta Cunha (2016): (I) o fortalecimento do ramo pentecostal, com o surgimento de inúmeras igrejas autônomas que transformou o cenário do cristianismo, ao provocar um crescimento significativo em termos numéricos e geográficos da população evangélica e uma forte queda do número de católicos; (II) a ampliação da presença das igrejas evangélicas, majoritariamente pentecostais, nas mídias (digitais e tradicionais); (III) maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política partidária, com a consequente consolidação da bancada evangélica, e seu maior espaço de articulação, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Como analisou Machado (2006), o tripé: política, mídia e assistência social, sustenta o projeto da IURD de ampliação de sua capacidade de influência na esfera pública brasileira. Sendo assim, acreditamos que para a compreensão do estatuto da religião no espaço público moderno (marcado por miríades de identidades e contendas na esfera pública democrática, ou seja, altamente plural) devemos arrefecer o viés ideológico que caracteriza como ilegítima toda e qualquer atuação pública das religiões e analisar as diferentes possibilidades de articulação dos grupos religiosos – no nosso caso específico os pentecostais e, propriamente, a IURD – com a sociedade política. Também acreditamos ser um equívoco, a análise recorrente por parte da imprensa e de alguns analistas, caracterizar a recente participação de evangélicos na política

²⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899489-doria-recebe-pastores-na-prefeitura-e-ouve-que-deus-tem-outros-voos-para-voce.shtml>>. Acessado em: 29/11/2017.

como *emergência* do fenômeno religioso na esfera pública. Visto que apesar dos esforços de alguns republicanistas de mitigar a influência da Igreja Católica na esfera pública, ocorreram diferentes ações de católicos na esfera política – Liga Eleitoral Católica (LEC), em meados do século XX, a criação do Partido Democrata Cristão (PDC) e, a partir dos anos 1960 as CEBs e os carismáticos (MACHADO, 2006). Portanto, o mais plausível seria interpretar essa participação como uma ampliação da arena política em decorrência do alargamento do processo democrático a partir dos anos 1980, amplificando novos atores individuais e coletivos na sociedade civil e política, demandantes de direito e reconhecimento.

2.3 - Situando a candidatura de Crivella

Desde as eleições de 1988, como visto anteriormente, os partidos políticos têm demonstrado crescente interesse nos pentecostais, através do incentivo à filiação partidária de lideranças religiosas, favorecendo não somente a entrada desses religiosos na política, mas também o norteamento dos partidos, como aponta Machado (2012a). Se tomarmos como exemplo a legislatura de 2015-2018 na Câmara dos Deputados, em relação aos membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) por partido, obtemos a seguinte configuração: O Partido Republicano Brasileiro (PRB) com 14 membros; Partido da República (PR) com 11; Partido Social Cristão (PSC) com 8; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 8 membros, entre outros partidos²⁷.

Os três primeiros partidos, principalmente, apresentam em suas lideranças políticas, religiosos e até mesmo políticos que compõem quadros eclesiais nas respectivas igrejas, como: Everaldo Pereira (pastor da Assembleia de Deus, presidente nacional do PSC e candidato a presidente da república em 2014); Marcos Pereira (bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, presidente nacional do PRB e Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, nomeado por Michel Temer em 2016) e Marcelo Crivella (bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, senador pelo Rio de Janeiro nas legislações de 2003-2010 e 2011-2019, assumiu o Ministério da Pesca e Aquicultura do governo Dilma Rousseff entre 2012 e 2014, candidato a governador em 2006 e 2014 e prefeito em 2004, 2008 e 2016, respectivamente, no estado e na cidade do Rio de Janeiro).

Dentre essa profusão de candidaturas, presenciamos na eleição de 2014, que dos mais

²⁷ Dados da legislatura 2015-2018 da Câmara dos Deputados, produzidos pela Agência Pública. Disponível em: <http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>. Acessado em 12 de outubro de 2016.

de 26 mil políticos que concorreram a algum cargo público, 328 tiveram seus nomes nas urnas acompanhados das palavras missionário, pastor ou bispo, demonstrando o reflexo da ampliação evangélica no país. Como apresentado anteriormente, em 2010, a proporção de evangélicos atingiu 22,2% da população, correspondendo a uma estimativa de que o eleitorado evangélico corresponda a 22% do total de brasileiros aptos a votar, logo, cerca de 27 milhões de votos.

Todavia, na prática eleitoral tal montante de votos não é capaz de decidir uma eleição executiva, uma vez que não alcançam sozinhos (sem nenhum tipo de coalizão/coligação) a metade dos votos necessários para eleger governadores ou presidente. Além disso, as posturas institucionais de algumas igrejas não são uniformes, que em muitos casos inviabilizaria este processo. Contudo, nas eleições proporcionais (nas instâncias legislativas), a capacidade de elegerem representantes aumenta. Essas informações confirmam as análises de pesquisadores como Machado (2001), Fonseca (2002) e Novaes (2002) acerca da participação evangélica no sistema político brasileiro, em que se concentram nas disputas do poder legislativo em detrimento ao poder executivo, no qual poucos atores religiosos almejam o pleito, seja por motivações ou estratégias institucionais das igrejas ou até mesmo por razões pessoais.

Mesmo havendo algumas incursões políticas de candidatos nominalmente evangélicos no executivo - como o caso da eleição de Anthony Garotinho²⁸ para o governo do Estado do Rio de Janeiro (1999-2001), tendo disputado a presidência da República em 2002 e sua capacidade de eleger sua esposa, também evangélica, Rosinha Garotinho como governadora do Estado (2003-2007), as vitórias de candidatos evangélicos em pleitos majoritários não seguiram um padrão de uniformidade no campo religioso, pois poucos candidatos lograram resultados satisfatórios nas eleições concorridas²⁹.

As candidaturas de Marcelo Crivella não foram diferentes: o bispo licenciado da IURD disputou ao longo de sua carreira política iniciada em 2002, sete eleições, dentre elas, cinco para o executivo carioca ou fluminense (2004, 2006, 2008, 2014, 2016) e duas legislativas, para o Senado em 2002 e 2010. Obteve vitória nas duas disputas para o Senado e não obteve

²⁸ É importante salientar as diferenças entre o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Garotinho já era político (vereador e prefeito) na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), deputado estadual, assumiu a pasta da Secretária Estadual da Agricultura no governo estadual de Brizola, até 1994, quando foi candidato ao governo do estado do Rio, vindo a ser derrotado, sobretudo pela imagem negativa de Brizola, sendo somente eleito governador em 1998. Ou seja, Garotinho já era conhecido como político antes mesmo de ser evangélico, convertendo-se somente após um acidente de carro e em julho de 1995, sendo batizado na Igreja Presbiteriana. Enquanto Marcelo Crivella, entrou na política em 2002, disputando uma cadeira no senado pelo Estado do Rio de Janeiro, já como bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, transparecendo, apesar das tentativas de dissociação, forte identidade evangélica com sua denominação.

²⁹ Nas eleições presidenciais de 2014, o pastor Everaldo Pereira no primeiro turno recebeu 780.513 votos (0,75%), e foi o quinto candidato mais votado. Superado por Dilma Rousseff (PT), Aécio (PSDB), Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL).

nenhuma vitória em pleitos executivos, sendo a única exceção até o momento, as eleições de 2016, quando conquistou a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

2.4- Crivella e a IURD: estratégias políticas e dinâmica eleitoral

Dentre as denominações do campo pentecostal, destacamos neste trabalho a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por ser a denominação de Crivella e devido ao seu uso intensivo e extensivo da mídia e da capilaridade de um discurso que traz para o campo político elementos significativos do simbolismo religioso. Esse sucesso reproduziria um efeito mimético em outras igrejas que, assim como a IURD, almejam expressar seu capital político e poder institucional, causando interesse e alianças com os partidos políticos (ORO, 2003). Freston (1993) argumenta que a política corporativista de algumas igrejas pentecostais busca: fortalecer lideranças internas, proteger a socialização sectária, acessar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil.

Para Ari Oro (2003), o sucesso eleitoral da IURD decorre de um próprio modo de fazer política que ela adotou a partir de 1997 em âmbito nacional (sem embargo, desde 1977, ela já adotara a estratégia política a seguir, porém, somente no Estado do Rio de Janeiro). Trata-se do modelo corporativo da “candidatura oficial”, cujo número dos que pleiteiam cargos eletivos depende do potencial eleitoral de que dispõe. Para isso, a IURD recorria a um levantamento regionalizado de seus membros/fiéis que são eleitores e transmitiam os dados para os bispos que, deste modo, deliberavam quantos candidatos deveriam lançar em cada município ou Estado, obedecendo a lógica do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores das igrejas. Após a escolha desses candidatos/representantes da igreja, são usados cultos, concentrações em massa e a própria mídia que possuem (televisão, rádios e jornais como a Folha Universal) para fazer publicidade em favor desses.

Outro fator estratégico que estimula a participação de membros/fiéis iurdianos na política, segundo Oro (2003), é o “carisma institucional” que legitima as determinações políticas das lideranças da IURD, escolhendo os candidatos a cargos eletivos com o apoio da igreja. Esse fato revela a força de uma hierarquia institucional, ou seja, uma centralização em que a denominação define os indivíduos que poderão concorrer nas eleições, logo, os candidatos “representantes da igreja”.

A IURD, por meio de uma estratégia baseada no quociente eleitoral dos partidos, distribuía seus candidatos em diferentes partidos, vislumbrando alcançar o maior grau de

barganha política, todavia, em alguns casos, seus interesses se sobrepunham aos da legenda partidária dos partidos filiados (ORO, 2006, p.121). Até então, o partido que a igreja mais tinha se envolvido foi o Partido Liberal (PL), profundamente abalado em 2005 com o escândalo do mensalão que provocou reviravolta no ordenamento político brasileiro. Esse evento fez com que a cúpula da IURD procurasse uma nova alternativa, quando em Agosto de 2005 criou o Partido Municipalista Renovador (PMR), com o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Alguns meses depois, a nova legenda partidária recebeu como filiado o então vice-presidente da República José Alencar e alterou sua denominação para Partido Republicano Brasileiro (PRB). André Ricardo de Souza (2010) descreve que a nova legenda teria sido criada para atender aos interesses da Igreja Universal, especialmente aos de Marcelo Crivella, sobrinho do Bispo Edir Macedo.

Marcelo Bezerra Crivella é natural do Rio de Janeiro e, como dito acima, sobrinho de Macedo. Foi peça chave para a implementação da Igreja Universal na África do Sul. Formado em engenharia, bispo, cantor e compositor de música gospel, tornou-se um dos líderes evangélicos mais conhecidos no Brasil nos anos de 1990, através do Projeto Nordeste, implementado no sertão da Bahia. Apresentava a possibilidade de desenvolver o sertão através de processos alternativos à irrigação, ou seja, realizando atividades de assistência social na Fazenda Canaã.

Como observa Burity (2006), o diferencial da IURD é atuar como sujeito político calculador ao analisar, planejar e executar um projeto de transformação de seu crescimento numérico, poderio financeiro e midiático e carisma em representação política, promovendo um credenciamento de interlocução direta com o estado.

Na primeira disputa a um cargo eletivo, Crivella concorreu ao Senado Federal em 2002, pelo Partido Liberal (PL), então com 44 anos e tornando-se senador ao receber 3.243.289 votos, ou seja, 21,6% dos votos válidos para o senado (MACHADO, 2006). Analisado por Machado (2006) como o resultado do Projeto Nordeste³⁰, uma espécie de “filantropia virtual”, capitalizando as ações sociais no Nordeste e transformando a IURD em uma parceira confiável das agências públicas, somada a propaganda televisiva, jornais e panfletos contendo o seguinte jargão: “Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”. Isso tudo contribuiu para que o candidato ao Senado fosse reconhecido, expressando uma estratégia dos dirigentes da IURD de apostar

³⁰ Projeto Nordeste, conforme aponta Mariano e Schembida (2009), foi propagandeado como “o primeiro kibutz brasileiro implantado com a supervisão de técnicos israelenses” e realizado como um mix de empreendimento social e religioso, constituiu a principal bandeira eleitoral de sua campanha para o Senado Federal em 2002. O projeto compreende a Fazenda Nova Canaã, na cidade de Irecê, Bahia, e de acordo com Crivella, foi possível graças ao repasse integral dos recursos da venda de seus CDs.

no engajamento do bispo nas atividades de assistência como as implementadas no sertão, todavia sem ressaltar sua identidade evangélica, tão pouco seu posto hierárquico na igreja, conquistando, assim, os votos fluminenses.

Mesmo assim, o seu vínculo com Igreja Universal como bispo licenciado, seu parentesco com Edir Macedo, fundador e líder da IURD, e o fato de seus dois suplentes serem ambos da igreja foram atacados fortemente por candidatos rivais no horário eleitoral e pela própria imprensa local. Os candidatos oponentes³¹ questionaram a legitimidade de sua candidatura e desqualificaram-no para o posto de senador, acusando-o, dentre outras coisas, de misturar religião com política e de explorar a fé dos pobres (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009).

Em 2004, disputou a prefeitura do Rio de Janeiro como um forte candidato atrelado as obras sociais, com uma campanha semelhante à de 2002, mas acabou ficando em segundo lugar com 21.83% dos votos válidos (753.189 votos), saindo vencedor em primeiro turno Cesar Maia com 50,1% dos votos. Novamente assistiu à articulação de seus adversários para inibir sua candidatura, como argumenta Mariano e Schembida (2009, p. 89):

assistiu à estreia do primeiro blog contra sua candidatura, o “crivellano”, cujo mote principal era e é “Ninguém merece o Bispo”. Além de colecionar adversários, viu romper-se, a contragosto, sua aliança política com o casal Garotinho. Por conta dos percalços e acusações sofridos, Crivella colocou-se, desde o início da campanha de 2004, na posição de vítima de preconceito e discriminação religiosa, dos quais reclamou insistentemente, especialmente dos ataques desferidos contra ele pelo jornal O Globo. Em resposta, partiu para o ataque contra O Globo, inclusive em seu programa eleitoral gratuito. O fato é que a campanha de 2004 à prefeitura carioca conteve novos episódios de confronto entre Universal/Rede Record e Organizações Globo, cuja ferrenha rivalidade econômica e política se arrasta desde o finalzinho dos anos 80. Mas desta vez teve como alvo o candidato Crivella. O bispo não tinha nem tem como se desvencilhar e nem muito menos deixar de sofrer as consequências dessa disputa, em geral deletérias para suas ambiciosas pretensões políticas. Afinal de contas, não é fácil para um candidato frequente a cargos majoritários de um dos principais municípios e estados do país ter de enfrentar a cada dois anos a pesada artilharia de sua maior empresa de comunicação provavelmente recalibrada com chumbo mais grosso nos períodos eleitorais para provocar maiores estragos nos adversários.

³¹ Os ataques partiram principalmente dos candidatos Carlos Luppi (PDT), Artur da Távola (PSDB) e Leonel Brizola (PDT), segundo Mariano e Schembida (2009).

Em 2006, após o escândalo do mensalão³² atingir seu partido, saiu da legenda e se filiou ao PRB para disputar o governo fluminense contando com apoio do presidente Lula, em detrimento do candidato do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), Vladimir Palmeira. Souza (2010) aponta que com apenas 45 segundos de propaganda gratuita na televisão, Crivella conseguiu chegar em terceiro lugar, com 1.531.431 votos. Também é interessante observar que neste mesmo pleito, Crivella em uma entrevista à Folha de São Paulo declarou-se vítima novamente de “preconceito religioso” e de misturar política e religião afirmou ainda que:

“Quero o Estado laico, mas quero politizar os evangélicos”. Em seguida, condenou as propostas de ampliação do direito do aborto e de união civil de pessoas de mesmo sexo, advogando que “o Estado deve proteger a relação homem e mulher”, em consonância com a tradicionalista moralidade sexual pentecostal (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009, p. 90).

Outro escândalo abalou a candidatura de Crivella, o Escândalo das Sanguessugas³³, cuja a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no final de agosto de 2006, recomendou a cassação de 72 parlamentares, entre os quais 27 evangélicos, sendo que 14 dos 16 deputados federais da Igreja Universal, por envolvimento no escândalo, responsável por fraudes e superfaturamento na licitação de ambulâncias destinadas a prefeituras. Como frisa Mariano (2009, p. 91): “por sua magnitude e pelo estardalhaço que provocou na mídia e na opinião pública, as denúncias explodiram como uma bomba de fragmentação na campanha eleitoral dos candidatos da Universal ao legislativo, rebentando estilhaços para todos os lados”.

Depois de perder duas eleições executivas consecutivas e de reconhecer que, nas campanhas anteriores, “era um novato isolado e menos preparado”, Crivella começou a corrida eleitoral para a prefeitura carioca, em 2008, em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais. Em março, segundo o Datafolha, ocupava a liderança com 20% das intenções de voto, seguido, por Jandira Feghali (PC do B), Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Gabeira (PV). Contudo, tinha o maior índice de rejeição (28%) de todos os candidatos, rejeição que se ampliaria ao longo da

³² O Mensalão foi o esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo, sendo o principal escândalo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Foi revelado em 2005, quando o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista com o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), na qual ele revelava a existência do pagamento de propina para parlamentares. Mais informações em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/>>. Acessado em: 30/11/2017.

³³ Em maio de 2006, a Polícia Federal descobriu o esquema de fraude em licitações para compra de ambulâncias com verba do Ministério da Saúde, por isso, também ficou conhecida como “máfia das ambulâncias”. Mais informações em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-escandalo-dos-sanguessugas,20061211p60113>>. Acessado: 30/11/2017.

campanha. Contudo, Crivella despertou a militância de grupos homossexuais e feministas contra sua candidatura, ao declarar que Gabeira “defende aborto, homem com homem e maconha” (MARIANO; SHEMBIDA, 2009).

Mesmo assim, ao se lançar mais uma vez como candidato à prefeitura carioca, continuou com apoio de Lula e do vice-presidente José Alencar, manteve-se líder nas pesquisas de intenção de voto, todavia, teve seu potencial arrefecido na disputa devido a uma grande controvérsia com o projeto Cimento Social³⁴. Para aumentar sua base eleitoral (seu teto eleitoral ao longo da campanha) e diminuir seus índices de rejeição, Crivella tentou dissociar sua imagem política da Igreja Universal e aplacar os temores sobre eventual concessão de privilégios aos evangélicos e possível discriminação aos católicos e seus opositores. Todavia, a oposição à sua candidatura aumentou. Entre seus adversários constavam seus rivais políticos imediatos, órgãos de imprensa, grupos feministas, homossexuais, religiosos e blogs. A essência das acusações e resistências à sua candidatura repousava sobre a convergência de suas identidades religiosa e política. Crivella, segundo Mariano e Schembida (2009), foi acusado de fazer parte de uma seita intolerante, de ser homofóbico, de instrumentalizar eleitoralmente seu rebanho religioso, de pretender transformar o Estado em veículo de pregação religiosa.

É interessante observar que:

Sua propaganda [de Marcelo Crivella] em rádio e tevê, porém, não obteve sucesso, uma vez que despencou para 20% após o início do horário eleitoral, enquanto Eduardo Paes, concorrendo com o apoio do governador Sérgio Cabral e dispondo do maior tempo na tevê, subiu para 17%, segundo pesquisa do Datafolha. A queda de Crivella decorria da oposição à sua candidatura, mas também do fato de que, dentre os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas, detinha o menor tempo na tevê, apenas 1min55s em cada um dos dois blocos diários. Além de perder quatro pontos percentuais na preferência dos eleitores na referida pesquisa, seu índice de rejeição, em vez de baixar, elevou-se para 35%, colocando em risco suas chances de disputar o segundo turno. Sintomaticamente, sua rejeição era maior entre os mais escolarizados

³⁴ O “cimento social”, de acordo com Souza (2010), tratava-se de uma cooperação técnica entre os ministérios da Cidade e da Defesa que liberou 13,9 milhões de reais entre 2007 e 2008, em que o Exército foi incumbido para atuar como mão-de-obra e proteção para as obras. O projeto previa a recuperação de 782 casas em uma área da favela da Providência (centro do Rio de Janeiro), simbolicamente escolhida por ter sido a primeira favela do Brasil. As obras, que começaram em dezembro de 2007, e inicialmente ficariam sob responsabilidade do Exército, foram terceirizadas para a construtora Edil (Souza, 2010, p. 41). Em 14 de junho de 2007 um tenente, um sargento, um soldado e mais 8 soldados cúmplices, entregaram três rapazes - de 17, 19 e 24 anos - do morro da Providência a traficantes do vizinho morro da Mineira, dominado por facção criminosa rival, o que lhes causou tortura, seguida de morte. Causando indignação, protestos dos moradores e embargo da justiça carioca. Em síntese, no desenrolar dos acontecimentos Crivella perdeu um trunfo da sua campanha eleitoral, com esse programa de assistência social, embora tenha se mantido um candidato bastante forte.

(58%), os com maior renda familiar (55%), os kardecistas (52%) e os católicos (44%). Em contraste, seu melhor desempenho ocorria entre os que tinham apenas ensino fundamental e renda familiar até dois salários mínimos, perfil social majoritário nos meios pentecostais (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009, p. 97).

Crivella alcançou apenas 625.237 (19%) votos, sendo ultrapassado pelo candidato Eduardo Paes (PMDB), ficando em terceiro lugar. Tal pleito foi considerado uma grande derrota política para Crivella e para a Igreja Universal (SOUZA, 2010). Portanto, Crivella perdeu a acirrada disputa para Gabeira (25,61%) pelo segundo lugar, o que se deve, segundo Mariano (2009, p. 99), a ascensão meteórica de Gabeira na reta final “impulsionada, em parte, pelo voto útil do eleitorado de maior renda e escolaridade para impedir Crivella de chegar ao governo do Rio de Janeiro. [...], fazendo com que sua performance eleitoral em 2008 fosse inferior à das eleições de 2004 para a prefeitura”, quase um mês depois, faltando três dias antes da votação no primeiro turno. Ainda segundo Mariano, estratificada por religião na pesquisa da Folha de São Paulo de 3 de outubro de 2008³⁵, ou seja, três dias antes do pleito, havia uma enorme divisão religiosa do eleitorado carioca: Crivella, tinha 45% dos votos dos pentecostais e 36% dos protestantes, mas somente 8% dos católicos, 6% dos umbandistas e 3% dos espíritas.

Em 2010, candidata-se novamente ao Senado e é eleito juntamente com Lindberg Farias (PT). O petista conquistou 4.213.749 votos, o equivalente a 28,65% dos votos válidos, enquanto Crivella, com 52 anos, recebeu 3.332.886 votos, o equivalente a 22,66% dos votos válidos. Disputa novamente o governo fluminense em 2014: no primeiro turno teve como principais oponentes o também evangélico Anthony Garotinho do Partido Republicano (PR) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), sendo que Pezão obteve 40,57% dos votos válidos, Crivella, 20,26% e Garotinho, 19,73%. A diferença entre Crivella e Garotinho foi de menos de 50 mil votos. Já no segundo turno, Pezão obteve a vitória com 4.343.298 votos, o que corresponde a 55,78% dos votos válidos e Marcelo Crivella (PRB) teve 3.442.713 dos votos (44,22%). Os votos brancos (3,39%) e nulos (13,96%) somaram 1.635.179 votos; houve ainda 2.713.771 abstenções (22,36%). Somados brancos, nulos e abstenções, chega-se a 4.348.950 votos, 5.652 a mais que os alcançados por Pezão. Nota-se que esse fato foi decorrente do desgaste político ocasionado desde as jornadas de Junho de 2013, a operação Lava-Jato da Polícia Federal e uma campanha recorrente de associação de Crivella com a IURD, a fim de descaracterizar o religioso na política.

³⁵ Ver em Mariano (2009).

A ênfase dada ao cargo de bispo e sua ligação com Edir Macedo demarcaram as estratégias dos candidatos rivais, a fim de ressaltar que os desdobramentos entre laico e religiosos seriam inaceitáveis, uma vez que a penetração nos espaços institucionalizados de representação se dá fora dos canais tradicionais, por meio de uma linguagem estranha ao ambiente laicista das instituições, levantando suspeitas sobre as “intenções”, o “grau de compromisso democrático” e a própria natureza do “projeto político” desses novos atores evangélicos (BURITY, 2006, p. 174). Essa estratégia político-eleitoral torna-se base e principal ponto de oposição aos candidatos evangélicos, notadamente em pleitos majoritários, recorrentemente enaltecido nas últimas eleições executivas no Rio.

2.5 – Legítimos e Conservadores (?): evangélicos na arena política

Sob este cenário, conforme argumenta Burity (2015a, p. 94), “estamos às voltas com performances e retórica, mas também com uma demanda por reconhecer a objetividade do que se passa nela ou nela se expressa, sua ‘visibilidade’, seu ‘desenrolar no tempo’, sua vinculação com outros processos”. Em que a religião pública, da forma que é vista e avaliada por quem está “fora” dela (como críticos, como simpatizantes, como guardiães da legalidade etc.), instaura um problema de hospitalidade, de modo que: como permitir a “entrada” desses atores religiosos na circunscrição da vida pública - especialmente quando saem da vida pública cultural e cotidiana e incursa na vida pública da política – nesse sentido como os repertórios discursivos dos espaços sociais reconhecem a legitimidade de suas “credenciais” ? Ou repudia tais ações? O cenário sociopolítico é, assim, um lugar de ansiedade, contestação e tentativas de controle, de imunização³⁶.

Dois elementos tornam-se fulcrais para análise a ser apresentada: “o reconhecimento da *contingência* radical das relações sociais e da *pluralidade* irredutível de formas, identidades e práticas que demarcam a compreensão do mundo que muitos contemporâneos assumem ou contra a qual se batem outros tantos” (BURITY, 2015a, p. 95). Ou seja, por meios desses processos a “emergência” evangélica pode parecer surpreendente, perturbador ou inaceitável a muitos, principalmente a alguns intelectuais ou políticos que se dispuseram a praticar e defender

³⁶ Imunização no sentido exposto por Burity (2015a, p. 94): “[de] políticas multiculturais, recusas xenófobas, reafirmações intelectuais e políticas de valores abstratos de soberania e universalismo, uso da lei para delimitar as fronteiras são algumas das formas de imunização que são postas em cena”.

uma clara delimitação de fronteiras – entre o religioso e o político -, sobre os papéis e o impacto social da religião na esfera pública contemporânea.

Por conseguinte, partimos de dois pontos nodais na esteira das observações supracitadas, a primeira que diz respeito a agência reativa, já trabalhado no capítulo I, e o outro acerca da legitimidade/ilegitimidade do religioso na arena política. No primeiro sentido aqui exposto - agência reativa - é fundamental trazer as ponderações de Burity neste quesito, uma vez que dialoga intimamente com a proposta até aqui definida, sobre a constituição discursiva:

em ambos os casos, outro elemento de observação recomendaria deixar espaço para o potencial antagonístico que a competição intrarreligiosa e as disputas entre o secular e o religioso são pródigas em atualizar. Isso porque a agência tem lugar em cenários nos quais outros discursos já ocupam certas posições e disputam hegemonia; são cenários de contestação e antagonismo. A agência nem se constitui por si só, unilateralmente, nem opera num terreno em que sozinha dá as cartas. Em muitos casos a agência religiosa responde a algo, reage a algo, sujeita-se a uma força maior ou propõe um reordenamento do estado de coisas vigente. E o faz em terrenos ocupados por outros atores religiosos e por atores não definidos em função de um pertencimento ou lógica religiosos. Portanto, impõe-se, mas também negocia, afirma-se, mas também revê, conquista espaços, mas também é reposicionada ou contida. Nesse sentido, o transbordamento da competição religiosa pode refazer a fronteira entre o político e o religioso, o sagrado e o profano, e as disputas entre secular e religioso recompõem toda uma cartografia do conflito social, sob circunstâncias determinadas. Não se trata apenas de ser a agência religiosa reativa ou proativa, mas de como ela é articulada em contexto, isto é, *relacionalmente* (BURITY, 2015a, p. 98).

Dessa forma, o processo de agência é refratário e relacional diante da contingência, não somente discursiva, mas dos repertórios dissonantes do espaço público democrático – plural e da própria conjuntura incidente. Contudo, legitimidade/ilegitimidade, nada mais é, do que uma dimensão normativa da dinâmica presença/ausência, sob o signo de sua legitimidade. Pois poucos observadores e praticamente nenhum dos atores envolvidos se posicionam de modo neutro diante desta dinâmica. Há a formação de “juízos normativos sobre quanto de presença religiosa uma ordem social e política moderna saudável pode suportar; até que ponto os fundamentos legais das democracias liberais contemporâneas podem admitir ou acomodar a publicização da religião” (BURITY, 2015a, p. 99).

Cientes dessas reverberações no espaço público moderno e, notadamente, na conjuntura brasileira atual, a situação política é de persistente e reificada polarização. O conservadorismo

tornou-se ponto de discurso central para qualquer ação deliberada de um segmento religioso, todavia, temos que tomar cuidado com tais preciosismos, mesmo se todos os grupos religiosos - dentro das miríades de denominações evangélicas - fossem, de fato, conservadoras, não é algo contrário às normas democráticas, entretanto, no enquadramento do debate público há uma sobreposição na identificação de conservadores, fascistas e fundamentalistas.

Tais arquétipos vêm das amplificações dos atores religiosos evangélicos na arena política democrática, principalmente por meio da imprensa, acerca das ações da FPE nos últimos anos. Se tomarmos como base que os atores políticos católicos não se identificam, propriamente, como um segmento católico (apesar de articulações no Congresso entre e si e outras frentes), porque se consideram histórica e culturalmente como um grupo hegemônico e, por isso, sempre lidaram com Estado como um Estado, portanto, articulavam de Estado para Estado, bem como sempre estiveram ligados a pautas públicas, sejam elas conservadoras ou progressistas.

Além disso, como argumenta Machado³⁷, a principal diferença entre os católicos é o número de sacerdotes que é muito pequeno em atividade no Congresso. No caso dos pastores, eles são muito mais representados. Com um grande contingente de parlamentares, muitos deles “são autoridades religiosas e essas pessoas tendem a ser mais conservadoras do que a população evangélica fora do Congresso. As pesquisas têm indicado uma certa cristalização do conservadorismo daqueles que estão no parlamento. É como se eles ali tivessem que aproveitar o nicho conservador para maximizar o seu capital político”.

Almeida (2017, p. 6), argumenta que: “[a] Bancada Evangélica talvez seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo “os evangélicos” adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro”. Demarcando as fronteiras entre o religioso e o político em nossa sociedade, por isso, a incursão ativa dos evangélicos não somente no legislativo, mas também do executivo, causa em certos grupos da sociedade civil uma sensação de que tal fenômeno seja perturbador ou inaceitável. Na verdade, como sentencia Almeida, “essa ameaça pressupõe, enganosamente, que já temos um Estado em que as religiões pouco influenciam as questões de ordem pública. Essa percepção é possível porque o catolicismo e a Igreja Católica gozam de relativa invisibilidade no espaço público por sua profundidade histórica, cultural e jurídica no país”.

³⁷ Entrevista realizada pelo jornal El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html?id_externo_rsoc=FB_CC>. Acessado em: 05/12/2017.

Invisibilidade, de acordo com o autor, é no sentido de desfrutar, mais do que qualquer outra religião, a legitimidade e oficialidade que a naturalizam nas relações sociais.

Ao mesmo tempo que o perfil de muitos políticos evangélicos, atendendo a lógica das candidaturas proporcionais, acentua posições que os identificam com o segmento religioso, mas isso cria dificuldades quando as eleições são majoritárias, uma vez que estas implicam em ampliação do discurso político. Entretanto, temos ciência que apesar da visão estereotipada dos atores políticos evangélicos como visto, os fiéis tendem a ser mais tolerantes e menos rigorosos no plano das relações interpessoais do que aparentam os que dizem representá-los no sistema político. Em que certas temáticas como aborto e homossexualidade entre pessoas próximas podem ser conciliadas na vida cotidiana do que defendidos no espaço público. “Isso não é propriamente uma característica tão somente dos evangélicos, mas diz respeito ao conservadorismo da própria sociedade brasileira, que lida de forma mais flexível nas relações interpessoais e com maior rigidez de valores morais no espaço público” (ALMEIDA, 2017, p. 17). Conforme aludido abaixo:

[...] a disputa pela moralidade pública, que no Brasil encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida. Na atualidade, a Igreja Católica mantém suas posições ortodoxas nesses temas, embora o Papa Francisco venha dando sinalizações em direção ao acolhimento de divorciados, mães solteiras, gays, entre outros. Suas sinalizações têm como objetivo o acolhimento pastoral a fim de não perder os fiéis mais do que promover mudanças profundas nos dogmas (Almeida, 2013). Mas a resultante desses vetores internos ao catolicismo é a Igreja Católica ainda ser um forte ator de contenção em temas como pesquisas genéticas, aborto, casamento e adoção de crianças por casais homossexuais. Entretanto, os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários. Flávio Pierucci (1987) já havia anunciado que o crescimento evangélico nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, apontava para o fortalecimento do conservadorismo religioso e político no país. Cabe dizer, que o país viveu, entre idas e vindas, no período democrático recente alguns avanços na conquista de direitos (civis, sociais, reprodutivos, sexuais etc). Os discursos mais frequentes dos religiosos mais conservadores (católicos e evangélicos) são de que se faz necessária a contenção dos avanços do secularismo nos comportamentos e nos valores (ALMEIDA, 2017, p. 17).

Com a força política e econômica as pautas de ordem moral têm sido canalizadas de forma mais contundente no Poder Legislativo. É importante frisar que não podemos relativizar as posições dos evangélicos pentecostais a partir dessas posições. Pois, quando se intensificou no país o debate público em torno das pesquisas com células-tronco embrionárias, bem como o da legalização do aborto, a Igreja Universal declarou-se a favor das pesquisas e admitiu o aborto nos casos já definidos pela legislação brasileira (feto com anencefalia, estupro e perigo de vida para a mãe)³⁸. Para alguns autores, tais posições foram uma forma da Igreja Universal se colocar na discussão em contraposição à Igreja Católica.

Em tudo isso, como assevera Burity (2015a, p. 107), encontramos “a “religião” como significante flutuante de numerosos jogos de linguagem: como índice de demandas por reconhecimento, igualdade, justiça, liberdade; como lugar de demandas por imunização contra práticas divergentes, moral e politicamente “minoritizadas”³⁹”. O poder de mobilização, dentro e fora do Congresso, tem apresentado grande eficácia. Conforme descreve Trevisan a partir das análises de Machado (2012a, p. 75-76) em referência a pesquisa realizada pelo PEW Research Center em 2006, em que:

afirma que o nível de confiança estabelecido com suas lideranças religiosas é 12 pontos percentuais mais alto entre os pentecostais do que a média geral dos brasileiros. Da mesma forma, pentecostais apresentam menores índices de credibilidade nas demais instituições oficiais, como o legislativo e o judiciário, por exemplo. Assim, a legitimidade depositada pelos fiéis nas suas lideranças religiosas, no momento da eleição de parlamentares pentecostais, recebe um contorno mais significativo, já que os pentecostais tendem a aceitar mais a ligação entre religião e política do que a população em geral (Trevisan, 2013, p. 38-39).

Todos os argumentos até agora expostos parecem nos apontar para uma configuração do religioso que opera segundo a lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação de práticas, como um efeito contraditório da episteme liberal nesses dois processos que é: o aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal/individual; ao passo que se dá ao

³⁸ Além de se posicionarem nessa relação os setores mais liberais do protestantismo histórico como a Igreja Metodista e a Igreja Presbiteriana.

³⁹ De acordo com Burity (2015b, p. 24), em relação ao tema da minoritização, apreende que: “sua formulação mais recente, e explicitamente referida ao contexto da globalização, é de William Connolly. Em diferentes trabalhos (p.ex., Chambers e Carver, 2008; Connolly, 2011), este autor ressalta que há um crescente processo de pluralização de identidades, sua crescente assertividade e respostas acolhedoras ou ressentidas frente a elas. Esta emergência empodera minorias e cria condições para que os discursos majoritários sejam relativizados e equiparados/equilibrados/reduzidos à condição de uma minoria entre outras”.

par de uma de privatização do religioso, culminando como destaca Burtiy (2001), na desprivatização da religião como força social e política. Ou seja, conforme argumenta o autor, a discussão não é sobre o “retorno do sagrado”⁴⁰ ou secularização – temática exaustivamente debatida na sociologia da religião – e nem tanto sobre o reavivamento da adesão religiosa, mas o imbricamento da religião à esfera pública contemporânea.

A interrupção da lógica binária (religião x política), vista como polarizada, implica:

numa condição de indecidibilidade entre os dois campos ou conceitos em discussão, o que não impede que um ou outro venham a predominar eventualmente, mas significa que toda oscilação será resultado de decisões **ético-políticas**, tomadas num terreno em que não há mais o fundamento inapelável de um significado último, transcendental - seja ele a vontade divina, a natureza, a história, a ciência ou o sujeito – e, portanto, questionáveis desde diversas perspectivas e com diferentes consequências (BURITY, 2001, p. 31).

A desconstrução da fronteira público/privado, segundo Burity (2001), é o resultado de processos que, muito provavelmente, não estavam previstos e nem tinham a pretensão de serem alcançados. Processos estes no qual a insatisfação, frustração/desilusão diante das formas concretas assumidas pela modernização e que encontram no espaço e na linguagem da religião uma das suas superfícies de inscrição⁴¹. O que há, portanto, é um deslocamento da fronteira. O que permite a iniciativa política de atores mobilizados em torno das questões como: regulação estatal da vida privada; demanda por representação; e politização de demandas particulares. O religioso e o político se desterritorializam, como aponta o autor, multiplicando-se em instâncias através das fronteiras culturais, políticas e mesmo econômicas. Mas isso, não quer dizer que estejam em toda parte e que consigam investir em qualquer espaço público.

O importante destacar é que, em nosso cenário contemporâneo, há uma presença/circulação indiscutível do religioso em busca de eficácia política, que gera um

⁴⁰ O vínculo entre política e religião nunca se rompeu, mas foi certamente constituído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear do desenvolvimento histórico. Ver em Burity, 2001.

⁴¹ Burity utiliza a noção de “superfície de inscrição”, tendo em vista a proposição de Laclau a este termo. Portanto, “superfície de inscrição” seria: “uma formação discursiva ou fragmento dela que se torna, sob determinadas condições, “representante” de demandas ou interpretações do social que lhes eram originalmente estranhas ou que não faziam parte de suas formas predominantes. Subjacente a tal entendimento está a ideia de que isto é possível porque as estruturas (discursivas) do social não estão inteiramente fixadas, nem conseguem se manter impermeáveis a tentativas de “recrutá-las” ou mobilizá-las para fins distintos dos que convencionalmente as caracteriza. Se o sentido de um discurso - e este não pode ser entendido apenas num sentido linguístico, mas como um sistema de relações que tanto são linguísticas como extralinguísticas - é dado por sua relação com outros, mais do que um sistema fechado, aquele pode vir a ser investido (hegemonizado) de diferentes maneiras, podendo tornar-se um espaço em que outros processos de significação vêm a operar” (BURITY, 2001, p. 32).

adensamento em discursos político-religiosos como fonte de capital social. Muito se decorre ao tripé, assistencialismo, política e mídia das instituições religiosas que auferem maior aderência e coerência normativa aos seus fiéis e demais segmentos sociais que acabam sendo receptores dessas ações. Bem como a esvaziada de credibilidade e de eficácia, a política estaria “preenchida” por “novos” atores sociais, como os evangélicos. Derivado de um processo de esgotamento do político, que se expressa no reconhecimento da perda de interesse pela política decorrente de uma avaliação negativa sobre suas práticas, instituições e políticos tradicionais; apatia participativa no espaço público (as Jornadas de junho de 2013, não modificou estruturalmente este quadro como veremos no capítulo III); erupção de escândalos de corrupção nos altos escalões do poder; e principalmente no caso carioca, a incapacidade do poder público de dar soluções para os graves problemas de desigualdade social, violência e insegurança.

Todos esses fatores tendem ensejar o deslocamento do político para a esfera religiosa, conforme já transcrito no capítulo I, em que Burity (2006) demonstra, que tal processo se dá por meio da polarização entre um discurso laico dominante que não consegue resolver a crise política de legitimação como parte interdependente de sua trajetória e um discurso laico e religioso emergente que demanda um redesenho estrutural e das práticas de representação, situam o lugar específico do político em nossa sociedade. Em que o investimento na política implica tanto numa politização do discurso religioso – gerando oposições políticas dentro do próprio campo religioso, quanto dos demais setores da sociedade civil mais progressistas – como numa estratégia de ocupações de espaços na esfera pública – por parte de organizações e movimentos religiosos – que se apresentam como uma forma viável – e imediata – de “salvar” a política da corrupção do descrédito.

2.6 - Em busca do executivo: performances e estratégias

Como já demonstrado, o perfil de muitos políticos evangélicos, atendendo a lógica das candidaturas proporcionais, acentua posições que os identificam com o segmento religioso, muitos são pastores (autoridades religiosas) e que tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica em geral. Mas, isso cria dificuldades quando as eleições são majoritárias. Nesse sentido, também presenciamos um investimento de importantes lideranças evangélicas em torno de unidade para ocupação de cargos executivos. Sendo que no Legislativo, é mais “fácil”, pois o discurso é proferido para um núcleo – na maioria dos casos na própria igreja. Todavia, para o Executivo, tem de conciliar o discurso para a base religiosa com o discurso para

a sociedade em geral. Adotando um jogo de visibilidade e ocultação da identidade evangélica dos candidatos. Uma vez que em uma candidatura majoritária, não se pode ter referência apenas em uma base, recordando que para vencer uma eleição majoritária são precisos 50% dos votos mais um, ou seja, a expansão da base eleitoral é fulcral. No caso, Crivella nas eleições de 2016, objetivou essa expansão da base, ao ativar elementos que não são - ao olhar mais descuidado - religiosos, como enaltecendo a fala sobre o cuidado com as pessoas, da atenção, e motivação da individualidade.

Crivella tenta na maior parte da sua campanha afastar-se da imagem da IURD, na tentativa de abranger sua base eleitoral, conforme afirma Mariano e Schembida (2009, p.101.): “candidatos a cargos majoritários disputados em dois turnos, torna-se perfeitamente compreensível a disposição de Crivella, durante as campanhas eleitorais, para tentar desvincular-se dela [IURD], relegá-la a um plano secundário, ou tratá-la simplesmente como uma opção pessoal restrita à intimidade ou à vida privada”. Empenhando-se durante as sucessivas campanhas ao executivo – carioca e fluminense - se mostrar como um agente público, um gestor, na tentativa de isolar a Universal inteiramente de sua denominação religiosa e de sua função de liderança eclesial.

Contudo, tal estratégia não surte o efeito esperado, devido ao seu insucesso em demonstrar sua autonomia política da Universal, uma vez que a IURD apresenta sua própria atuação política, por meio de seu vínculo partidário com o PRB, partido criado por membros e representantes da Igreja. Em outras palavras, a forte e ativa presença da Universal no campo político acaba impossibilitando a total desvinculação de Crivella com a instituição religiosa, tomemos como exemplo as tabelas abaixo, demonstrando a robusta presença da PRB – vinculado à IURD - na Câmara Federal.

Tabela 1 - Partidos x Deputados evangélicos em 2015 ⁴²

Partidos	Deputados Evangélicos	Total de Deputados
PSDB	5	54
PMDB	5	66
PT	2	70
Subtotal	12	190
DEM	3	22
PTB	3	25
PSB	2	34
PDT	2	19
PPS	1	10
Subtotal	11	110

⁴² Grifos meus.

PRB	17	21
PSC	8	12
PR	6	34
SD	6	15
PP	4	36
PSD	4	37
PHS	1	5
PMN	1	3
PROS	1	11
PTN	1	4
Subtotal	49	178

Fonte: site da Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/>. Apud: Almeida, 2017.

Tabela 2 - Denominação por partido em 2015

Partidos/Denominação	Assembleia de Deus	Igreja Universal
PSC	6	
PR	3	
PRB	3	11
PSD	2	
PSDB	2	
PTB	2	
PROS	1	
PSB	1	
SD	1	
PDT	1	
PHS	1	
PMDB	1	
PPS	1	
Total	25	11

Fonte: site da Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/>. Apud: Almeida, 2017.

Como podemos perceber, e já aludido nesta dissertação, a IURD apresenta uma forte presença no cenário político nacional, portanto, a tentativa de dissociação tornar-se muito pouca efetiva, além do fato de que a Universal realiza campanhas de modo a incentivar o voto colocando sua mídia (Televisão e Folha Universal) para favorecê-lo, bem como os ataques desferidos por seus dirigentes eclesiais contra os adversários políticos e midiáticos de Crivella. Como enaltece Mariano e Schembida (2009), decorre do embaralhamento de seus papéis político e religioso nas campanhas eleitorais e no desempenho da atividade parlamentar.

Na esteira das atividades políticas, Crivella nos últimos anos, tem demarcado sua representação política com viés religioso evidenciando-se também em sua militância contra os projetos de interesse dos homossexuais. Como também argumenta Mariano e Schembida (2009, p. 103): “em troca da concessão de apoio eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 para

o governo do Estado do Rio, Crivella conseguiu com que o senador Sérgio Cabral Filho, eleito governador, retirasse da pauta do Senado seu projeto que propunha a união civil entre pessoas de mesmo sexo”.

O mesmo aconteceu em 2007, com a aprovação da chamada “Lei da Homofobia” na Câmara dos Deputados e logo em seguida encaminhada ao Senado, em que Crivella se apresentou como seu principal oponente. Em 3 de novembro de 2007, quando o projeto tramitava na Comissão de Direitos Humanos, Crivella publicou um contundente manifesto de oposição, em seu site no Senado, intitulado “homossexualismo”, no qual:

qualificou a lei de “esdrúxula”, acusou-a de criar uma “ditadura gay” no país e de atentar contra as liberdades religiosa e de expressão, enfatizou que “a Bíblia ensina que o homem que se deita com outro homem, como se mulher fosse, comete abominação”, e conclamou os evangélicos a “ir às ruas” para derrubá-la no Supremo Tribunal Federal, caso ela fosse aprovada no Senado e sancionada pelo presidente. O episódio revela sua militância evangélica no parlamento. Para nossos propósitos imediatos, cumpre destacar que ele assinou o manifesto como “senador, engenheiro civil e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus”. No exercício de sua função parlamentar, identificou-se como senador e como bispo. Fora do período e do embate da campanha eleitoral, não se deu ao cuidado estratégico de fazer a fatídica disjunção entre a atuação parlamentar e o ativismo religioso (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009, p. 103).

Diante do exposto, percebemos que Marcelo Crivella não consegue dissociar o senador e político do bispo neopentecostal. Mas, ao mesmo tempo, temos a ciência de que suas ações constituem uma íntima relação com sua base eleitoral, ou a enaltece de modo a demarcar sua filiação religiosa perante a mesma, por outro lado, também devemos estar cientes que tais ações decorrem de seu mandato de eleição proporcional (senador), o que em processos para o executivo, como visto ao longo deste capítulo, sua estratégia de campanha é outra, baseada em discursos mais amenos e de certa forma, tentando ser mais abrangentes e inclusivos – sem perder ao mesmo tempo o apoio de sua base eleitoral -, ao investir na opção de explorar temas de preocupações sociais da IURD como no início de suas campanhas, ao priorizar os pobres nordestinos no Projeto Canaã e mais recentemente no slogan, “cuidar das pessoas”, ou seja, evidenciando o capital social.

E de modo a evidenciar o deslocamento do político para outras áreas do social diante da crise de esgotamento institucional da política, percebemos a religião como um norte

fundamental para o ordenamento político nas eleições. Pois de fato, a cada nova eleição no Brasil, a maioria dos candidatos a cargos legislativos e executivos, até mesmo os que disputam à presidência da República, pedem, barganham, disputam e reclamam o apoio eleitoral das lideranças pentecostais (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009, p. 104). Ao passo que, muitos governantes, por sua vez, cobram dos parlamentares evangélicos, sobretudo os pentecostais, apoio político a seus mandatos, apoio que procuram angariar em troca da oferta de concessões a eles e a suas denominações. Tais práticas, como revela Mariano e Schembida (2009), têm por efeito incrementar e naturalizar a participação, a influência e o poder desses religiosos no plano político-partidário. Como aponta os autores (2009, p. 105):

por isso, a desprivatização política desse movimento religioso, ocorrida a partir dos anos 80, não decorre somente do vigoroso empenho de muitos líderes pentecostais para transformar seu rebanho religioso num rebanho eleitoral e ampliar sua representação política, visando dilatar sua influência na esfera pública e defender seus interesses institucionais, suas crenças, suas práticas e seus valores morais. Decorre também da incansável disposição de candidatos, partidos e governantes não-evangélicos, movidos por interesses políticos os mais diversos, de enredá-los nos pleitos eleitorais e no jogo político-partidário. Resulta disso que soa à pura hipocrisia, ou a oportunismo político, a defesa discursiva da laicidade estatal por muitos desses políticos.

O envolvimento desses religiosos com a política partidária, o ativismo político dos pentecostais e, a própria, articulação dos poderes públicos e os governantes tendem a reforçar a presença e a influência do religioso na esfera pública. Desse modo, a própria democracia brasileira não pode ser pensada sem a análise desses processos e suas implicações para as instituições democráticas e o espaço público. De qualquer modo é importante ressaltar, como argumenta Machado (2006), que o corporativismo e mesmo as práticas clientelísticas – como visto até agora – extensivamente denunciadas pela imprensa não são características exclusivas/específicas dos atores evangélicos, muito menos são expressões inéditas da articulação política brasileira. Desse jeito, os pentecostais e neopentecostais estariam reproduzindo um comportamento político já identificados em outros grupos e sujeitos sociais. Ou seja, a cultura política transforma-se numa diretriz capaz de orientar e mimetizar tais ações em outros coletivos sociais, de modo que:

os valores se constroem no intercurso destas experiências e deixam marcas nas “atitudes” dos atores sociais. Mas não se trata de impulsos subjetivos individuais, estão sempre inseridos numa história e contextos coletivos, não fazendo sentido fora destes. Assim as variantes não decorrem tanto da “criatividade” dos indivíduos, mas da exploração que fazem das possibilidades abertas pelos protocolos de significação das comunidades e das tradições a que pertencem, em contato com experiências que se dão “fora” daquelas, mas nunca de um modo inteiramente “descolado” delas (BURITY *Apud*: MACHADO, 2006, p. 46).

Por tanto, relacionar a atuação dos evangélicos com a cultura política brasileira é fundamental, a fim de desvelar que os comportamentos políticos aludidos decorre-se de práticas corriqueiras da própria cultura política nacional, e não “maquiavelicamente”, instaurada pelos evangélicos para a angariar o poder. Bem como percebemos por meio da literatura aqui apresentada, a capacidade de proselitismo e do alinhamento do comportamento político com os interesses corporativista das Igrejas, almejando como destaca Freston (1993): fortalecer lideranças internas; proteger a socialização sectária; acessar recursos para a expansão religiosa e disputar espaço na religião civil.

Não obstante, devemos considerar que a baixa credibilidade nos políticos tradicionais e nas instituições políticas – em que a pesquisa realizada ICJ Brasil (Índice de Confiança na Justiça), produzido pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, revela a queda na confiança da população em praticamente todas as instituições analisadas, na qual apenas 7% dos entrevistados confiam no Congresso Nacional, 7% nos Partidos Políticos e 6% no Governo Federal⁴³ - favorece e corrobora a escolha do eleitor por candidatos sem experiência em cargos políticos (*outsiders*), “gestores”, ou que se apresentam como salvacionistas da moralidade pública. Visualiza-se, assim, o deslocamento do político e a capilaridade da religião e do moralismo como forças política e social na atual conjuntura nebulosa brasileira. Diante de tal cenário, o eleitor tende a ter algumas posições: abstenção, voto branco ou nulo; ausência na votação; escolher um candidato que acredite que seja, como se fala no senso comum, “o menos pior”; ou racionalizar o voto por meio da escolha racional, o que lhe proporcionará estrategicamente mais benéficos, bem como o “voto inibidor”, cujo o objetivo é evitar que o candidato - no qual o eleitor não apresenta afinidade, pelo contrário - que esteja bem colocado na disputa possa ser tornar o vencedor do pleito. Ou seja, votos inibidores/racionais, é o tipo de

⁴³ Pesquisa disponível na íntegra em:

<http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf>.

Acessado em:

07/12/2017.

voto que o eleitor destina seu voto a um candidato que não foi de sua escolha principal, mas, diante do crescimento eleitoral de um candidato que este eleitor rejeita, seu voto passa a ser destinado ao candidato que tem chances “reais” de oposição imediata ao candidato rejeitado. Práticas e ações que veremos no próximo capítulo, acerca do comportamento eleitoral e a incidência da conjuntura nacional e carioca no pleito de 2016.

Capítulo III

Entre crise e a conjuntura: a estratificação do voto carioca

Almejamos neste capítulo analisar como o deslocamento do político parece ter auferido o tom eleitoral, beneficiando outsiders, candidatos moralizadores e revestidos de carisma, por meio, do esgotamento institucional e do desgaste dos políticos tradicionais, acirrado em 2013. Em que a conjuntura, portanto, parece ter favorecido o investimento tanto numa politização do discurso religioso quanto numa estratégia política. O que nos auxilia a entender como o processo da conjuntura política específica possibilitou a vitória de Crivella, que após sucessivas campanhas para o executivo, carioca e fluminense, ser eleito no decorrer de um processo de crise política, econômica, moral e representativa que abala o país.

3.1 – Crise real e crise retórica

A crise é um acontecimento histórico, bem como é uma condição de vida duradoura e fundamental para uma condição humana transcendente. Ao considerarmos, conforme argumenta Roitman (2012), a palavra “crise” apresenta-se como mobilizadora de construções narrativas para marcar um “momento de verdade” ou como um meio de pensar a própria “história”, faz com que certos momentos de verdade possam vir a ser definidos como pontos de viragem na história, quando as decisões são tomadas ou eventos são decididos, estabelecendo, assim, uma teleologia particular. Todavia, a apropriação narrativa de “crise” traz consequências quanto as delimitações temporais, de identidade e o que se considera como “verdade”. Evocando, por conseguinte, o significado da crise como um problema axiológico ou o questionamento dos fundamentos epistemológicos, ou mesmo éticos, de certas competências da vida e do pensamento. Sendo assim, toda vez que se fala em crise, o discurso oculto (ou o não dito) encerra um juízo moral e comparativo entre o passado e o futuro, de modo que, nessa esteira, somos levados a nos perguntar sobre o que deu errado.

A própria noção de crise assume significado aberto e mesmo ambíguo, tendendo normalmente a designar uma ruptura súbita, acidental ou até mesmo ruptura passageira de um dado estado (muitas vezes aparente) de equilíbrio ou harmonia, designando uma quebra de estabilidade e de uma certa normalidade. Devemos, portanto, como Roitman (2012) nos interroga - acerca deste referencial teórico -, analisar *crise* como um termo que está ligado a

situação de significar a história humana, muitas vezes servindo como um espaço reservado, transcendentalmente, a soluções ostensivas a esse problema.

Como a própria autora revela, é um ponto cego para a produção de conhecimento. E tornar esse ponto cego visível, significa fazer perguntas sobre como produzimos significados para nós mesmos. Pelo menos, significa perguntar sobre como produzimos “história”. Ou mesmo, no máximo, significa perguntar como podemos construir produção de conhecimento sem discernir o significado histórico em termos de fracasso ético.

Não obstante, quando nos aventuramos para os fundamentos da razão crítica caminhamos por terras ainda mais instáveis de verdades, em que a crise não é resolvida. Pelo contrário, o conceito de crise torna-se um motor principal, por exemplo, para o pensamento pós-estruturalista: enquanto a verdade não pode ser assegurada, é, no entanto, realizada em momentos de crise, quando os fundamentos das afirmações da verdade são supostamente desvelados e os limites da inteligibilidade são potencialmente subvertidos ou transgredidos (ROITMAN, 2012, p. 7).

Nesse sentido, a autora observa que ao analisarmos o trabalho de Michel Foucault e nos atentarmos com os conceitos disciplinares ou técnicas que nos permitam pensar como sujeitos, os limites às formas de conhecimento implicam necessariamente em crises. Para Foucault, crise significa um impasse discursivo e o potencial para uma nova forma de sujeito histórico. Enquanto que Laclau com sua noção de deslocamento estrutural dentro da teoria do discurso, nos apresenta um jogo de estrutura-agente (movimento de co-constituição) dando lugar à ideia de subjetividade política. Já trouxemos esse conceito anteriormente, mas é crível retomarmos diante da atual proposta, portanto, conforme sintetiza Mendonça (2012, p. 214):

[O momento do deslocamento] reside justamente no momento em que a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. O deslocamento é, portanto, o momento do Real, o momento em que o extradiscursivo apresenta o limite do sentido. Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

Por conseguinte, não é possível estabelecer o não-contingenciamento deste campo para reivindicar a crítica. Uma vez que a verdade, de acordo com Roitman, é – necessariamente – imanente e crítica, sendo expedida por sua abertura constante das latências. Essas últimas foram

caracterizadas em termos de relações invisíveis, como: sedimentos da tradição, falsa consciência, ideologias, categorias naturalizadas ou normalização. Mesmo quando o critério da verdade não é mais definido em termos da lógica da não-contradição - ou consistência interna -, a crítica é pensada para ocorrer através do paradoxo: através da clarificação da contradição e paradoxo, com o compromisso de demonstrar obstinadamente o paradoxo do poder, ou as exclusões necessárias (como os “outros”).

Mas, se tomarmos a crise como um ponto cego - ou uma distinção - que torna certas coisas visíveis e outras invisíveis, é meramente uma noção *a priori*. A crise é, assim, reivindicada, mas permanece uma latência, nunca é explicada porque permite uma maior redução da “crise” a outros elementos, como a economia, a política, a cultura e a subjetividade. Portanto, a crise como argumenta Roitman (2012), não é uma condição a ser observada (perda de sentido, alienação, conhecimento falho), é uma observação que produz significado.

Dessa forma, a cena pública contemporânea brasileira (2013-2016) apresenta alguns elementos do ambiente sociopolítico que facilitaram sua emergência dos discursos e manifestações massivas em desafio às instituições políticas. Sem dúvidas é um desafio heurístico identificar as causas de uma mobilização em massa, todavia, é um esforço necessário apresentar alguns argumentos que possam ter auferido processos de significações sociais e que moldaram a conjuntura sociopolítica atual.

3.1.2 – Protestos e Polarização: breve quadro histórico de 2013 a 2016

Dentre as mudanças de conjuntura que contribuíram, como argumenta Angela Alonso (2017), para formação discursiva e do cenário político nacional destacamos: em primeiro plano a experiência da onda de protestos globais, de 2011 a 2013, que funcionou como efeito demonstração e abasteceu um novo modelo de ativismo (o repertório autonomista), basta recordar que o Brasil sediou megaeventos - Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) - oferecendo palco global para os protestos. Outro ponto nevrálgico para a formação da conjuntura incidente foi a relação entre governo e movimentos sociais. De acordo com Alonso, a alta aprovação de Dilma no período antecessor aos protestos, fez com que a ex-presidente pouco dialogasse com a sociedade organizada, deixando os protestos como caminho para pleitos⁴⁴. A essas agendas de protestos somou-se a tão antiga como atual bandeira:

⁴⁴ É importante salientar que os então prefeitos e governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro (respectivamente, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin; Eduardo Paes e Sérgio Cabral), primordialmente, não souberam também

a corrupção. Por motivos claros, pois em agosto de 2012, começou o julgamento de políticos acusados de apropriação indébita de fundos públicos. O julgamento do Mensalão que: “foi espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo. Ante este clima de opinião pública, as medidas anticorrupção de Dilma foram tímidas” (ALONSO, 2017, p. 50).

E o terceiro elemento, como aponta a autora, foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, promovendo o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que em conjunto diminuíram a distância entre estratos sociais. O processo alterou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça).

Adriano de Freixo (2016) vai ao encontro das análises de Alonso ao argumentar que os protestos de 2013 apresentam três tipos de interpretação para sua ocorrência. O primeiro decorre-se do movimento de ascensão da chamada “nova classe média”, que teve seus padrões de vida e consumo melhorada, por meio do crescimento econômico e políticas distributivistas na última década e almejando mais no que diz respeito aos serviços públicos como transporte, saúde e educação, sem níveis satisfatórios de qualidade. Do mesmo modo que nutrem uma profunda insatisfação com todas as esferas do setor público com a corrupção presente.

A segunda análise, presente na observação de Maria da Glória Gohn (2014) e Leonardo Sakamoto (2013), prioriza a crise da democracia de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política. Ou seja, questionamentos à políticos e a “política tradicional” por parte dos jovens tanto de classe média “histórica”, quanto aqueles que fazem parte dos estratos sociais que ascenderam socialmente nos últimos anos. E a última interpretação, corresponde a alguns autores do campo da esquerda que analisam as manifestações como um esgotamento do “modelo petista” ou “lulista”, centrado em políticas distributivistas e numa espécie de “capitalismo de Estado”. Todavia, seu limite teria sido a incapacidade de radicalização de reformas estruturais e do enfretamento como grande capital.

Contudo, de 2013 a 2016, a crise política - e o que se entende enquanto seu conceito - apresentou pontos de partida (*bottom line*) similares ou distintos, conforme apontado pelos autores acima, mas houve três ciclos de confronto e novas formas de protesto, como analisa Alonso (2017): em um primeiro momento, (01) a *eclosão do protesto*, liderada pelo Movimento

lidar inicialmente com os protestos em 2013, cujas as principais reivindicações eram envoltas pelos problemas urbanos e eficiência de políticas públicas. Para mais informações sobre o início e o desenrolar dos protestos de rua neste período, ver os trabalhos de: GOHN, 2017; FREIXO, 2016.

Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero (“não são só vinte centavos”)⁴⁵. Sendo o estilo de ativismo autonomista do MPL marcado pela negação de lideranças e hierarquia de gênero, violência simbólica (ao queimarem catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política; O processo de (02) *Diversificação*, em que aumentaram adesões e os focos de manifestação. Os movimentos tradicionais (feminista, estudantil, negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda, chegaram atrasados, mas buscaram se adaptar. Começava a disputa pela direção do protesto e dos espaços públicos. A pauta, por conseguinte, ultrapassou os vinte centavos, quando ativistas com outras causas, como o aborto, e manifestantes iniciantes/novos, identificados por hashtags como “#vemprarua”, emergiram.

Ao começarem a se avolumar e aumentar o escopo discursivo, os protestos ganharam repercussão internacional e apoio de artistas e intelectuais, ao passo que foram violentamente repreendidos pelas forças policiais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, atraindo solidariedade da mídia e dos setores não mobilizados. O episódio de extrema violência policial acabou modificando a opinião pública, que antes focava somente nos vândalos dos protestos (filmando extensivamente a depredação a bancos e prédios públicos) e com o tom condenatório aos protestos⁴⁶. Até a multiplicação nas redes sociais e na própria grande mídia de imagens e vídeos que mostravam jornalistas feridos, o que estimulou a mídia a trocar de lado. E, por conseguinte, a aderência as manifestações aumentaram, conforme elenca Alonso, no dia 13/06/2013, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17/06/2013, o Datafolha afirmou o comparecimento de 65 mil. Somado a demais grandes atos em doze capitais.

E, diante de todo esse contexto, inicia-se o terceiro ciclo, apontado por Alonso (2017): (03) a massificação dos protestos, com a emergência de novas bandeiras, por mais e melhor educação, saúde, salários, habitação, direitos e contra a Rede Globo. Junto veio repúdio a autoridades políticas, partidos e a polícia. Aderiram a esse novo ciclo de protestos, torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos e famílias. Cidadãos que não possuíam ativismo prévio, convocados por redes virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia, ativaram o repertório patriota, com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (“o gigante acordou” e etc.) e chamando para si a bandeira da “ética na política”, já presente em 1992, no Fora Collor, em slogans: “Fora Partidos! “Mensaleiros!”, “Corruptos, vocês se preparem, vão

⁴⁵ Para mais informações e análises sobre o desenvolvimento do MPL ver os trabalhos de: ALONSO, 2017; GOHN, 2017 e FREIXO, 2016.

⁴⁶ Basta analisar o comentário de Arnaldo Jabor no Jornal da Globo, que compara à ação dos manifestantes às do Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecida facção criminosa de São Paulo, terminando sua fala afirmando que: “Esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”. Vídeo do comentário disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acessado em: 12/02/2018.

cair um por um!” e o início do “Fora Dilma!”. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado mínimo) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, com o processo recente do julgamento do Mensalão e a expressão “CorruPTos” (ALONSO, 2017, p. 52).

Como argumenta Freixo (2016), nas manifestações de Junho de 2013 observa-se a falta, por parte das esquerdas, de uma compreensão das direções e do próprio sentido dos protestos, ao mesmo tempo em que possibilitou à direita uma reentrada no cenário político, após uma década de hegemonia petista. Deflagrando uma intensa reação conservadora.

É importante predizer que essa direita não é homogênea e se articula em torno de valores ligados ao liberalismo, como o individualismo, empreendedorismo, meritocracia e Estado menor. Sendo sua principal narrativa, a partir desses eventos, a defesa da moralidade pública e a associação da corrupção ao Estado leviatã (gigante e desproporcional) e ao seu aparelhamento. O fato intrínseco desse processo são que certos simpatizantes da “nova direita” apoiam o regime militar brasileiro, mas esquecem-se que o mesmo foi responsável pela última expansão do Estado brasileiro, logo ao seu gigantismo.

De sorte que Junho de 2013 constituiu-se, de certa forma, num movimento apartidário ou sem “bandeiras”. Mas, mesmo assim, iniciou-se uma espécie de “disputa pelas ruas”, ao se contraporem de um lado, organizações e partidos de esquerda, movimentos populares e sindicatos, e, do outro, os setores mais à direita e os partidos de oposição, que como assevera Freixo (2016), buscaram instrumentalizar as insatisfações existentes na sociedade para enfraquecer o governo de Dilma Rousseff, que antes do início dos protestos ostentava altos níveis de popularidade e até então, parecia que seria reeleita sem grandes percalços em 2014.

Nesse cenário, os partidos de oposição e a própria cobertura midiática dos eventos objetivaram uma “indignação seletiva” - apesar da crença na corrupção generalizada no sistema político - que pode ser explicada pela habilidade das lideranças desses protestos (como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online e forças políticas e das mídias) em canalizar esse descontentamento generalizado em direção a um único foco, ao Partido dos Trabalhadores, e com a polarização proveniente das eleições de 2014 a esquerda de modo geral. Ao mesmo tempo que exaltavam e bradavam a defesa da moralidade pública (com camisas da CBF (Confederação Brasileira de Futebol, alvo de investigações por corrupção tendo alguns de seus ex-dirigentes presos) e contra o governo Dilma.

Podemos perceber que, mais uma vez, o contexto sócio-político brasileiro enquadra-se num processo de crise ao tomarmos como base o referencial teórico já trabalhado. As Jornadas

de Junho de 2013 geraram uma “conjuntura fluida”⁴⁷, ou seja, uma situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política. O ambiente de instabilidade, já alimentado pelo Mensalão, aumentou consideravelmente com a operação Lava-jato, estimulando o espírito de faxina ética de imprensa e opinião pública (ALONSO, 2017). As agendas de Junho de 2013 continuaram nas ruas em graus variados de aderência e participação, até as eleições de 2014 – e, especialmente após o impeachment – com o protagonismo do setor patriota (sendo a ala mais liberal, o Vem pra Rua; no meio do caminho, o Movimento Brasil Livre (MBL); e na frente reacionária, o Revoltados On Line) com discursos patriotas, anticorrupção e moralistas (o MBL acabou capitalizando este último⁴⁸).

Como aponta Laclau em sua teoria, houve um processo de deslocamento das estruturas discursivas, no Brasil a partir da Constituição de 1988 o discurso hegemônico na pauta política nacional eram, como analisa Tavares (2017): as garantias sociais previstas na Carta Magna e a estabilização monetária e fiscal. Presenciamos, assim, uma transversalidade discursiva diante da conjuntura, com novos repertórios e atores sociais sendo alterado, por algo ainda em disputa, e, é nesse interim que nos encontramos, o processo de disputa discursiva dentro do deslocamento, o processo de antagonismo. Que desde 2013 não parece se aplacar, pelo contrário, está fermentando e expandindo, como num ciclo de revigoramento. Lembremos que o desfecho das disputas eleitorais de 2014, se daria pela vitória nas urnas de um dos candidatos, mas os grupos patriotas/liberais se decepcionaram com o desfecho das eleições presidenciais. Conforme evidenciado por Alonso (2017, p. 54): “seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”.

Alguns elementos originários de 2013 sumiram — voltou a tradição de discursos nos carros de som. E o retorno da cristalização de dois campos de ação estratégica apartados e opostos: um à esquerda, outro à direita do governo (ALONSO, 2017, p. 54). Fomentando, ainda mais o antagonismo discursivo, o PSDB pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cassação do mandato de Dilma, na virada para 2015, alegando fraude nas apurações. E, posteriormente, o STF ordenou a prisão de líderes petistas como Delcídio Amaral, e de Eduardo Cunha

⁴⁷ Já aludido no capítulo I desta dissertação.

⁴⁸ Visto, de modo mais recente, na exposição “Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” em 2017, que foi cancelada após diversas manifestações nas redes sociais, sendo o MBL apontado como um dos principais articuladores do protesto. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>>. Acessado em: 12/02/2018.

(PMDB), presidente da Câmara, que instalou a CPI da Petrobras e iniciou o rito do impeachment.

O MBL, nesse cenário, ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB⁴⁹. A crise política e o antagonismo discursivo galgavam para patamares sem precedentes, a bancada do PT votou pela investigação do presidente da Câmara na Comissão de Ética, e Cunha retaliou, autorizando abertura de processo de impeachment de Dilma, em dezembro de 2015. Na esteira desses acontecimentos os movimentos MBL, Revoltados On Line e Vem pra Rua organizaram atos anti-Dilma, com 40,3 mil participantes, de acordo com o Datafolha (ALONSO, 2017, p. 55). Em março de 2016, o ex-presidente Lula foi levado coercitivamente para depor, por ordem do juiz federal Sérgio Moro, reascendendo a altivez da militância petista. Culminando em dois grandes polos de competição política, uma a favor do impeachment e outro contra (considerando a impugnação da presidente eleita como um golpe).

Se podemos sintetizar, didaticamente, a conjuntura política brasileira envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivou o repúdio à corrupção. No mesmo ano, ocorreram as surpreendentes manifestações de junho de 2013, que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras reunindo milhões de manifestantes, no ano seguinte em 2014, houve protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, bem como o acirramento das denúncias da “Lava-jato” e a crescente polarização política decorrente da eleição presidencial do mesmo ano. Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o processo de denúncia por crime de responsabilidade fiscal apresentado pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, dando início ao processo de impeachment, concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff.

Todo esse processo da conjuntura marco política nacional acabou desaguando em dois processos de agência reativa⁵⁰: a tônica do conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. E a outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas ruas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu o líder alternativo à política profissional: “Somos todos

⁴⁹ Nas eleições de 2016 o MBL também se coligou ao sistema político, na maioria das candidaturas pelo PSDB, como Fernando Holiday, que disputou e venceu o cargo de vereador de São Paulo.

⁵⁰ É derivativo de toda reação discursiva, antagonismos. Logo, ao referirmos agência reativa, consideramos que é um processo ambivalente, ou seja, da mesma forma que setores mais à esquerda se uniram em oposição/reação as ações supracitadas no parágrafo.

Sérgio Moro” (ALONSO, 2017, p. 54). Por conseguinte, ocorreu um processo de solidificação da retórica moralizadora, como a moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional), que muito influenciara o contexto das eleições municipais de 2016, principalmente nas grandes metrópoles - catalizadoras naturais dos protestos -, como a cidade do Rio de Janeiro.

3.2 - A Conjuntura Carioca

O cenário Fluminense não é dos melhores. A criminalidade cresce em níveis alarmantes, em 2016, de acordo com Instituto de Segurança Pública (ISP), foram 5.033 mortes violentas. Um número cerca de 20% maior do que em 2015, e o estado, por sua vez, recorre à intervenção das Forças Armadas, desde 2007; A grave crise fiscal que assola o estado, em situação de calamidade financeira desde maio de 2016, o estado fechou esse mesmo ano com déficit superior a 17 bilhões de reais. Ao passo que o ajuste fiscal proposto compromete a prestação de serviços essenciais à população, com os hospitais e unidades de saúde, já sucateados - estendendo a dificuldade também na maioria dos municípios - que não têm conseguido renovar contratos com prestadores de serviços e se veem forçados a suspender certas atividades; E o desemprego que atingiu em 2016, mais de 960 mil pessoas que estavam à procura de emprego em todo o estado. A pesquisa do Plano Nacional de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE, apontou ainda que em 2015 a taxa de desemprego chegou a 13,4%, na Região Metropolitana do Rio, a taxa de desemprego saltou de 7,7% para 13, 2%. Na capital, o índice dobrou em um ano, passando de 5,2% para 10,4%⁵¹.

Na conjuntura do Estado do Rio de Janeiro e na carioca, o termo crise, especialmente a econômica - que no senso comum e, até mesmo, acadêmico é *exclusivamente* derivativo do último governo Dilma (2015-2016) - parece ter auferido significado como produto somente dos erros econômicos do executivo federal e não da ineficácia da coordenação política e econômica estadual e municipal⁵². Ou seja, se o estado é ausente, não paga os salários dos professores e

⁵¹ Dados do Plano Nacional de Domicílios (Pnad) compilados disponíveis em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/taxa-de-desemprego-no-rj-chega-a-134-maior-taxa-registrada-pelo-ibge-desde-2012.ghtml>>. Acessado em: 14/02/2018.

⁵² É importante frisar que a decisão da União de mudar o cálculo dos *royalties* sobre a produção do petróleo, diminuindo a participação dos *royalties* do Estado do Rio de Janeiro, impactou drasticamente a economia fluminense, ao mesmo tempo em que o governo do estado (PMDB) concedeu isenções fiscais “generosas” as empresas, diminuindo ainda mais a arrecadação. Mais dados sobre a isenção fiscal em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/isencoes-concedidas-pelo-estado-do-rio-beneficiaram-ate-mesmo-termas.html>>. Acessado em: 14/02/2018.

dos demais setores do funcionalismo público⁵³, se houve uma escalada da violência no município do Rio e o sucateamento dos hospitais e unidades de saúde, não são, nos discursos políticos, culpa da gestão do PMDB, que está no poder estadual desde 2007 com Sérgio Cabral e na cidade do Rio de 2009 até 2016 com a vitória de Crivella. Como argumenta Roitman (2012), o discurso de “crise” é mobilizador de construções narrativas para marcar um “momento de verdade”, só que no processo discursivo, o que se entende por “verdade”, faz parte de um processo de invisibilidade, em que consiste defrontar uma parte e não o todo. Portanto, o termo “crise” apresentado, exaustivamente, como crise econômica, presente nos discursos parecem ser o verdadeiro estopim de todo o processo “crítico” do Estado do Rio de Janeiro, todavia, não desvelando a própria ineficácia da gestão política deste período. Talvez, as manchetes dos jornais no segundo semestre de 2016, esteja modificando tal significado e produzindo um novo significante, diante da prisão do ex-governador Sergio Cabral (2007-2014) e suas revelações por meio de delação premiada, dos processos fraudulentos e de corrupção passiva e ativa - fazendo uso do poder público para proveito próprio e em benefício de um grupo - em proporções nunca antes divulgadas.

Nos atentando para a configuração política do pleito de 2016 percebemos algumas peculiaridades em relações as eleições anteriores: com a interrupção de uma série de vitórias do PMDB (em questões eleitorais e de credibilidade partidária); A disputa entre Freixo e Crivella que apresentou – talvez desde o Brizolismo – a presença de uma eleição local que assumiu, evidentemente, contornos nacionais. No qual os embates nacionais voltaram à cena, diluindo os resquícios de uma retórica tecnocrática imune às questões sócio-políticas mais amplas. De fato, os ecos dos discursos antagônicos da conjuntura nacional refletiram com um peso muito maior nas eleições de municipais de 2016, principalmente, nas grandes metrópoles como visto anteriormente.

Decerto, o próprio contexto carioca facilitou a emergência desses discursos e a maior entrada das questões nacionais no debate da política municipal. Ao tomarmos como base a literatura sobre eleições notamos que em sistemas majoritários de dois turnos, candidatos de partidos de centro tendem a levar vantagem, dado que sua rejeição é menor e, no segundo turno, os eleitores tendem a convergir com mais facilidade para suas candidaturas. Contudo, no primeiro turno das eleições cariocas, disputaram diversos candidatos com espectros ideológicos muito similares. Ao analisarmos os candidatos apresentados no gráfico 2, do primeiro capítulo desta dissertação, percebemos que os candidatos Pedro Paulo (PMDB), Índio da Costa (PSD) e

⁵³ Ver: <<https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>>. Acessado em: 14/02/2018.

Carlos Osório (PSDB) tinham uma visão de governo muito próxima, em que podemos denominá-las como um discurso de centro-direita, sendo uma exceção mais à direita conservadora – por que não autoritária -, Flávio Bolsonaro (PSC), que almejou no presente pleito capitalizar o capital político do pai, o deputado federal, Jair Bolsonaro (PSC). E os candidatos de centro-esquerda como Alessandro Molon (REDE) e Jandira Feghali (PC do B)⁵⁴. Não havendo no primeiro turno, uma coligação entre candidatos de perfis ideológicos similares, mas a fragmentação entre eles, em candidaturas independentes, demarcaram o primeiro turno.

Pedro Paulo, era o candidato à sucessão de Eduardo Paes (PMDB), então prefeito do Rio, embora a candidatura de Pedro Paulo, contasse com um grande tempo de TV e da estrutura administrativa do município e do estado, governados pelo seu partido, foi fortemente prejudicado pelas graves denúncias, levadas a conhecimento do público durante a campanha, de que ele havia agredido sua esposa. Tornando até um slogan recorrentemente utilizado pelos seus adversários ao longo do pleito: “Pedro Paulo bate em mulher”. Fragilizando, de imediato, sua candidatura, nem os estáveis níveis de aprovação – ou que consideravam a gestão regular⁵⁵ - de seu principal “padrinho” político Eduardo Paes, se mostraram suficientes para mitigar tal estigma.

Tal fragmentação de candidaturas ideologicamente parecidas permitiu alocar no segundo turno dois candidatos que podem ser considerados, dentre muitos aspectos, antípodas no espectro ideológico. Crivella, como muito aludido no capítulo II, filiado ao PRB, bispo licenciado das IURD, foi senador por dois mandatos (2002-2016), defende pautas conservadoras ligadas a bancada evangélica (principalmente, enquanto esteve no Senado Federal), e muito embora tenha sido Ministro da Pesca no governo Dilma e ter recebido apoio do ex-presidente Lula nos pleitos executivos que disputou⁵⁶ e, feito parte da base governista enquanto senador, votou a favor do impeachment. Marcelo Freixo, candidato do PSOL (dissidência do PT), conseguiu, com uma diferença muito apertada em relação ao terceiro colocado, Pedro Paulo, de apenas 2,14%, cerca de 64.649 de votos⁵⁷, passar ao segundo turno

⁵⁴ Visto as propostas dos candidatos e os discursos presentes não só nos respectivos programas eleitorais, mas nos próprios debates realizado pelas principais emissoras de televisão, como Record e RJ TV, da Rede Globo. Um dos principais debates, o do RJ TV, está disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/09/candidatos-prefeitura-do-rio-participam-de-debate-na-tv-globo.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

⁵⁵ De acordo com a Pesquisa Ibope divulgada em 26/09/2017, a administração do prefeito Eduardo Paes, é avaliada como ótima/boa por 25% dos entrevistados. Ótima/boa - 25% ; Regular - 41% ; Ruim/péssima - 33%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/09/ibope-gestao-de-eduardo-paes-e-avaliada-como-otima-ou-boa-por-25.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

⁵⁶ Ver capítulo II.

⁵⁷ Dados disponíveis no gráfico 2 do capítulo I.

e tirando o PMDB do executivo carioca depois de 8 anos de gestão. Freixo é reconhecido pela sua pauta de defesa dos direitos humanos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e por ter estado a frente de muitas CPI's, como a das Milícias, em 2008. Bem como pelo seu discurso marcado por posições de defesa de uma igualdade distributiva, melhorias dos serviços públicos e pelo discurso “anti-impeachment” de Dilma, classificando-o como um “golpe”. Ao mesmo tempo, o PSOL tem uma visão muito purista da política, não faz coligações por compreender que qualquer tipo de aliança desvirtuaria a identidade, basta perceber que nas últimas cinco eleições só fez coligação em duas delas, com o PCB e PSTU.

É importante observar que as eleições para prefeito do Rio de Janeiro, apresentaram um grau crescente de acusações e agressividade nos questionamentos para e entre os candidatos, bem como entre seus eleitores. Conforme analisa Abreu (2016):

No primeiro turno, os dois candidatos miraram sua artilharia em Pedro Paulo, pois Crivella disparou na frente das preferências do eleitorado e, ao longo de toda a campanha do primeiro turno, sua presença foi considerada certa no segundo turno. Dessa forma, Pedro Paulo era o candidato a ser derrotado por Freixo e, ao mesmo tempo, era o candidato que apresentava maiores fragilidades, em decorrência do seu histórico de agressão à sua esposa, e também do seu despreparo, que foi se revelando a cada debate ou declaração pública. Por sua vez, Crivella deu mostras de preferir Freixo como adversário no segundo turno, por considerá-lo um candidato bem menos competitivo, tanto por estar fora da estrutura administrativa, quanto por sua posição de esquerda, que já havia sido fragorosamente derrotada no primeiro turno em outras cidades importantes do país e carregaria, portanto, uma grande rejeição.

Nesse sentido, a esteira do discurso polarizado nacional (entre direita e esquerda) Freixo foi alvo de uma campanha virtual – por meio das redes sociais como Facebook e Whatsapp – ao ser disseminado boatos a seu respeito, que consistiam que Freixo, se eleito, instauraria o socialismo no Rio de Janeiro, descriminalizaria o aborto e o uso de drogas e, por fim, acabaria com a polícia militar e apoiava “bandidos”⁵⁸, de modo a mobilizar o medo ou o receio do eleitor (ABREU, 2016). Sendo, constantemente, estigmatizado como um candidato de esquerda que defende os direitos humanos, ou como muito falado no período das eleições pelos adversários e pelo próprio eleitorado que o rejeitava: “um esquerdista que defende bandido”. De modo a polarizar ainda mais o debate.

⁵⁸ Mais informações em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-10-05/freixo-decide-acionar-justica-eleitoral-e-policia-contra-difamacoes-na-internet.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

Crivella, por sua vez, recebeu o apoio no segundo turno de Bolsonaro, Índio da Costa e Osório, que até posaram para fotos ao lado de Crivella e da deputada federal Clarissa Garotinho (PRB), aliada de primeira hora. O PMDB, todavia, não declarou apoio do partido, mas alguns de seus quadros manifestaram apoio pessoal a Crivella, não obstante o ex-senador descartou aliança com PMDB: “Política se faz com alianças. Chegou a hora de tratar das pessoas e o PMDB precisa se reciclar, não pode continuar com as mesmas práticas políticas. Não vou conversar com o PMDB, vou conversar com os demais partidos para alianças”⁵⁹. Enquanto Eduardo Paes se manteve “neutro”.

Diante do contexto apresentado, nos parece que a vitória de Crivella foi favorecida sobretudo pelo ambiente político em que se deu sua candidatura, com o crescimento da direita que marcou as eleições municipais, levando vantagem sobre o rival, Freixo, do PSOL no segundo turno. Freixo é associado ao discurso contra o impeachment de Rousseff, no momento em que a esquerda se encontra desgastada politicamente, e seu partido, o PSOL, é frágil quando comparado a outros partidos, como o PRB. Além disso, o eleitorado de Freixo, de acordo com as pesquisas Datafolha e IBOPE divulgadas no interim das eleições, tem um perfil de classe média e formação superior, sem bases na periferia, principais zonas eleitorais cariocas. Ao contrário de Crivella, com a capilaridade do pentecostalismo nessas zonas periféricas, fomentou uma maior concentração de votos a seu favor. Além do “desânimo” dos eleitores cariocas com a política brasileira de modo geral, bem como a escolha de candidatos com perfis ideológicos antagônicos, propiciaram os altos níveis, como abordaremos adiante, de abstenções e votos brancos e nulos. Cujo o caráter religioso não foi o único vetor da vitória de Crivella, mas foi fundamental para a manutenção de sua base eleitoral.

Um dado interessante para ser analisado é que nos quatro pleitos anteriores disputados por Crivella, em que foi derrotado, ele perdeu para candidatos de centro. Nesse sentido, a estratégia definida por Crivella e sua equipe, em 2016, se mostrou muito hábil, bem como a conjuntura ajudou, com a desarticulação do centro político, como mencionado anteriormente em relação a fragmentação no primeiro turno, do mesmo modo que um segundo turno de antípodas. Todavia, há também uma relação a este processo, que não pode ser desconsiderada: se o conservadorismo se movimenta contra as posições mais progressistas, estas últimas podem recrudescer, afinando propostas e executar movimentos que podem agregar simpatizantes. Ora, se Crivella apresenta a face conservadora, Freixo representaria uma reação. Apesar da vitória

⁵⁹Comentário de Crivella disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/crivella-quer-conquistar-votos-de-osorio-indio-e-bolsonaro-no-2-turno.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

do bispo, não podemos desconsiderar que no segundo turno Freixo aumentou sua margem de votos em 110,26%, enquanto Crivella aumentou os seus em 101,85%⁶⁰, levando a eleição, principalmente o segundo turno, a um campo cada vez mais relacional em relação aos votos dos eleitores que votaram em um dos dois candidatos.

Deste modo, a campanha de Crivella procurou associar o candidato do PSOL ao “comunismo” e a valores moralmente “contrários aos da família tradicional”, propiciando um sentimento de rejeição ao candidato Freixo, produzindo, assim, um apoio sólido aos valores representados pelo candidato do PRB. Uma importante alusão é o apoio do pastor assembleiano Silas Malafia a candidatura de Crivella em 2016, fato que não aconteceu na disputa ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2014.

Nesse contexto, a presença dos pentecostais e sua capacidade de engajamento eleitoral por parte das instituições como a IURD, foram de crucial importância para a inserção e manutenção de bases eleitorais nas periferias como a zona norte e oeste do Rio de Janeiro. Mas, sem dúvidas, a importância dos eleitores-fiéis não explica *per se* a vitória de Crivella, pois, como já mencionado no capítulo I, permaneceria um “gargalo” ao executivo (50% dos votos mais um), já que, estatisticamente, a vitória de Crivella não se deu particularmente por conta do eleitorado evangélico. Pois, de acordo com os dados do IBGE em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, temos os seguintes números: a população carioca possui 6.320.446 habitantes e o número de evangélicos está em torno de 1.477.021, portanto, os evangélicos na cidade são cerca de 23% da população total, em um colégio eleitoral de 4.898.040 eleitores, cerca de 30% de eleitores evangélicos, já aludido no capítulo I.

Crivella obteve, dessa forma, o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória. Sem a crise econômica, política e, conseqüentemente, o desgaste da esquerda (cooptada hegemonicamente pelo PT, nesse espectro político), bem como a crise moral – corrupção e aos políticos tradicionais - desvelaram a apatia aos candidatos através dos elevados números de abstenções nos dois turnos cariocas e a disputa de antagonismos no segundo turno, esquerda/liberal (Freixo) e centro-direita/conservador (Crivella).

Conforme mencionado acima, o montante de votos – mesmo que unificados, o que não parece ser uma possibilidade concreta - não é capaz de decidir uma eleição majoritária, uma vez que não alcançam a metade dos votos necessários para eleger cargos executivos, respondendo, de certa forma, a quase ausência de disputas evangélicas ao executivo e, até

⁶⁰ Visto a última pesquisa Datafolha de 29/10/2016, registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Bem como aludido pelo Prof. Dr. Carlos Procópio no exame de qualificação do mestrado que derivou essa dissertação.

mesmo, a falta de aderência a outras campanhas de Crivella a prefeitura em 2004 e 2008. Ou seja, o ambiente político nacional e a própria estrutura do segundo turno, com Marcelo Freixo, foram cruciais para a vitória do bispo licenciado da IURD, não significando necessariamente uma vitória da IURD, mas a vitória de uma estratégia político-religiosa.

Uma das estratégias utilizadas na disputa ao executivo carioca, foi o discurso moderado adotado por Crivella na campanha, tentando afastar ao máximo a ligação com a Igreja Universal, buscando diálogo com líderes de várias religiões, ao mesmo tempo em que investia na imagem de conciliador, almejando atrair eleitores católicos, assim como evitando falar sobre assuntos polêmicos e se comprometendo a manter o investimento da prefeitura ao carnaval de rua e à Parada do Orgulho Gay. Por outro lado, reforçou seu compromisso “contra liberação das drogas, legalização do aborto e a discussão de ideologia de gênero nas escolas”, buscando construir novas alianças partidárias, de modo a aumentar o escopo do eleitorado, mas mantendo a sua base. Deve-se abranger o público alvo em uma candidatura majoritária, não podendo ter apenas uma base como referência, como já mencionado, já que políticos como Crivella, que iniciam os pleitos com o “piso alto”, necessitam abranger seu teto da campanha, ou seja, expandir sua margem eleitoral a fim de obter a vitória.

3.3 – A Estratificação do Voto

Segundo os dados da Justiça Eleitoral, o número de abstenções do 1º para o 2º turno das Eleições Municipais 2016 aumentaram aproximadamente 4%. No primeiro turno o percentual do eleitorado apto que não compareceu às urnas chegou a 17,58%, ou seja, 25.331.035 eleitores abriram mão de votar para prefeitos e vereadores. Já no segundo turno, esse percentual chegou a 21,55% com a ausência de 7.109.616 eleitores⁶¹. Sendo a média de abstenção nas eleições municipais brasileiras vem sendo de 16%, quando computados os primeiros e segundos turnos das votações de 2000, 2004, 2008 e 2012.

Ainda segundo os dados da Justiça Eleitoral em 2016, a quantidade de eleitores que optaram por anular o seu voto foi consideravelmente maior que a dos votos em branco. No primeiro turno, o TSE registrou em todo o país um total de 11.515.399 de nulos, ou uma proporção de 9,70% dos votos depositados nas urnas. No segundo, esse percentual saltou para 10,62%, ou seja, 2.747.987 votos nulos, um acréscimo de quase 1% em relação ao primeiro

⁶¹ Dados disponíveis em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/segundo-turno-das-eleicoes-municipais-2016-registra-aumento-de-abstencoes>>. Acessado em: 16/02/2018.

turno. Conforme analisa Nicolau⁶², a média dos votos brancos e nulos nas eleições municipais no Brasil vem sendo de 7%, ao se considerar os dois turnos de 2000, 2004, 2008 e 2012. Contudo, a ocorrência de brancos e nulos nas eleições de 2016, considerados os dois turnos do pleito, atingiu 19.343.297 votos, ou seja, 13,18% do total.

O Rio de Janeiro foi a capital com o maior número de abstenções nos dois turnos, em 2016. No primeiro turno da disputa na cidade fluminense, 24,28% do eleitorado (1.189.187 cariocas) decidiram não votar. No 2º turno, o índice aumentou para 26,85% do total, o que corresponde a 1.314.950 eleitores. Em relação ao voto nulo, no segundo turno – tradicionalmente considerado como voto de protesto - 15,90% dos 4.898.044 eleitores cariocas preferiram não dar o voto a ninguém⁶³. Em outras palavras, sete em cada 20 cariocas optaram pelo “não voto”⁶⁴. As urnas também revelaram a nítida divisão política-geográfica da capital fluminense. Em que a região mais populosa do município, Zona Oeste, apresentou maior margem para a vitória de Crivella, enquanto seu adversário obteve mais êxito na Zona Sul, região mais valorizada da cidade.

Contudo, é necessário compreender que através de estudos sobre a geografia do voto aplicada à Ciência Política, na qual estas pesquisas elegem o voto geográfico como o principal meio de análise, percebemos que em eleições municipais anteriores, a cidade do Rio de Janeiro reproduziu padrões de votos que tendem ser definidos mais de acordo com o perfil dos eleitores do que dos próprios candidatos, embora a conjuntura com a polarização discursiva e o segundo turno das eleições de 2016, como analisado, tenham auferido um forte pendor⁶⁵.

Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) mostram que a capital fluminense possui 4.898.045 eleitores, distribuídos por 11.803 seções, reunidas, por sua vez, em 1.498 zonas. Sendo os maiores colégios eleitorais: Campo Grande, Bangu e Santa Cruz que somados

⁶² Análise disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/03/O-que-votos-brancos-e-nulos-as-absten%C3%A7%C3%B5es-e-a-queda-da-participa%C3%A7%C3%A3o-dos-jovens-t%C3%A4m-a-revelar>>. Acessado em: 16/02/2018.

⁶³ Dados apresentados em formato visual, no gráfico 1 do capítulo I.

⁶⁴ Conforme explicita a revista Época: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/crivella-fez-estrategia-correta-e-conjuntura-ajudou.html>>. Acesso em: 16/02/2018.

⁶⁵ A Ciência Política está mais preocupada com o funcionamento e os mecanismos do sistema político, todavia, acreditamos que a presente análise – e que norteia toda esta dissertação - parte da percepção axiológica da *sociologia política*, propriamente, uma vez que se concentra no estudo do poder e das relações entre sociedade, estado e política. Ou seja, num subcampo amplo que se encaixa entre a Sociologia e a Ciência Política, tendo como campo de análise micro - conforme assevera o *Oxford Bibliographies* - investigar e examinar como as identidades e grupos sociais influenciam o comportamento político dos indivíduos. Por conseguinte, análises sobre a participação política, comportamento eleitoral e, a própria, estratificação do voto, por exemplo. Dessa forma, a sociologia política se preocupa menos com o funcionamento e mecanismos do sistema político, e muito mais com a capacidade das forças sociais moldarem o sistema sócio-político vigente, por isso, análises de classe, religião, raça, educação e desigualdade são fulcrais, pois ajudam o cientista social a compreender os processos que influenciam o comportamento e a participação política.

apresentam cerca de 650 mil pessoas aptas a votar. Nesse sentido, apresentaremos alguns dados da pesquisa realizada por Cesar Romero Jacob (2012) sobre a geografia do voto na cidade do Rio nas últimas eleições, nos concentrando nos votos obtidos em algumas eleições disputadas por Crivella. Não obstante, precisamos compreender a constituição do campo político carioca pregresso as eleições de 2016.

3.3.1 - A Geografia do Voto Carioca

Em 1982, com a vitória de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se um longo período de domínio político de líderes oriundos dos quadros do Partido Democrático Trabalhista (PDT). De modo que, das oito disputas eleitorais realizadas desde então para o governo estadual, cinco foram ganhos por políticos pedetistas ou que, em algum momento de sua vida política, atuaram no PDT, dentre eles: o próprio Brizola (1982 e 1990), Marcelo Alencar (1994), Anthony Garotinho (1998) e Rosinha Garotinho (2002). Sendo a exceção dessa linhagem brizolista: Moreira Franco (1986), Sérgio Cabral (2006 e 2014) e Luiz Fernando Pezão (2014, com a renúncia de Sergio Cabral e disputa no mesmo ano a eleição para o Palácio Guanabara), os três do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

E, assim, os brizolistas conseguiram vitórias ao longo dos anos 1980, reunidos em torno da figura de Leonel Brizola, contudo, a partir dos anos 1990, o PDT começa a se fragmentar, com a saída diversos líderes partidários, como: Cesar Maia, em 1992, Marcelo Alencar, em 1994, e Anthony Garotinho, em 2001. E, por conseguinte, cada uma dessas lideranças que deixava o partido levava consigo uma parte da máquina pedetista, bem como adotando um novo discurso político (JACOB et al, 2012). Este processo de fragmentação do brizolismo refletiu fortemente nas eleições municipais e estaduais.

Nas eleições municipais de 2004, Cesar Maia (PMDB) se candidata à reeleição vencendo já no primeiro turno, com 50,1% dos votos, com ampla vantagem, como vimos no capítulo II, sobre o segundo colocado, o senador Marcelo Crivella, do Partido Liberal (PL) que obteve 21,8%. Na verdade, como aponta Jacob (2012), Cesar Maia ganhou em 96 das 97 zonas eleitorais do Rio, perdendo para Crivella apenas na de Benfica. Neste pleito, Crivella utilizou – amplamente - em sua campanha a estrutura da Igreja Universal, e obteve, então, seus melhores percentuais em bairros da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina (como podemos perceber nas Figs. 4 e 5), áreas da cidade onde a presença de evangélicos é mais expressiva (ver Fig. 6).

Figura 4 – Bairros da cidade do Rio de Janeiro

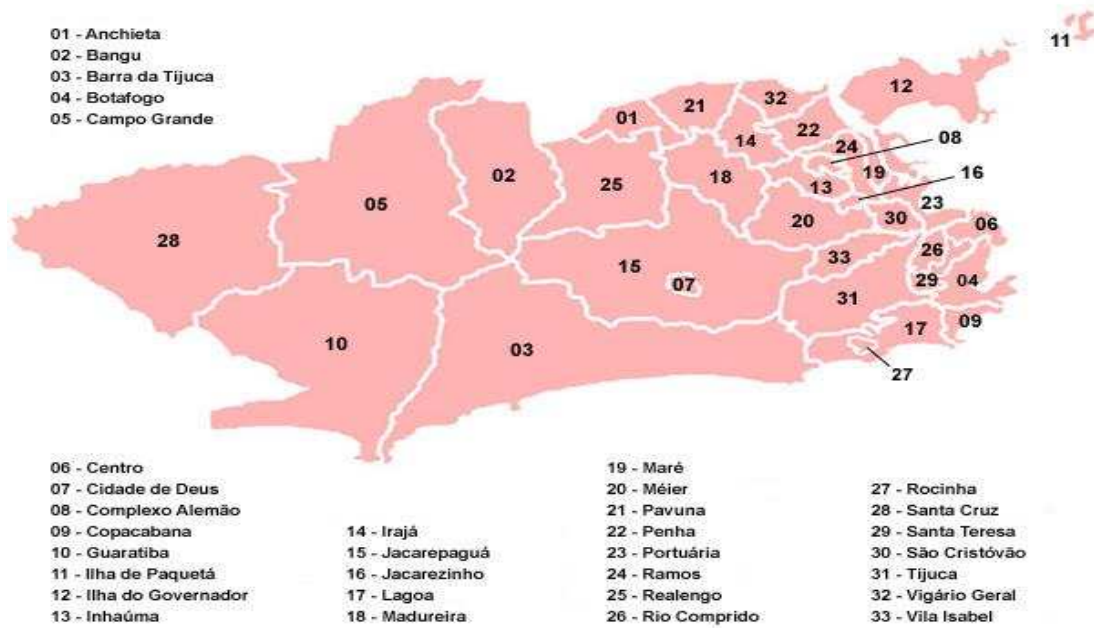


Gráfico disponível em: <<http://www.encontrariodejaneiro.com.br/zona-norte-rj/mapa-da-zona-norte-do-rj.html>>.

Acessado em: 19/02/2018.

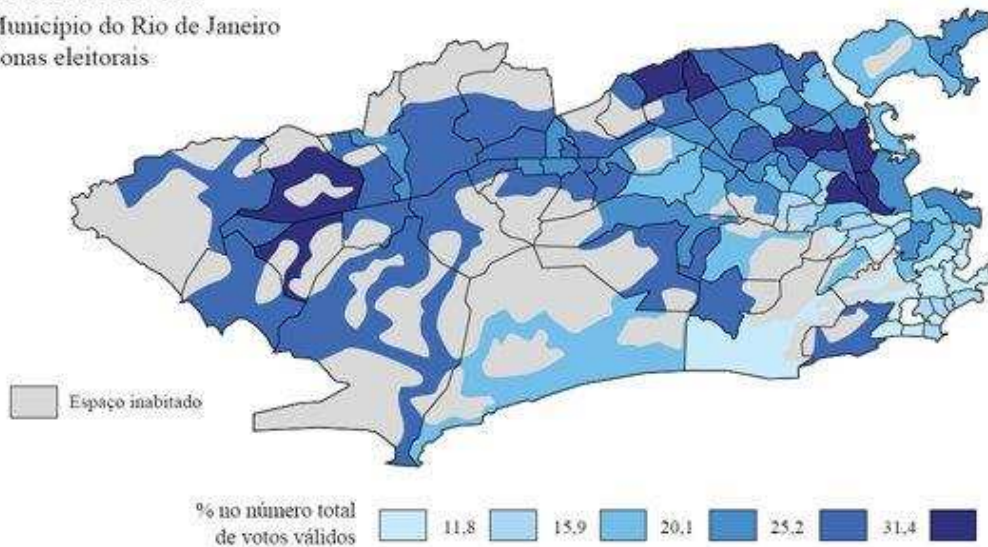
Figura 5 – Votos obtidos por Crivella na eleição de 2004

Eleição para prefeito 2004

Marcelo Crivella

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais:

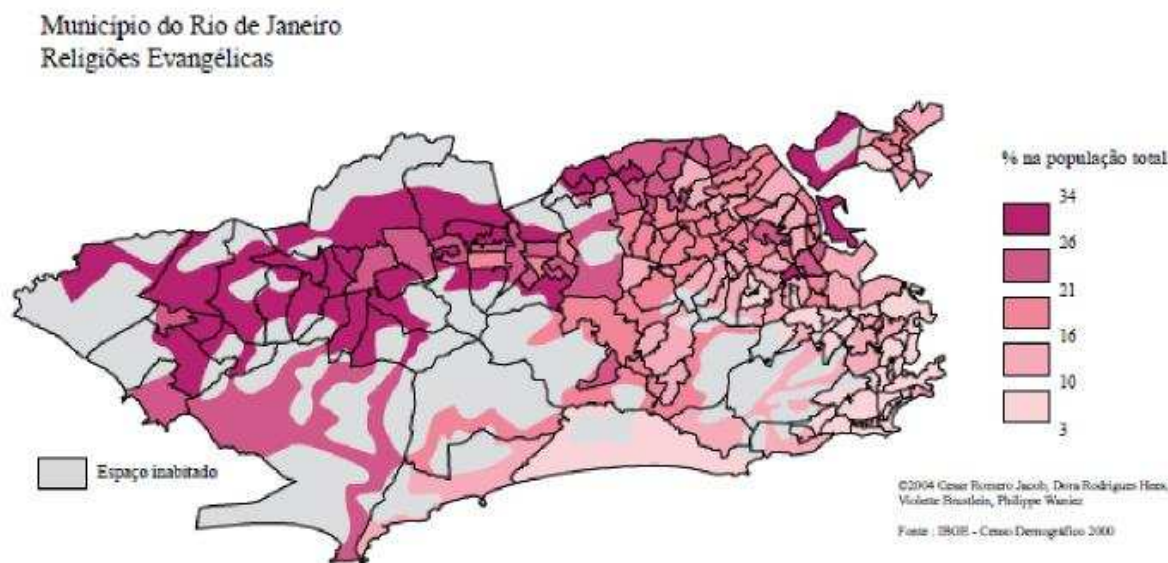


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustleu, Philippe Waniez

Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

Figura 6 – Evangélicos no município do Rio de Janeiro segundo o Censo de 2000



Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

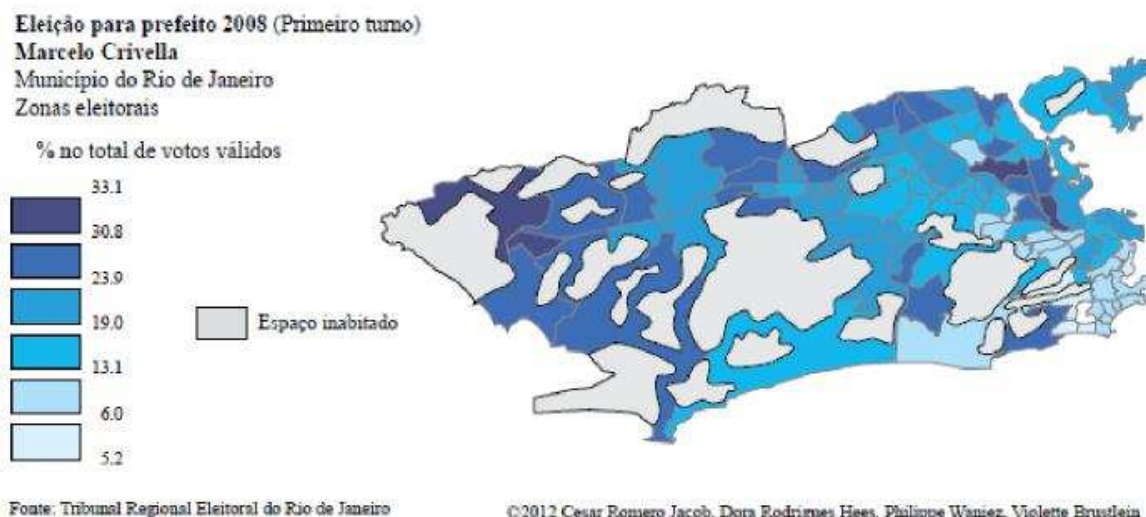
Com efeito, devemos enfatizar – como temos feito ao longo desta dissertação - que o segmento evangélico e, principalmente, a vertente pentecostal do mesmo, não formam um grupo homogêneo, pelo contrário, são altamente sectários com miríades de denominações. Ao passo que, não podemos afirmar que todos os votos de Crivella – das regiões geográficas mostradas – provêm, massivamente, dos evangélicos, quando se compara o mapa de sua votação com o dos fiéis dessas igrejas, mesmo ao observamos uma enorme semelhança entre eles, o que parece configurar um voto de caráter religioso no candidato. O segundo lugar de Crivella neste pleito, foi uma surpresa para seus adversários e para os setores mais laicos e céticos de sua candidatura – talvez tenha sido um prelúdio, em eleição executiva, da surpresa de sua eleição em 2016 - pelo seu bom desempenho numa cidade majoritariamente católica conforme apresentava, o Censo de 2000 do IBGE: 61% de católicos, 13% de sem religião e apenas 17% de evangélicos (JACOB et al. 2012). Marcando, talvez, para os setores de oposição uma surpresa ainda maior, pelo fato de a tradição republicana da separação entre Igreja e Estado, tornando-se evidente o início – concreto no executivo⁶⁶ - de um deslocamento das fronteiras entre o religioso e o político.

Em 2008, Crivella (neste pleito disputou pelo PRB) foi o terceiro colocado, obteve 19% dos votos válidos. Em que a distribuição dos votos permanece muito semelhante à da eleição

⁶⁶ Em relação a membros do executivo com pertença evangélica no Rio de Janeiro, como a Anthony Garotinho e Benedita da Silva, ver nota de rodapé do capítulo II.

anterior, apresentando nos dois pleitos, os melhores percentuais em bairros da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina, novamente nas áreas do município onde a presença de evangélicos é mais expressiva.

Figura 7 – Votos obtidos por Crivella na eleição de 2008



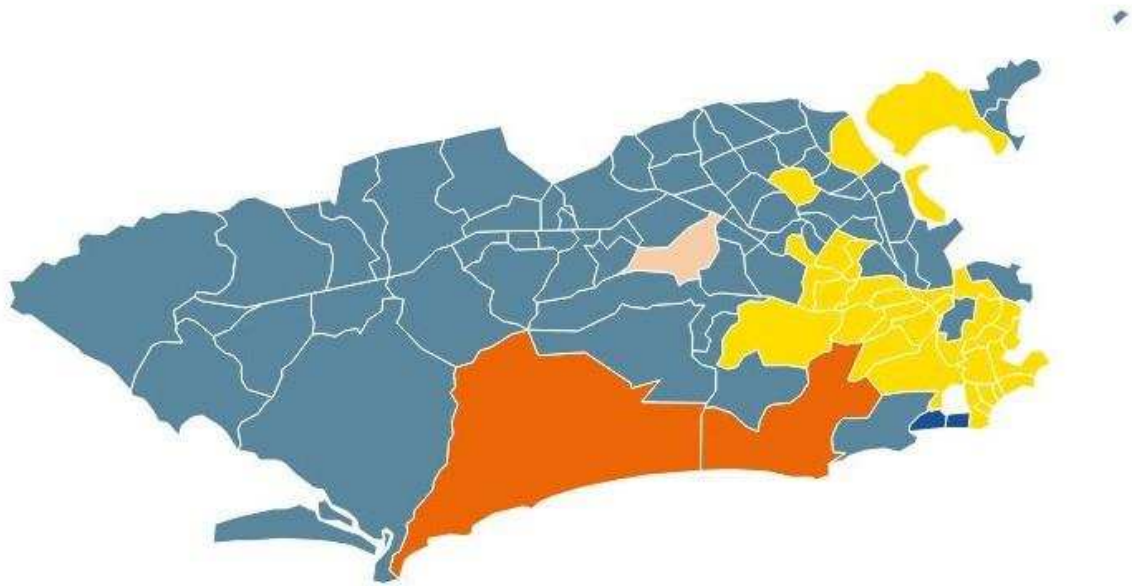
Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

Já nas eleições de 2016, a sociedade carioca passou por algumas dinamizações sociais, além da conjuntura política e econômica apresentada até aqui. Conforme apresentamos, no capítulo I, os dados levantados por Vital da Cunha (2017) mostram que em 1980, os evangélicos eram 3% da população do estado do Rio de Janeiro, mas chegaram a 15,8% em 2010, segundo o IBGE, tornando a média do estado maior do que a nacional (13,3%). Para alguns pesquisadores de religião esse número pode chegar, no próximo censo (2020), cerca de 23% no estado. Nesse interim, os católicos passaram de 80,6% da população fluminense para 46,3% no último censo (ver no gráfico 7, o percentual de católicos em 2000). E, o percentual de evangélicos eleitores são 30% na capital fluminense. Mesmo numeroso, esse segmento não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um desafio para a eleição de candidatos evangélicos para o executivo. Bem como, nem se sua totalidade votasse de modo uno em Crivella ele conseguiria obter vitória no pleito de 2016 somente com os votos evangélicos, portanto, apesar de ser um estrato determinante e importante, o candidato do PRB buscou e conseguiu, expandir sua base eleitoral, como visto no capítulo I e II.

3.3.2 – A Geografia do Pleito de 2016

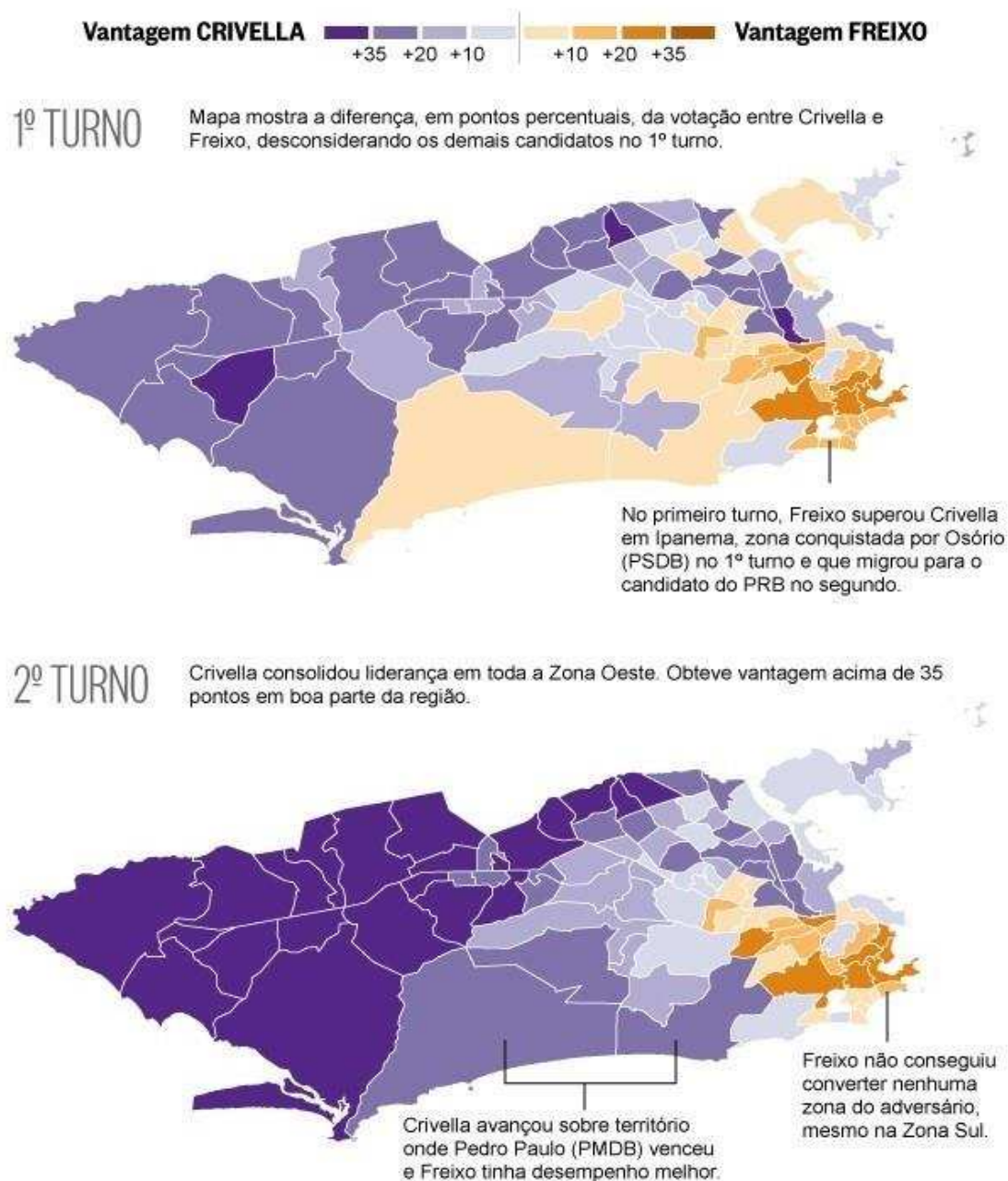
Figura 8- Geografia Eleitoral do Primeiro Turno

LEGENDA O mais votado em cada zona	● CRIVELLA PRB	● MARCELO FREIXO PSOL	● PEDRO PAULO PMDB	● FLÁVIO BOLSONARO PSC	● INDIO DA COSTA PSD	● OSORIO PSDB
Votação total na cidade:	27.8%	18.3%	16.1%	14%	9%	8.6%



Fonte: O Globo. Dados compilados do TSE.

Figura 9 - Disputa Crivella x Freixo no Primeiro e Segundo turno



Fonte: O Globo. Dados compilados do TSE.

Diversos são os fatores que influenciam a decisão do voto do eleitor. Seja a avaliação retrospectiva das condições de vida, a classe social e/ou as preferências políticas, pois é através desses espaços de convivência e questionamentos que os eleitores socializam, e políticos dispõem grande parte do seu tempo de campanha em busca de votos. Portanto, a situação socioeconômica e a prestação de serviços por parte do poder público em diferentes unidades territoriais podem influenciar a decisão do eleitor. As figuras 8 e 9, foram elaboradas conforme

os votos dos candidatos por urnas, fornecido pelo TSE, e, posteriormente, somados nos bairros. Logo, as porcentagens se referem aos votos recebidos com relação ao total de votos válidos dos bairros. Por conseguinte, conseguimos verificar o desempenho eleitoral dos candidatos de forma mais desagregada do que naquelas que utilizam as zonas eleitorais das unidades do município do Rio de Janeiro.

O Censo de 2010 aponta a considerável presença de evangélicos na metade norte e oeste do município. Em que os fiéis da Assembleia de Deus apresentam forte presença na Zona Oeste, enquanto os da Igreja Universal tendem a se concentrar nas zonas da Leopoldina e da Central, ambas tendem destinar seus votos aos candidatos das respectivas igrejas. Essas zonas do município cresceram mais demograficamente do que a Zona Sul, e, por isso, o eleitor dessas localidades é muito mais sensível a presença do poder público, ao mesmo tempo, que apresentam desde o censo de 2000, como visto na figura 6, o crescimento do pentecostalismo. Este segmento religioso apresenta comportamentos políticos próprios, já mencionados no capítulo II, e estão cotidianamente na vida da população dessas zonas, ao contrário do poder público. O que reflete em termos de preferência e comportamento político, já que o processamento da informação política ocorre através de canais de comunicação e interação social que se dão no próprio ambiente das igrejas e, em segundo lugar, tal ação pode implicar no condicionamento dessas interações sociais politicamente, desvelando uma preferência política, acionada pelas instituições religiosas, como analisado por Oro (2003) e demais pesquisadores já citados. No qual, muitas igrejas apresentam um perfil de candidato definido, diferente da Igreja Católica, que apoia um programa, e os fiéis que concordam com esse conjunto de ideias tendem a considerar esse voto.

Marcelo Crivella e Marcelo Freixo, apresentam bases eleitorais distintas (Fig.9). No primeiro turno, Crivella tem sua maior proporção de votos na Zona Oeste e na Zona Norte, enquanto Freixo recebeu mais votos na Zona Sul, na parte da região central da cidade e certos bairros da Zona Norte. Os bairros em que Crivella foi mais bem votado foram Maré (59%), Acari (52%) e Jacaré (51%). Freixo recebeu mais votos em Laranjeiras (40%), Humaitá (39,5%) e Cosme Velho (36,7%)⁶⁷. É interessante observar os dados do primeiro turno e a votação nas zonas da cidade, e as semelhanças que apresentam entre os dados da pesquisa Datafolha de 29/09/2016, ao mostrar que Crivella alcança índices mais altos entre os menos instruídos (37%),

⁶⁷ Mapa eleitoral: A distribuição de votos nos bairros do Rio no 1º Turno. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/mapa-eleitoral-distribuicao-de-votos-nos-bairros-do-rio-no-1o-turno/>>. Acessado em: 20/02/2018.

entre os evangélicos pentecostais (51%) e entre os evangélicos não pentecostais (48%). Enquanto Freixo se destaca entre os mais jovens (22%) e entre os mais instruídos (23%).

Já no segundo turno, a migração dos votos dos candidatos derrotados seguiria da seguinte forma, segundo a pesquisa Datafolha de 29/10/2016: entre os eleitores que votaram em Pedro Paulo (PMDB) no primeiro turno, 33% disseram que, no segundo turno, vão votar em Crivella e 26%, em Freixo. Votariam em branco ou anulariam 25%, e 16% estão indecisos. Para os eleitores de Flávio Bolsonaro (PSC), 62% dizem que vão votar em Crivella no segundo turno e 8%, em Freixo. Brancos e nulos: 24%; indecisos: 6%. Eleitores de Osório (PSDB): 32% pretendem votar agora em Crivella no segundo turno, e 28%, em Freixo. Brancos e nulos: 31% e indecisos, 9%. Os eleitores Índio da Costa (PSD): 29% dizem que vão votar em Crivella no segundo turno, e 30%, em Freixo. Brancos e nulos: 27%. Indecisos: 14%. Já os eleitores de Jandira Feghali (PC do B): 16% pretendem votar em Crivella no segundo turno, e 63%, em Freixo. Brancos e nulos: 11%. Indecisos: 11%. Por conseguinte, entre os eleitores de Alessandro Molon (REDE): 44% pretendem votar em Freixo, 24% em Crivella. Brancos e Nulos: 21% e indecisos, 12%.

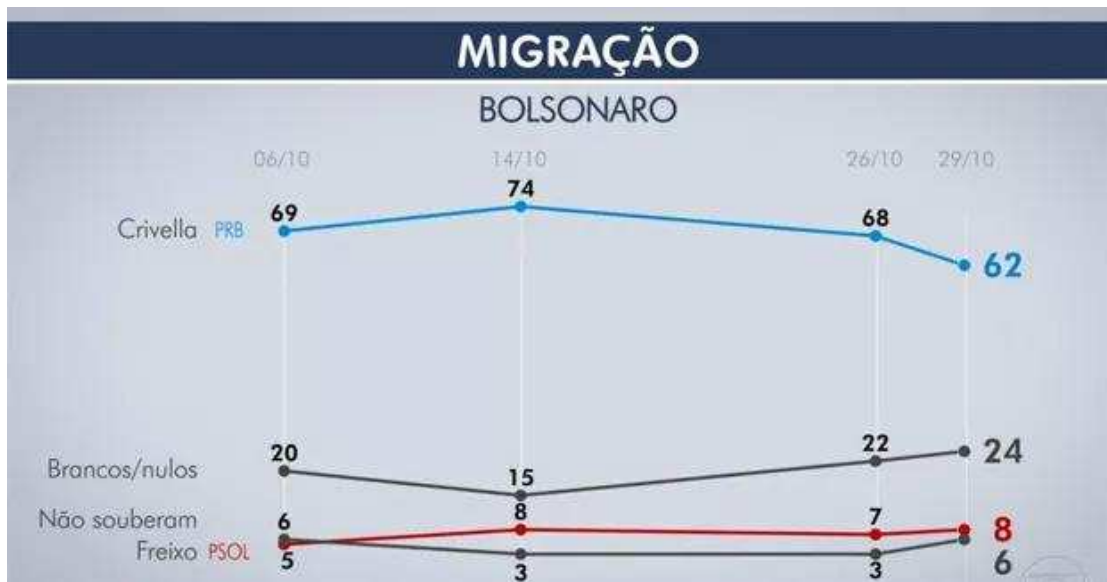
Enquanto aqueles que votaram em Crivella: 93% pretendem votar nele novamente no segundo turno e 3%, em Freixo. Brancos e nulos: 1%. Indecisos: 4%. E, entre os eleitores de Freixo: 2% pretendem votar em Crivella no segundo turno e 94%, em Freixo. Brancos e nulos: 1%. Indecisos: 3%. Por fim, dentre aqueles que disseram que, no primeiro turno, votaram em branco ou anularam o voto: 17% dizem que, no segundo turno, vão votar em Crivella, e 14%, em Marcelo Freixo. Outros 56% dizem que pretendem votar em branco ou anular novamente, e 13% estão indecisos. Para melhor visualização e análise dos dados eleitorais segue as figuras abaixo, que mostram a série de mudanças de opiniões dos eleitores entre os dias 06/10/2016 e 29/10/2016.

Figura 10 – Migração de Votos Pedro Paulo



Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

Figura 11 – Migração de Votos Bolsonaro



Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

Figura 12 – Migração de Votos Osorio



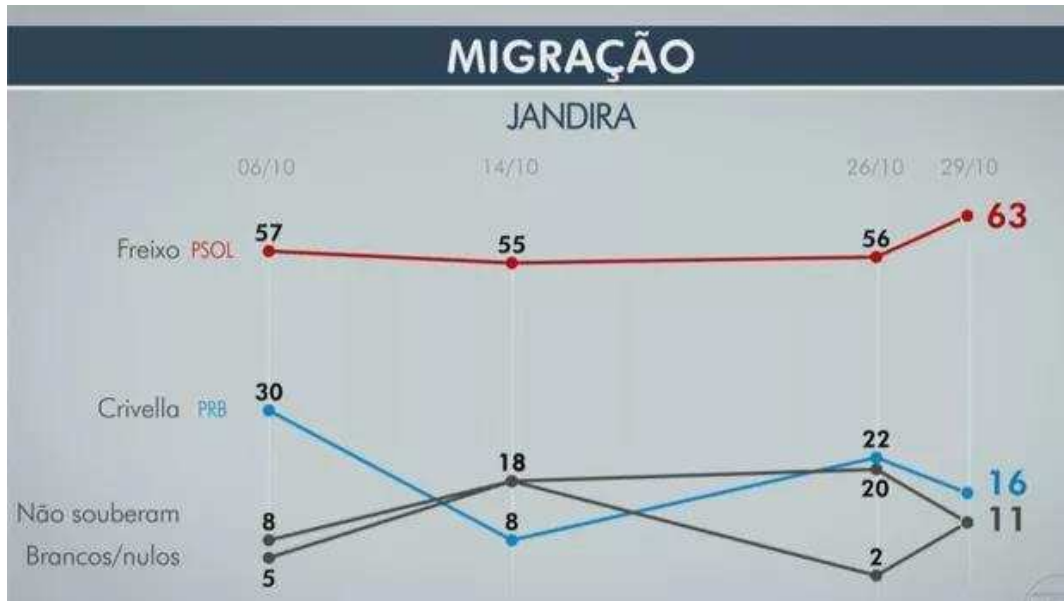
Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

Figura 13 – Migração de Votos Indio



Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

Figura 14 – Migração de Votos Jandira



Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

Figura 15 – Migração de Votos Molon⁶⁸



Fonte: Datafolha. Pesquisa registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016. Gráfico elaborado pelo site G1 da TV Globo que encomendou a pesquisa.

⁶⁸ O Datafolha não fez uma série de intenções de voto de Alessandro Molon, como dos demais candidatos, devido ter alcançado anteriormente apenas 2% de intenções de votos.

Em relação as migrações de intenção de voto, percebemos que ocorreram consideráveis flutuações. Nos votos migrados de Pedro Paulo, Crivella teve um decréscimo de 12% entre 06/10 e 29/10, enquanto Freixo subiu 10% entre os dias 06/10 - 26/10, todavia, suas intenções caem 5% em 29/10 em relação as intenções pregressas. Já dentre as intenções de migração de Bolsonaro, não variaram tanto, a transferência de votos para Crivella entre os dias 14/10 – 29/10 cai 12%, e para Freixo foi de apenas 1% a variação. Já o eleitorado mais volátil na migração de votos, segundo a pesquisa, foi de Indio e Osorio. Crivella entre os dias 14/10 – 29/10 cai 3%, e Freixo no mesmo período teve um aumento de 9%, entres os eleitores de Indio. Em comparação a Osorio, as intenções de migração para Crivella entre os dias 06/10 – 26/10 cai em 8%, embora, no dia 29/10 elas sobem para 5%, e Freixo permanece praticamente estável com 28% de intenções ao longo das pesquisas.

E ao fim do processo eleitoral, no segundo turno ocorrido em 30 de outubro de 2016, Crivella teve 59,37% dos votos válidos e Freixo, 40,63%. Freixo teve 1,2 milhão de votos e seu adversário 1,7 milhão. Pleito em que 150 mil eleitores votaram em branco e outros 570 mil anularam o voto, segundo dados do TSE.

Crivella, venceu na maioria das zonas eleitorais da cidade. Obtendo vitória em 71 das 97 zonas eleitorais da capital. Enquanto, seu adversário, Freixo, ganhou em 26. Freixo venceu, de modo geral, na Zona Sul da cidade: bairros como Cosme Velho e em Laranjeiras conquistou sua maior votação: 67,09% dos votos válidos. Já Crivella venceu em boa parte da Zona Norte e Zona Oeste. Teve sua maior votação em Paciência e Santa Cruz: com 77,82% dos votos válidos na localidade. Freixo venceu em menos zonas que no primeiro turno, quando havia conquistado 30 zonas e Crivella 62. Uma vez que, entre o 1º e o 2º turno, Crivella beneficiou-se da migração de votos dos candidatos Osorio (PSDB) e Pedro Paulo (PMDB) levando-o a superar Freixo em zonas eleitorais nas quais este o vencera no 1º turno, tanto na Zona Norte, na Zona Oeste e na Zona Sul.

Visto esse cenário, conforme assevera Jacob (2012), apesar da complexidade existente na cidade do Rio de Janeiro, a capital fluminense apresenta certas recorrências de padrões de comportamento eleitoral e características socioeconômicas bem definidas que confirmam a existência de territórios urbanos, bem demarcados, no interior dos quais os eleitores demonstram considerável escolha política. Ao tempo que, pôde-se constatar que em determinadas zonas eleitorais do Rio de Janeiro, os eleitores tendem a votar em candidatos com um perfil mais conservador, enquanto noutras, em candidatos com um perfil mais progressista.

Contudo, a eleição de Crivella de 2016 foi além dos espaços eleitorais-geográficos apresentados, claro que a concreta consistência de um grande número de eleitores evangélicos nas zonas norte e parte da oeste, foram de fundamental importância para garantir as bases eleitorais necessárias para que Crivella pudesse expandir seu eleitorado para outras estratos e zonas da cidade. Mas este - como muito aludido nesta dissertação - não foi seu ponto de viragem para a vitória, que se deu entre os estratos de indecisos e insatisfeitos com a política vigente. Somente os 30% do eleitorado evangélico, mesmo que unificado não garantiriam margem para sua vitória, permaneceria um “gargalo” para o executivo, uma vez que esse segmento não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um desafio para a eleição de candidatos evangélicos para o executivo, como nas suas outras disputas para a prefeitura carioca. O desafio enfrentado por Crivella e seu partido, foi de estruturar sua campanha de forma a manter e ampliar o apoio nos bairros que lhe são fiéis e procurar reduzir a rejeição naqueles que lhe são refratários (JACOB, 2012).

O que difere, de modo contundente, para 2016, parece-nos ser a confluência da conjuntura política de crises desde 2013, com seu pico em 2014-15. Crivella obteve dessa forma o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória. Mas, como argumenta Carlos Eduardo Martins⁶⁹, a vitória também é derivada de uma conjuntura política histórica, entre 1991-2004, a intensificação da política pentecostal/neopentecostal no Rio de Janeiro avançou, particularmente, sobre destruição das bases políticas do brizolismo que comprimiu os espaços sociais das esquerdas, pela competição com o PT, e pela morte de Brizola que findou as aspirações do brizolismo, deixando seu espólio em aberto. Nesse meio tempo, a formação de um novo quadro político que parece ter se estabelecido uma aliança entre as novas forças dominantes, representadas pelas sucessivas vitórias do PMDB, no plano local e no plano federal, pelo PT, num sistema de apoio eleitoral mútuo.

Também pelo esgotamento do político na esteira das denúncias de corrupção, conseqüentemente, das operações da Polícia Federal, do antagonismo discursivo presente, já em 2014, falta de confiança dos cidadãos nas instituições e o próprio processo de impeachment em 2016. Que fomentaram discursos liberais-conservadores, baseado na crença do mercado autorregulado, do estado mínimo e se baseia nas obras de Milton Friedman, de Ludwig Von Mises e de Frederich Hayek, presentes no MBL, como apresentado neste capítulo. Bem como discursos moralistas, anti- direitos humanos (“Direitos Humanos para humanos direitos”), e

⁶⁹ MARTINS, Carlos Eduardo. [internet]. Eleições municipais: O que o Rio de Janeiro tem a dizer às esquerdas?. Blog da Boitempo, 03/11/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/eleicoes-municipais-que-o-rio-de-janeiro-tem-a-dizer-as-esquerdas/>>. Acessado em: 20/02/2018.

homofóbicos, cujo principal objetivo é a alteridade e a reação aos discursos opositores, estabelecendo, assim, polarizações. Em suma, o processo de polarização política gravita em torno de um discurso antipetista e moralista de um lado, e do outro, pautado pelo anticonservadorismo (dotados de cunho social, contra as reformas do governo Temer, e abertos a agenda de direitos humanos).

A formação discursiva é sempre, como aponta Burity (2014), um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, de sistemas de produção de sentido. Derivados da construção discursiva daquele acontecimento, ou uma construção política dos acontecimentos. Uma vez que os fenômenos foram (são) investidos e atravessados por distintas formações discursivas presentes na sociedade. Neste contexto, os discursos presentes nas eleições de 2016 foram marcados não somente pela sua capacidade de produzir articulação, mas por meio do contingenciamento capaz de capitalizar o descontentamento, dando-lhe um nome e de modo a incentivar a convocação de indivíduos através de uma interpelação demarcada por uma própria leitura do acontecimento. Em que a propensão e ostensividade dos discursos conservadores, que surfam com o colapso da hegemonia petista, se não moldaram, influíram na decisão do voto. Principalmente no segundo turno, que de modo mais visível demonstraram a fragmentação discursiva nacional, com dois antípodas, um de esquerda liberal e outro de centro-direita conservadora, ambos produzindo agências reativas. Da mesma forma que o efeito Freixo na opção dos evangélicos, parece ter sido um limite para a adesão ao Crivella, que poderia ter funcionado como um anti-Freixo.

Mesmo assim, ainda é muito cedo – já que foi a primeira eleição executiva de um candidato com forte identidade evangélica – para termos, em grande medida, explicações mais objetivas e aprofundadas ou mesmo a formação, e possível, reprodução ampliada do capital político conservador estabelecido, e que pode levar a um deslocamento significativo das estruturas internas de poder. Mas, acreditamos que diante dos dados expostos, a vitória de Crivella se deu num espaço mais conjuntural do que estrutural. E, conseqüentemente, não nos parece ser um padrão que se repetirá, recorrentemente, em futuros pleitos⁷⁰. Sendo, uma vitória circunstancial e altamente dependente da conjuntura sócio-política e econômica incidente, assim, como o padrão de voto do típico eleitor brasileiro.

⁷⁰ E, claro, levando em conta as intensas críticas que Crivella tem sofrido, desde o início de seu governo: escalada da violência na capital fluminense, recorrentes viagens fora do Brasil, crise nos hospitais e unidades de saúde, corte de verbas às escolas de samba e a outras manifestações culturais populares e o alagamento da cidade no período das chuvas de verão. Demonstrando, a ausência de coordenação do prefeito ao exercício de um cargo executivo.

Considerações Finais

Em uma sociedade tão diversa e plural como a brasileira torna-se fundamental compreender a realidade por meio de seus acionamentos identitários e discursivos. No âmbito das Ciências Sociais presenciamos a multiplicação de trabalhos dedicados aos fenômenos dos processos conjunturais pós-2013, da ampliação evangélica no sistema político e social e do processo de desconfiança institucional e de atores políticos tradicionais, bem como dos movimentos liberais-conservadores. Sobretudo em uma dimensão simbólico-discursiva.

A presente dissertação procurou levar à reflexão sobre o tema da eleição de um candidato com forte identidade evangélica para o executivo carioca em 2016, um feito até então improvável diante da literatura eleitoral, uma vez que candidatos ao centro tendem a se beneficiar em pleitos executivos, ao passo que a própria história de disputas eleitorais de Marcelo Crivella, corroboram para tais trabalhos, já que nunca obteve vitórias em pleitos executivos disputados (2004 e 2008 para a prefeitura do Rio de Janeiro e 2006 e 2014 para o governo do estado), sendo 2016 – até agora - uma exceção⁷¹.

Ao debruçarmos sobre a análise discursiva que se dispôs ao processo de deslocamento do político, recordamos que a teoria laclauliana deve ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos. Portanto, o discurso possui um sentido específico. Por meio da ativação dos recursos linguísticos: uma fala, um pronunciamento ou um uso social da linguagem. noção de hegemonia de Laclau envolve a articulação de identidades sociais em um contexto de antagonismo social. A própria desconstrução revela o caráter discursivo e, portanto, contingente de todas as identidades sociais e as identidades/interesses sociais não são, propriamente, o ponto de partida da política, mas é -contudo- construído, mantido ou transformado nas e através das lutas políticas

Cuja análise gravita acerca do deslocamento, discurso e antagonismo que demarcam à sua presença no idioma político falado e escrito, sobre processos de “crise” que nos parece ser um termo oportuno para chegar às questões essenciais relacionadas à mudança social e de tal modo como elaborado por Roitman (2012), ao vínculo entre a mudança e a natureza da realidade política, a composição social e a transformação das fronteiras sociais, bem como as

⁷¹ Em relação a exceção ver a nota 27, capítulo II.

ressignificações das práticas religiosas, que por sua vez estão ligadas a questões de inclusão e exclusão; democracia e controle.

Em que, o antagonismo social pós- jornadas de junho de 2013 revelou, não uma sociedade fraturada - nos sentidos identitários ou de desarticulação social por meio de beligerâncias civis -, mas apresentou pontos de antagonismos em alguns de seus setores, que não são capazes de constituírem discursos hegemônicos. Alongando o processo de polarização política em torno de um discurso antipetista e moralista e do outro lado, pautado pelo anticonservadorismo e liberal no sentido moral.

O discurso, portanto, é uma teoria política. Em que “o político” se constitui a partir de relações de poder medidas antagonicamente. Nesse sentido, o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas, como argumenta Mendonça (2012), essas lógicas devem ser analisadas a partir da ideia de discursos em luta, de discursos antagônicos. De tal forma como apresentado após as eleições de 2014, acerca dos discursos legitimadores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, denominados de legalistas, e dos contrários cuja narrativa se pautava na noção de golpe.

Demonstrando que uma formação discursiva é sempre um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, de sistemas de produção de sentido (BURITY, 2014). São, portanto, derivados da construção discursiva daquele acontecimento, ou uma construção política dos acontecimentos. Uma vez que os fenômenos são/foram investidos e atravessados por distintas formações discursivas presentes na dinamização social.

Neste caso, os discursos presentes na eleição de 2016 foram marcados não somente pela sua capacidade de produzir articulação, mas por meio do contingenciamento capaz de capitalizar o descontentamento, dando-lhe um nome e de modo a incentivar a convocação de indivíduos através de uma interpelação demarcada por uma própria leitura desse acontecimento.

Por meio da formação de “deixeis”, interpelações/pertencimentos, proporcionando unidade aos indivíduos, por isso mesmo, polifônico. É o caso da construção de uma palavra muita divulgada nas redes sociais com o seguinte enunciado: “corruPTos”. Um significante que produz significado, simbolizando, por determinado tempo, o Partido dos Trabalhadores (PT) se enquadrado como os responsáveis pela crise política e econômica e, como o “único” partido corrupto do Brasil, principalmente nos dias seguintes a votação do impeachment de Dilma, poucos meses antes das eleições de 2016.

É fato que as democracias atuais estão em uma crise de representação perante as observações atônitas dos cidadãos. Isso é algo que se reflete na falta de confiança nas principais

instituições de representação e nos próprios atores que as desempenham (como os partidos políticos, líderes, etc.). Tal situação também é evidente na América Latina, onde existem poucos estudos comparativos do fenômeno. A este respeito, percebemos um certo consenso, entre os estudiosos, de que existem dois fatores fundamentais que motivaram a crescente falta de confiança: o desempenho econômico e o desempenho político (em que a corrupção política desempenha um papel essencial). Além disso, parece claro que o surgimento dos novos partidos radicais, populistas e conservadores se baseiam em parte na forte presença entre os cidadãos de falta de confiança nas instituições representativas.

Decorremos, assim, a noção de deslocamento estrutural dentro da teoria do discurso, tendo em vista que o jogo estrutura-agente (movimento de co-constituição) aparece em formato mais preciso, dando lugar à ideia de subjetividade política. Conforme apresentamos anteriormente e repetimos novamente a análise de Mendonça (2012, p. 214):

[O momento do deslocamento] reside justamente no momento em que a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. O deslocamento é, portanto, o momento do Real, o momento em que o extradiscursivo apresenta o limite do sentido. Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

Destarte, é neste momento de falha na estrutura que o sujeito toma seu lugar de destaque. Como argumenta Laclau o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento. É este momento de “falha” da estrutura para conferir identidade aos atores sociais que “compele” o sujeito para agir.[...]. O sujeito é forçado a tomar decisões [...] quando identidades sociais estão em crise [...] é no processo desta identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas (Howarth, 2000, p. 109).

Por conseguinte, a estrutura estrutura o sujeito, ao mesmo tempo, que por ele é estruturada. Numa estrutura deslocada surge a necessidade de sua reestruturação a partir de novos sentidos ou da reativação de sentidos já existentes. É nesse momento que a categoria de antagonismo assume seu lugar definitivo na teoria do discurso: como parte de processos de “significação e de constituição de novas formas de inclusão, mas também de exclusão de sentidos discursivos” (Mendonça, 2012, p. 215).

Todavia, o cenário nacional de 2013-2016 não apresenta uma grave ruptura (ou *breakdown*) no sistema político vigente, a maioria das estruturas de poder permanecem, mesmo que com fissuras diante de graves denúncias de corrupção envolvendo os altos escalões do poder e, posteriormente, o próprio presidente Michel Temer. O que tivemos foi, resumidamente, um processo de protesto de rua, com caráter apolítico reivindicando melhores serviços públicos prestados pelo governo - estadual e federal (FREIXO, 2016; ALONSO, 2017; GOHN, 2017) - que ganhou notabilidade e grandes proporções, bem como rearticulados por partes de outros estratos do poder e movimentos tentando disputar as ruas em busca de bandeiras próprias e identitárias. Portanto, o processo de deslocamento do político se dá por meio dos discursos presentes nas ruas, e ao ganharem *corpus* – participação expressiva nos espaços públicos - auferem o sentido de mobilidade, o que Dobry (2014), entende como a real preocupação a focalização das mobilizações sociais como principal aspecto das crises políticas. Muito embora, o processo do deslocamento e das produções de discurso se dão numa lógica anterior e estratégica, aproveitando a esteira inicial deixada pelos primeiros protestos de 2013. Os discursos e, *a posteriori*, as mobilizações são especificamente produtores da conjuntura de crise política, que está justamente nas complexas relações que se estabelecem entre as mobilizações e as mudanças no estado dos sistemas políticos e no próprio entendimento dos cidadãos. Portanto, não foi a estrutura em si, mas a conjuntura que auferiu refratariamente as fissuras estruturais. Sendo o processo eleitoral de 2016, muitos mais conjuntural (nacionalmente e localmente no caso do Rio de Janeiro) do que estrutural.

Neste cenário, temos a presença de um antagonico, um adversário em relação ao qual se traça uma fronteira, que estabelece duas formas de identificação, um *nós* e um *eles*, em lados opostos. Em que certos discursos são capazes de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, a fim de se oferecer como uma inscrição de diferentes demandas, em respostas a um desafio, crise ou ameaça percebida (BURITY, 2014). Como “honestos” x “petralhas” (em referência pejorativa ao PT), ou discursos conservadores em torno do “cidadão do bem”.

A democracia brasileira nos últimos anos permeia esse contexto, se encontra em uma crise de representação perante aos eleitores e cidadãos, o que reflete a falta de confiança nas principais instituições democráticas de representação e seus atores. Por conseguinte, a mudança da conjuntura política nacional, propiciou (e propicia) o deslocamento de um determinado elemento de um sistema de referência para outro, alterando significativamente a identidade desse fenômeno. Enaltece certas identidades, discursos e práticas ressignificadas moralistas e de cunho religioso, uma vez que, mesmo dentro do Estado secular brasileiro o cristianismo e os

seus valores, por motivos históricos e de como se deu a configuração entre Estado e Igreja, permeiam toda a cultura nacional. Sendo acionado nesse momento de desgaste de representatividade, como uma necessidade de elevação moral, honestidade e de valores comuns.

Atrelado a conjuntura nacional, Burity (2014) chama atenção para a ampliação de uma agência reativa, ou seja, mudanças rápidas, incertezas e crises na dinâmica social que estariam ameaçando profundamente valores e práticas “tradicionais”, provocando, assim, uma tentativa de reasserção de vozes religiosas. Por conseguinte, qualquer engajamento público religioso tende a ter conotação conservadora, pretende interromper ou reverter mudanças historicamente consolidadas. Ou mesmo, “novos” grupos sociais como o MBL que apresentam pautas conservadoras como forma de oposição e ocupação de um “mercado” ideológico contrário as agendas progressistas engendradas nos governos PT.

Não obstante, essas mobilizações suscitaram apatia aos políticos tradicionais e ao mesmo tempo que o ressentimento, na frequência de erupções de escândalos de corrupção nos altos escalões do poder e na incapacidade crescente dos governos de darem soluções para os graves problemas desde de desigualdade social e violência a própria estabilidade do governo desde as eleições de 2014. No contexto carioca, precisamos no período eleitoral o desgaste do PMDB carioca (e seus respectivos líderes Eduardo Paes, Luís Fernando Pezão e Sergio Cabral, este último atualmente preso pela Operação Lava-jato) e até mesmo a insistência de Eduardo Paes na candidatura de Pedro Paulo. E a própria fragmentação partidária ao longo de todo pleito, em que partidos similares ideologicamente preferiram candidaturas avulsas do que se coligarem. Sendo essa carência de *representação* política, que aufere o apropriado *investimento na política*. Ou seja, esse investimento implica tanto uma politização do discurso religioso como numa estratégia de ocupação na esfera pública por parte dos segmentos religiosos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito. De forma que, a não consolidação de um discurso que tenda a unificar – em até certo grau- os paradigmas sociais, mas sim, polarizando-o foram expressos por parte do eleitorado através de votos brancos e nulos e abstenções, tanto no primeiro quanto no segundo turno – demarcado entre antípodas.

Como já aludido, a polarização entre um discurso laico dominante que não consegue resolver a crise política de legitimação como parte interdependente de sua trajetória e um discurso laico e religioso emergente que demanda um redesenho estrutural e das práticas de representação, situam o lugar específico do político em nossa sociedade (BURITY, 2006). Nesse sentido, o caráter religioso foi imprescindível para manter a base eleitoral de Crivella, bem como a capilaridade do pentecostalismo nas zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de

Janeiro, principais zonas eleitorais em que Crivella obteve a vitória quase que majoritariamente nas urnas. É interessante observar que o vetor evangélico, em eleições anteriores, não parecia fazer tanta diferença, pois seu voto era difuso. Também devemos ressaltar que o segmento evangélico é altamente sectário possuindo miríades de denominações, logo, não apresentam um caráter homogêneo. De forma que os dados apresentados pela geografia do voto de Jacob (2012), das eleições executivas cariocas disputadas por Crivella, 2004 e 2008, mostram semelhanças entre o voto evangélico e as zonas demográficas com o maior número de evangélicos na capital fluminense, e acabam convergindo no mesmo espaço geográfico. Mas, mesmo assim, Crivella não obteve vitórias nesses pleitos citados. Já em 2016, como apresentado na figura 09, percebemos uma votação mais expressiva das zonas mais populares e evangélicas (Norte e Oeste) no candidato do PRB do que anteriormente; Dado interessante foi a pesquisa Datafolha divulgada às vésperas do segundo turno, que mostrou que 78% dos evangélicos pentecostais e 67% dos não pentecostais optaram por Crivella. Demonstrando, uma certa unidade do voto evangélico, até então difuso, em Crivella. Tal expressão nos parece que apesar da não homogeneidade dos grupos evangélicos a conjuntura macro e micro, bem como os discursos presentes, auferiram a capacidade do dimensionamento dos votos, desta parcela, para um candidato com forte identidade evangélica ligado a IURD.

De sorte que no universo dos eleitores cariocas os evangélicos, representam 30% população apta a votar. Fato que representa que Crivella obteve votos de outros estratos sociais não enquadrados como evangélicos, em que ambos em eleições executivas anteriores não o apoiaram, tão coesamente, como candidato. Além disso, Crivella, buscou – e com sucesso como podemos perceber - expandir sua base eleitoral para outros estratos sociais e, por conseguinte, outras zonas demográficas. Já que o candidato do PRB era mais conhecido e preferido entre o eleitorado de baixa renda e das comunidades localizadas nas áreas mais pobres da cidade – justamente o público com o qual Freixo teve mais dificuldades para conquistar votos. Para isso, adotou um discurso moderado, mas se manteve como opção preferida entre o eleitorado mais conservador, parte dele receoso de votar em Freixo, candidato de esquerda e estigmatizado como “defensor de bandido” e até mesmo “comunista”, devido sua trajetória de trabalho com a causa dos direitos humanos.

Em outras palavras, o efeito discursivo presente nas eleições de 2016, e consequentemente, a pressão da conjuntura incidente foram cruciais para que aqueles que optaram por escolher um dos candidatos (não votando branco ou nulo ou se abstiveram), que diante de um contexto desafiador e do enfraquecimento das esquerdas devido as intensas

denúncias de corrupção envolvendo as principais liderança do PT - que cooptou hegemonicamente a esquerda no Brasil nos últimos 12 anos - representou na opção dos eleitores o limite de adesão ao Crivella seria o efeito Freixo, o que pode ter funcionado como um voto anti-Freixo. Por fim, como apresentamos, o processo de antagonismo discursivo e a correlação das conjunturas macro e micro, foram ao nosso ver os principais balizadores do processo eleitoral carioca de 2016, portanto, não significa que a vitória de Crivella implicará em vitórias, em futuros pelitos, de outros candidatos com forte identidade evangélica, tanto pelos motivos mais conjunturais, quanto pela gestão de Crivella na capital fluminense que servirá para os eleitores e para o próprio PRB como um ensaio para futuras candidaturas executivas de candidatos com perfis centrados em certas identidades, como a religiosa. Sendo assim, um processo derivativo de uma articulação dialética entre os discursos/antagonismo e muito mais de um nível conjuntural do que estrutural: em que várias dimensões políticas e sociais se encontram, juntas, formando um quadro sócio-político que incidu e poderá incidir nos processos eleitorais, nas formas de ação coletiva e no sistema político; demarcando um dado período histórico, linear ou cíclico caso as fragilidades do processo representativo não sejam solucionadas.

Apresentamos, assim, apenas um fragmento da realidade social, resta-nos saber até quando a conjuntura – aqui identificada - incidirá sobre os processos políticos e os comportamentos dos atores, suas controvérsias e divergências. E até mesmo, o desenvolvimento e o papel da sociologia política como campo próprio deste tipo de análise em futuros trabalhos.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. (26 de outubro de 2016). *Rio 2016: Uma eleição de dois extremos?*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: < <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/10/27/rio-2016-uma-eleicao-de-dois-extremos/>>. Acessado em: 14/02/2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. Cadernos Pagu (50), São Paulo, 2017.

ALONSO, Angela. *A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, junho de 2017.

BOHN, Simone. *Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, v. X, n. 2, Campinas, out. 2004, p. 288-338.

BURITY, Joanildo A. *A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, v.102, p. 92-109, julho. 2015a.

BURITY, Joanildo A. *Políticas de minoritização religiosa e glocalização: notas para um estudo de redes religiosas de ativismo sócio-político transnacional*. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N° 18. Año 7 pp. 19-30.. Agosto-Noviembre Argentina, 2015b.

BURITY, Joanildo A. *Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica*. São Paulo: Revista de Estudos da Religião N° 4, pp. 27-45, 2001.

BURITY, J. A. *Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002*. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

BURITY, Joanildo A. *Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau*. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P (Orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BURITY, Joanildo A. *A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional*. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 9, p. 137-177, outubro, 1997.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Religião e Política: Ressonâncias do Neoconservadorismo nas Mídias Brasileiras*. São Paulo: Revista Perseu, 2014, nº 11, Ano 7, p. 147-166.

CONNOLLY, William E. *The ethos of pluralization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Writing and Difference*. London: Routledge, 1981.

DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

EDKINS, Jenny; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. (Ed.) *Critical Theorists and International Relations*. New York: Routledge, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: *uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado em sociologia, Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

FREIXO, Adriano de. *Tudo a frente, nada a frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016)*. In: FREIXO, Adriano de (Org.). *Manifestações no Brasil: as ruas em disputa*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2016.

FOX, Jonathan. *The Multiple Impacts of Religion on International Relations: Perceptions and Reality in Religion and International Relations (2006)*. Disponível em:

http://www.ifri.org/files/politique_etrangere/4_2006_Fox.pdf

GIACAGLIA, Mirta. *Universalismo e particularismo: emancipação e democracia na teoria do discurso*. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P (Orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GRACINO JUNIOR, Paulo. *A demanda por deuses: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOWARTH, David. *Discourse*. Buckingham: Open University Press, 2000.

JACOB, C. R.; HEES, D. R. ; WANIEZ, P. ; BRUSTLEIN, V. . *A Geografia do Voto nas Eleições para Prefeito e Presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: 1996-2010*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

LACLAU, Ernesto. *Sujeito da política, política do sujeito*. *Política Hoje*, ano 4, nº. 2. 1997.

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro*. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar. 2012a.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar. 2012a.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Religião e Sociedade, 2012b.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. *Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais*. Civitas, Porto Alegre, v.3, nº 1, junho. 2003.

MARIANO, Ricardo; SCHEMBIDA, Rômulo Estevan de Oliveira. *O Senador e o Bispo: Marcelo Crivella e seu Dilema Shakespeariano*. Interações: Cultura e Comunidade (Faculdade Católica de Uberlândia), v. 4, p. 85-111, 2009.

MARIANO, Ricardo. *Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate*. Porto Alegre: Civitas v. 16, n. 4, p. 710-728, out.-dez. 2016.

MARIZ, Cecília L.; MACHADO, Maria das Dores C. *Mudanças Recentes no Campo Religioso Brasileiro*. Antropolítica, no 5, pp. 21-43, 1998.

MARICATO, Ermínia et alii. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARIZ, Cecília L.; MACHADO, Maria das Dores C. *Mudanças Recentes no Campo Religioso Brasileiro*. Antropolítica, no 5, pp. 21-43, 1998.

MARTUSCELLI, Danilo E. *Sobre o conceito marxista de crise política*. São Paulo: Revista Crítica Marxista, n.43, p.9-27, 2016.

MENDONÇA, Daniel. *Antagonismo como identificação política*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228.

- MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- MOUFFE, Chantal. *Religião, democracia liberal e cidadania*. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.
- NABERS, Dick. *A poststructuralist discourse theory of global politics*. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003, v. 18, n. 53.
- ORO, Ari Pedro. *A Igreja Universal e a política*. In: BURITY, Joanildo ; MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. *Religiões no Brasil*. In: *Cidadania Um Projeto Em Construção - Minorias, Justiça e Direitos*. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- PORTIER, Philippe. *Democracia e religião no pensamento de Jürgen Habermas*. Juiz de Fora: Numen, 2013, v.16, n. 1, p. 59-77.
- ROITMAN, Janet. "Crisis" In: *Political Concepts. A Critical Lexicon*. New York School for Social Research. 2012. Disponível em <http://www.politicalconcepts.org/issue1/crisis/>.
- SAKAMOTO, Leonardo. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: Carlos VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013
- SARTORI, Giovanni. *Da Sociologia da Política à Sociologia Política*. In: LIPSET, S. M. (Org.). *Política e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: Sociedade e Política na Segunda Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder, 1965.

SOUZA, André Ricardo. *Os evangélicos nas eleições municipais*. Revista Correlatio, n. 17, jun. 2010.

SOUZA, Nelson Rosário. *Sociologia Política*. Curitiba: Iesde Brasil S. A., 2008.

SOUZA, Sandra Duarte. “Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo”. Estudos de Religião, v. 27, n. 1, 2013.

SMIRDELE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. *Modernização à brasileira: o tempero pentecostal da política nacional*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

SMITH, Christian S. (org.). *American evangelicalism: embattled and thriving*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

STARK, R. , IANNACCONE, L.R. *Sociology of religion*. In: E.F. BORGATTA / M.L.

STOLL, D. *Is Latin America turning protestant? : the politics of evangelical growth*. Berkeley: University of California Press, 1990.

TOURAINÉ, Alain. *Na fronteira dos movimentos sociais*. Brasília: Sociedade e Estado, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TREVISAN, Janine. *A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, v. 16, n. 1, p. 29-57. Juiz de Fora, 2013.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida. *Em busca do centro perdido*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, junho de 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.